



Alvaiázere | Ansião | Batalha | Castanheira de Pera | Figueiró dos Vinhos | Leiria | Marinha Grande | Pedrógão Grande | Pombal | Porto de Mós

REGIÃO DE LEIRIA

REGIÃO DE LEIRIA 2030 | REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DE QUADRO ESTRATÉGICO “REGIÃO DE LEIRIA 2030”



Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria



PR-04588

Maio de 2020

REGIÃO DE LEIRIA



REGIÃO DE LEIRIA 2030 | REVISITAÇÃO DA
ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E DEFINIÇÃO DE QUADRO ESTRATÉGICO
“REGIÃO DE LEIRIA 2030”

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

PR-04588 | maio de 2020 (rev. Janeiro 2021)



Índice

1	INTRODUÇÃO	7
2	ENQUADRAMENTO	11
3	QUADRO ESTRATÉGICO REGIÃO DE LEIRIA 2030	15
3.1	Síntese do diagnóstico de contexto - referencial sub-regional atual	15
3.1.1	Quadro de concretizações e desafios	15
3.1.2	Análise SWOT regional	22
3.2	Visão, eixos e objetivos estratégicos	29
3.3	Projetos regionais estruturantes	33
3.4	Sistema de indicadores	67
4	MODELO DE GOVERNAÇÃO E DESAFIOS DE GESTÃO MULTINÍVEL	70
5	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES – SÍNTESE	72
6	ANEXO 1 - QUADRO DE REFERÊNCIA ATUAL	78
6.1	Orientações europeias, nacionais e regionais referentes ao quadro comunitário 2021-2027	78
6.1.1	União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027	78
6.1.2	Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal	81
6.1.3	Portugal 2030: o futuro da política de coesão – elementos para reflexão	84
6.1.4	Declaração Conjunta sobre a Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE	86
6.1.5	Contexto regional	88
6.1.6	Síntese	91
6.2	Diagnóstico do potencial regional: análise evolutiva e projetos concretizados	92
6.2.1	Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	94
6.2.2	Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	104
6.2.3	Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	118
6.2.4	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	142
6.3	Competências municipais e intermunicipais	159
7	ANEXO 2 – BASES DE DADOS	168

Índice de figuras

Figura 1. Metodologia de trabalho.....	10
Figura 2. Mapeamento de <i>clusters</i> da Região de Leiria.....	13
Figura 3. Níveis de definição da estratégia EIDT Região de Leiria 2030.....	15
Figura 4. Esquema conceptual do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal).....	32
Figura 5. Projetos regionais estruturantes para a Região de Leiria no horizonte 2021-2030.....	34
Figura 6. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027.....	78
Figura 7. Linhas gerais de prioridades pós 2020.....	85
Figura 8. Domínios centrais definidos para cada Eixo.....	87
Figura 9. Despesas em ID.....	89
Figura 10. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030.....	93
Figura 11. Desemprego registado na Região de Leiria, entre 2014 e 2019 (média anual), segundo o género.....	97
Figura 12. Número de diplomados na Região de Leiria no ano letivo 2017/2018, por área de estudo.....	112
Figura 13. Principais indicadores da atividade turística por regiões NUTS II, em 2018.....	126
Figura 14. Pilares estratégicos da Região de Leiria: exemplos de oferta turística da Região.....	128
Figura 15. Sistema Urbano do Modelo Territorial.....	134
Figura 16. Sistema Urbano e organização do território.....	135
Figura 17. Exposição do território nacional a perigos múltiplos relacionados com o clima (projeção para 2030).....	143
Figura 18. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo.....	144
Figura 19. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção.....	147

Índice de tabelas

Tabela 1. Eixos e objetivos gerais associados à EIDT Região de Leiria 2020.....	12
Tabela 2. Correlação das medidas a desenvolver e eixos/objetivos estratégicos da EIDT Região de Leiria 2020.....	14
Tabela 3. Quadro de concretização das medidas da EIDT Região de Leiria 2020 e pertinência da continuidade.....	16
Tabela 4. Revisitação da matriz SWOT da Região de Leiria.....	23
Tabela 5. Quadro de indicadores EIDT Região de Leiria 2030.....	67
Tabela 8. Arquitetura do quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas.....	79
Tabela 9. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual.....	80
Tabela 10. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento.....	81
Tabela 11. Variação da população residente.....	95
Tabela 12. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento.....	96
Tabela 13. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, entre 2014 e 2018.....	99
Tabela 14. Síntese dos projetos aprovados no período 2014-2020 em domínios associados ao Eixo 1.....	100
Tabela 15. Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por sector de execução em 2014 a 2017.....	104
Tabela 16. Pedidos de patentes europeias na NUTS III Pinhal Litoral e Pinhal Interior Norte, de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC).....	105
Tabela 17. Taxa de natalidade e taxa de sobrevivência das empresas em 2014 e 2018.....	106
Tabela 18. Síntese dos projetos apoiados no domínio da I&D e inovação nos PO.....	107
Tabela 19. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por nível de ensino.....	108
Tabela 20. Indicadores de educação nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018.....	110
Tabela 21. Indicadores de educação relativos ao ensino superior.....	111
Tabela 22. Alunas/os matriculadas/os em ofertas de educação/formação orientadas para adultas/os, segundo o nível de ensino e a oferta nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018.....	113
Tabela 23. Síntese dos projetos apoiados no domínio da qualificação dos RH nos PO.....	114
Tabela 24. Indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais (%) em 2014 e 2018.....	115

Tabela 25. Indicadores de empresas, em 2014 e 2017	119
Tabela 26. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), na Região de Leiria em 2014 e 2018	121
Tabela 27. Empresas da indústria transformadora (CAE Rev3.) na Região de Leiria, em 2014 e 2018	122
Tabela 28. Empresas das indústrias de baixa tecnologia e de alta e média-alta tecnologia em 2014 e 2018	124
Tabela 29. Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados em 2014 e 2018	124
Tabela 30. Principais indicadores do comércio internacional em 2014 e 2018	125
Tabela 31. Estabelecimentos de alojamento turístico e capacidade de alojamento, em 2017 e 2018.....	126
Tabela 32. Principais indicadores da atividade turística na Região de Leiria	127
Tabela 33. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito dos Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SAAC) ..	129
Tabela 34. Projetos privados aprovados na Região de Leiria, no âmbito das PI 3.1, 3.2 e 3.3	130
Tabela 35. Projetos aprovados nas PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10, referentes ao apoio à criação de emprego e empreendedorismo através do programa S12E na Região de Leiria	131
Tabela 36. Projetos apoiados no âmbito do PDR2020, na Região de Leiria	132
Tabela 37. Projetos públicos aprovados na Região de Leiria, no âmbito de áreas de acolhimento empresarial.....	133
Tabela 38. Projetos públicos apoiados no âmbito da Linha de Valorização Turística do Interior (Programa Valorizar), na Região de Leiria	133
Tabela 39. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito de PARU e PEDU	137
Tabela 40. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito do património cultural e programação cultural em rede (PI 6.3)	139
Tabela 41. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017	145
Tabela 42. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da eficiência energética (POSEUR)	146
Tabela 43. Emissões totais nacionais em 2015 e 2017 por causas naturais (incêndios florestais), por poluente	148
Tabela 44. Emissões totais de poluentes na Região de Leiria, em 2015 e 2017	149
Tabela 45. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da mobilidade sustentável (PI 4.5)	150
Tabela 46. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais	151
Tabela 47. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente.....	152
Tabela 48. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito dos resíduos e do ciclo da água (POSEUR)	153
Tabela 49. Projetos aprovados na Região de Leiria, para recuperação das infraestruturas básicas municipais, afetadas pelos incêndios de 2017	154
Tabela 50. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da gestão de recursos	155
Tabela 51. Projetos apoiados no âmbito do restabelecimento produtivo e valor ambiental, na Região de Leiria	156
Tabela 52. Descentralização de competências para municípios e CIM Região de Leiria	160
Tabela 53. Lista de competências assumidas pelos municípios da Região de Leiria – atualizada em março 2020	164
Tabela 54. Ligações para as bases de dados com Projetos concretizados na Região de Leiria no período 2014-2020	168

Siglas e Acrónimos

AAC - Aviso de abertura de Candidatura
AG - Autoridade de Gestão
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA - Agência para a Modernização Administrativa
ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
AP - Acordo de Parceria
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
ARS - Administração Regional de Saúde
BEI - Banco Europeu de Investimento
C.E.B. - Ciclo do Ensino Básico
CAE - Classificação das Atividades Económicas
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEF - Cursos de Educação e Formação
CET - Cursos de Especialização Tecnológica
CIC - Comissão Interministerial de Coordenação
CIM - Comunidade Intermunicipal
CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM - Câmara Municipal
COVID 19 - *Coronavirus Disease 2019*
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DL - Decreto-Lei
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD - Desempregados de Longa Duração
DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
E.P.E. - Entidade Pública Empresarial
EB - Escola Básica
EE - Eixo Estratégico
EFA - Educação e Formação de Adultos
EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EN - Estrada Nacional

ERPI - Estrutura Residencial para Idosos
FC - Fundo de Coesão
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEIE - Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
FSE - Fundo Social Europeu
GAL - Grupo de Ação Local
GEE - Gases com Efeito de Estufa
GIP - Gabinete de Inserção Profissional
GO - Grupos Operacionais
GPE - Grandes Projetos Estruturantes
I&D - Investigação e Desenvolvimento
I&I - Investigação e Inovação
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IC - Itinerário Complementar
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
IDI - Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IGP - Identificação Geográfica Protegida
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPL - Instituto Politécnico de Leiria
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
ITI - Investimentos Territoriais Integrados
JI - Jardim de Infância
MCT - Ministério da Coesão Territorial
MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE - Objetivos Estratégicos
PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PI - Prioridades de Investimento
PIAAC - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
PIB - Produto Interno Bruto
PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
PME - Pequenas e Médias Empresas
PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNEC - Plano Nacional Energia e Clima
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO - Programa Operacional
POCH - Programa Operacional Capital Humano
POCI - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
RH - Recursos Humanos
RIS3 - Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RL - Região de Leiria
RLIS - Redes Locais de Intervenção Social
RSI - Rendimento Social de Inserção
SAAC - Sistemas de Apoio às Ações Coletivas
SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SCT - Sistema Científico e Tecnológico
SCTN - Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SIZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego
SIG - Serviços de Interesse Geral

SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)
TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
TP - Turismo de Portugal
UE - União Europeia
VAB - Valor Acrescentado Bruto

1 Introdução

O **Acordo de Parceria 2014-2020**, assinado entre Portugal e a Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adotou os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagrou a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial de suporte ao crescimento e à criação de emprego em Portugal.



No Portugal 2020 definiram-se os domínios [(1) Competitividade e Internacionalização; (2) Inclusão Social e Emprego; (3) Capital Humano e (4) Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos], as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento identificadas como necessárias para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020 em Portugal.

Com um modelo de governação focado em objetivos de simplificação e orientação para resultados, destaca-se, pela pertinência para o trabalho em curso, a referência às “**estratégias de desenvolvimento territorial** adotadas que contribuirão para o reforço territorial da Estratégia Europa 2020, assegurando que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das sub-regiões são tidos em consideração, garantindo o envolvimento das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos respetivos programas e projetos”¹.

No Acordo de Parceria foi estabelecido que as oportunidades propiciadas pelos regulamentos comunitários no âmbito das **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial** (AIDT) são significativamente valorizadas e concretizadas em Portugal no período de programação 2014-2020 como dimensão essencial da promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. No mesmo documento lê-se que os novos desafios colocados ao nível sub-regional, no horizonte 2020, em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. Foi assim estabelecido que as Estratégias Territoriais configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, constituindo um mecanismo que assegura que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e sub-regiões são devidamente tidos em consideração e que garante a implicação direta das entidades sub-regionais e

¹ Acordo de parceria 2014-2020, Portugal 2020, julho de 2014.

das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes, conduzindo a um maior sentido de apropriação dos objetivos de desenvolvimento europeus, nacionais e regionais, a todos os níveis.

Conforme estabelecido no Acordo de Parceira, **as Estratégias de Desenvolvimento Territorial** (denominadas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial – EIDT) **definidas à escala das NUTS III serviram de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos**, procurando-se criar um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) respetiva, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas, e que permita assumir explicitamente o desenvolvimento rural, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional.

Sendo global, este **quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas comunidades intermunicipais, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional**, deve igualmente ser assumido como referencial no âmbito de outras intervenções, para além das que vierem a estar integradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI) ou em DLBC promovidos no território; por exemplo, a componente das estratégias sub-regionais centrada na promoção da competitividade empresarial deve ser ponderada no âmbito dos mecanismos de governação associados às estratégias de especialização inteligente regionais ou no âmbito dos mecanismos de ponderação do mérito regional dos incentivos a PME.

No contexto expresso, coube a cada CIM desenvolver a sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), num quadro de envolvimento e mobilização dos agentes estratégicos regionais, com o acompanhamento da respetiva CCDR.



Entre 2012 e 2014, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, num processo iniciado ainda com as NUTS III Pinhal Litoral e Pinhal Interior Norte (comunidades intermunicipais com os mesmos nomes), desenvolveu a Estratégia Regional “Região de Leiria 2020” que posteriormente deu lugar ao documento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região de Leiria, em resposta ao Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC) nº 01/2014 de 12 de novembro de 2014.

É sobre este documento, a EIDT Região de Leiria 2020, que versa o presente exercício de revisitação, enquadrado nas ações de preparação do período de programação financeira 2021-2027 da Região de Leiria. Neste contexto, assegurando o cumprimento das “Orientações para a estruturação das Estratégias sub-regionais” estabelecidas pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, iniciou-se o processo de revisitação da EIDT, simplificando o exercício e antecipando o

calendário de fecho do período de programação 2014-2020. O processo iniciado assenta num modelo de construção estratégica sustentado numa abordagem evolutiva face ao anterior exercício do Portugal 2020, para o qual se chamaram os agentes de desenvolvimento estratégicos, e se cumpriram os seguintes pressupostos:

1. “Revisitar as Estratégias Integradas e Desenvolvimento Territorial (EIDT) desenvolvidas pelas CIM e AM, assegurando **simplificação de processos** (de planeamento e de programação), **carácter evolutivo deste novo exercício em relação ao desenvolvido no contexto do PT 2020 e articulação com as competências municipais e intermunicipais**;
2. **Alinhar e articular com a Estratégia Regional²**, ancorando-se as estratégias sub-regionais (NUTS III) na estratégia regional (NUTS II), tendo como referências as atuais regiões NUTS II e devendo identificar estrangulamentos estruturais e desafios emergentes (nomeadamente considerando as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no contexto do processo de descentralização em curso);
3. **Articular o perfil de competitividade sub-regional no contexto das abordagens de nível NUTS II** respeitantes às Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3), no que respeita aos processos de reforço das cadeias de valor de recursos endógenos e à estruturação dos respetivos ecossistemas de inovação;
4. **Desenvolver a dimensão urbana e da política urbana** (NUTS III), tendo como referência o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a necessidade de articulação com o processo de desenvolvimento do sistema urbano regional (NUTS II), devendo assegurar, designadamente:
 - a. Caracterização da relevância e do papel dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG) aos cidadãos e às empresas, com especial atenção aos centros urbanos do interior e aos centros urbanos polarizadores do PNPOT no interior;
 - b. Apresentação de modelo de integração das ações de regeneração e valorização urbana nas abordagens estratégicas de nível NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização das CIM e das AM;
 - c. Identificação da importância da mobilidade urbana sustentável no contexto do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, em particular em territórios com maiores interações espaciais dos cidadãos e das empresas e deslocações casa-trabalho e casa-escola, como as AM;
5. **Garantir o alinhamento com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030** e os seus quatro Eixos (“As Pessoas Primeiro”; “Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento”; “Um País competitivo externamente e coeso internamente”;

² Ainda não está disponível a Estratégia Regional do Centro, apenas um exercício regional referente à RIS 3 e que se encontra ainda numa fase preliminar.

“Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”) e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020 (“Uma Europa mais inteligente”; “Uma Europa mais verde e Hipo carbónica”; “Uma Europa mais conectada”; “Uma Europa mais social”; “Uma Europa mais próxima dos cidadãos”);

6. **Identificar projetos regionais estruturantes**, incluindo os constantes no Programa Nacional de Investimentos 2030), mesmo com impacto e abrangência superior à da respetiva região NUTS III, mas indispensável para a sua estratégia, independentemente das fontes de financiamento;
7. **Ter como referência as diversas fontes de financiamento existentes**, considerando, assim, o cenário de manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto de no processo de orçamentação das políticas públicas se recorrer a fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas e privadas);
8. Garantir a **auscultação dos principais agentes económicos e sociais** com intervenção no território de cada região NUTS III, em articulação com a NUTS II para que se reduzam potenciais redundâncias.”

A metodologia adotada assenta em quatro etapas distintas, com tarefas específicas, mas interdependentes:

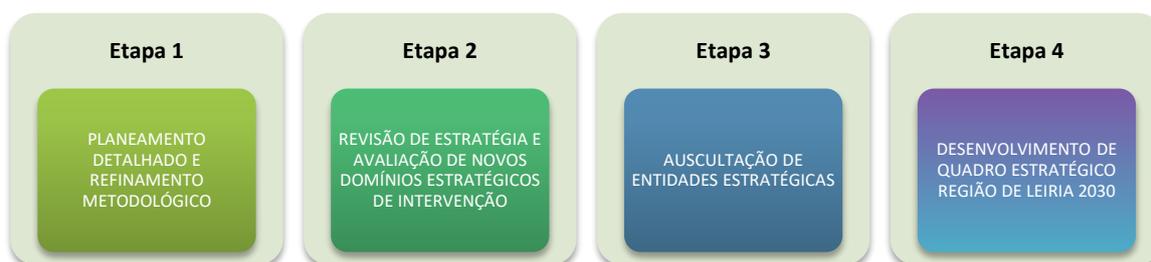


Figura 1. Metodologia de trabalho

Para a construção do presente documento intermunicipal, a CIMRL e os municípios garantiram a auscultação dos agentes de desenvolvimento da sub-região.

2 Enquadramento

Como previamente referenciado, a elaboração da EIDT da Região de Leiria enquadrou-se num exercício amplo de planeamento estratégico iniciado no final do ano de 2012 que culminou em 2014 com a apresentação do Plano Estratégico.

A metodologia de elaboração da estratégia assentou em quatro fases interdependentes, sustentadas num trabalho de proximidade e mobilização, liderado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), que consistiu na análise do potencial de desenvolvimento regional, na criação e dinamização do Grupo de Ação Regional Região de Leiria 2020 e, finalmente, na definição de Estratégia Regional - Região de Leiria 2020.

Decorrente do trabalho de diagnóstico e avaliação do potencial de desenvolvimento regional e do alinhamento com os quadros de referência e premissas do quadro europeu e nacional, respetivamente Europa 2020 e Portugal 2020, a Visão definida para a Região de Leiria no horizonte temporal de 2020 foi a seguinte:

Em 2020, a Região de Leiria será um território aberto ao mundo, caracterizado por oportunidades económicas e de emprego sustentados na simbiose entre ensino/investigação/produção.
Uma região coesa e inclusiva, reconhecida pela qualidade de vida.

Esta visão constituiu uma resposta a um conjunto de fatores críticos identificados ao longo do diagnóstico, realizado com a participação de entidades estratégicas que constituíram grupos de trabalho regionais³, num processo de desenvolvimento liderado pela comunidade (*Community Led*), onde foram identificados os temas estruturantes para o horizonte 2020, assim como debatidas as fragilidades e oportunidades do território.

Importa referir também que, à data deste exercício estratégico, foi constituída a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (decorrente da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) que agrega municípios das já extintas CIMPL (Comunidade Intermunicipal Pinhal Litoral) e CIMPIN (Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte), o que obrigou a uma aprendizagem e conhecimento de diferentes realidades, a procura de complementaridades e sinergias no território e a reorganização dos serviços públicos e lógicas funcionais.

Construído com base no referencial de posicionamento e potencial de desenvolvimento, o quadro estratégico sub-regional, para além da visão, integra prioridades/eixos estratégicos de caráter transversal e de especialização inteligente (Tabela 1), aos quais foram associados objetivos estratégicos.

³ Foram constituídos três grupos de trabalho – crescimento inclusivo; crescimento sustentável e crescimento inteligente.

Tabela 1. Eixos e objetivos gerais associados à EIDT Região de Leiria 2020

Eixos	Objetivos
SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	OE1: Reduzir a burocracia e simplificar processos, desde licenciamentos ao acesso a financiamentos e apoios comunitários.
EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS	OE2: Garantir educação e formação de elevada qualidade em todas as fases do desenvolvimento da criança e ao longo da vida do adulto, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto da sociedade do conhecimento.
COESÃO SOCIAL	OE3: Garantir a articulação das políticas setoriais de inclusão (segurança social, emprego, educação, formação) e o reforço das parcerias locais e do diálogo entre os parceiros sociais, de acordo com os critérios de abordagem atempada, multidisciplinaridade e subsidiariedade da intervenção social.
GESTÃO DOS RECURSOS	OE4: Melhorar a sustentabilidade e produtividade de utilização de recursos através do aumento da eficiência dos sistemas de distribuição e de tratamento de água e de resíduos urbanos e industriais.
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	OE5: Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, através da promoção da utilização eficiente de energia proveniente de fontes renováveis e a redução da poluição atmosférica.
I&D+I E INTERNACIONALIZAÇÃO	OE6: Melhorar a ligação entre ciência e empresas e promover a comercialização dos resultados da investigação e desenvolvimento em novos produtos e serviços de valor acrescentado, através de uma nova perspetiva assente na satisfação das necessidades de procura no mercado.
EMPREENDEORISMO	OE7: Criar as condições ótimas para o estabelecimento de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias e empresas.
SOCIEDADE DIGITAL	OE8: Promover a adoção das TIC e de práticas de negócios e prestação de serviços em linha pelas empresas e organizações.
REABILITAÇÃO URBANA	OE9: Devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos e contribuir para uma mobilidade sustentável através da aposta em sistemas multimodais com integração de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo.
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - MOLDES	OE10: Consolidar o posicionamento do <i>cluster</i> dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - HABITAT	OE11: Implementar uma iniciativa de construção do <i>Cluster</i> dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de <i>cluster</i> nacional.
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - FLORESTA	OE12: Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional
ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - TURISMO	OE13: Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade ao nível nacional e internacional.

Fonte: CIMRL, EIDT, 2014

Destaca-se a preocupação sub-regional de avaliar o potencial de desenvolvimento e desafios associados a agendas e prioridades definidas a escalas e em exercícios estratégicos mais abrangentes, numa abordagem que se pautou pela premência de assegurar a adequada adaptação ao contexto específico sub-regional, procurando alcançar crescentes patamares de desenvolvimento no contexto das três prioridades Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo).

Tabela 2. Correlação das medidas a desenvolver e eixos/objetivos estratégicos da EIDT Região de Leiria 2020

Eixos estratégicos	simplicificação administrativa	educação e competências	coesão social	gestão dos recursos	alterações climáticas	i&d+i e internacionalização	empreendedorismo	sociedade digital	reabilitação urbana	especialização inteligente - moldes	especialização inteligente - Habitat	especialização inteligente - Floresta	especialização inteligente - Turismo
Medida (designação)													
1 Programa + escola													
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais													
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão													
4 Programa regional de gestão integrada da água													
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos													
6 Programa regional energia eficiente e renovável													
7 Programa regional de proteção ambiental													
8 Programa de reforço da i&d e da inovação													
9 Programa + empresas													
10 Programa leiria digital 3.0													
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável													
12 Programa expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos													
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do habitat													
14 Programa valorização económica da floresta													
15 Programa de diversificação da oferta turística													

Fonte: CIMRL, EIDT, 2014

Conforme expresso no Acordo de Parceria Portugal 2020, a EIDT seria a âncora para o exercício de negociação sub-regional de apoios comunitários⁴, tendo em consideração a aplicação das abordagens integradas de desenvolvimento territorial previstas no Portugal 2020. Contudo, não teve repercussão prática nos apoios disponíveis por via do Investimento Territorial Integrado (convite nº 03/2015, de 17 de março de 2015) concretizado através do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), no qual constavam prioridades de investimento (PI) pré-definidas que não permitiam a abordagem ou necessária adaptação a outros desafios prementes no contexto sub-regional. A título de exemplo referem-se as questões da eficiência energética, da adaptação às alterações climáticas e da prevenção e mitigação de riscos naturais que, na Região de Leiria, exigem abordagens e mecanismos distintos pela forte incidência destas questões no território em causa.

⁴ “No quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, visando a promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) serão concretizados através de **Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial**, ancoradas nas estratégias de desenvolvimento territorial acima referidas.

A afetação de recursos, provenientes de um ou de diversos PO, a cada um dos ITI estará dependente da ponderação de critérios pré-definidos de adequação, coerência e compatibilidade estratégica do quadro de desenvolvimento territorial proposto e de relevância dos domínios de intervenção e do nível de compromisso com os resultados a obter. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial poderão ser financiados pelo FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEADER e, na ótica das modalidades de financiamento, incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como ser articulados com outros instrumentos financeiros.” Pág. 306, Portugal 2020

3 Quadro estratégico Região de Leiria 2030

A revisitação de contexto, apresentada em Anexo e sintetizada no ponto 3.1., retrata a concretização das medidas integradas na EIDT Região de Leiria 2020 e fornece pistas importantes para o quadro estratégico 2030, evidenciando um conjunto de desafios, entre eles, a incorporação de novas competências nas responsabilidades da CIM e municípios.

A construção da revisitação estratégica para a Região de Leiria tem também presente o quadro de concretizações e desafios identificados, bem como o alinhamento com os diversos documentos estratégicos regionais, nacionais e europeus.

Face ao exposto, neste ponto 3, apresentam-se, para além da síntese do diagnóstico de contexto (3.1), os vários elementos que constituem a estratégia da Região de Leiria 2030 (Figura 3), desde a visão que se pretende seja o fio condutor de toda a estratégia, aos diferentes eixos e objetivos estratégicos que sustentam os programas que estruturam a ação através de medidas concretas para o território.



Figura 3. Níveis de definição da estratégia EIDT Região de Leiria 2030

3.1 Síntese do diagnóstico de contexto - referencial sub-regional atual

3.1.1 Quadro de concretizações e desafios

Na tabela seguinte apresenta-se um conjunto de observações sobre a concretização das medidas integradas na EIDT Região de Leiria 2020 assim como a pertinência da sua continuidade no novo quadro estratégico regional.

Tabela 3. Quadro de concretização das medidas da EIDT Região de Leiria 2020 e pertinência da continuidade

Medidas EIDT Região de Leiria 2020	Observações ao nível da concretização	Continuidade
1 Programa + escola	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Capital Humano (POCH), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento na redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino (PI10.1); Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo (PI10.2). 	Sim
2 Sistema regional de qualificação e respostas profissionais	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Capital Humano (POCH), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida (PI10.3); Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho (PI10.4). 	Sim
3 Sistema regional de apoio à inclusão e coesão	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios da agenda temática Inclusão Social e Emprego, mobilizados pelo Programa Operacional Regional Centro 2020 e pelo Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento na saúde (PI9.7); Investimentos em infraestruturas sociais (PI9.7); Investimentos para a promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego e apoio à mobilidade de trabalhadores (PI8.2 e 8.5); Investimentos para a promoção da integração social e combate à pobreza e qualquer discriminação (PI9.1, 9.4 e 9.5). 	Sim
4 Programa regional de gestão integrada da água	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados na seguinte área:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimentos no setor da água (PI6.2); 	Sim
5 Programa regional de gestão integrada de resíduos sólidos	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimentos no setor dos resíduos (PI6.1); 	Sim
6 Programa regional energia eficiente e renovável	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados na seguinte área:</p> <ul style="list-style-type: none"> Eficiência energética nos edifícios públicos e iluminação pública (PI4.3); Eficiência energética nos transportes públicos (PI4.5). 	Sim, com adaptação
7 Programa regional de proteção ambiental	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adaptação às alterações climáticas (PI5.1); Planeamento e gestão de riscos (PI5.2); Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas (PI6.4). <p>Destaca-se ainda os projetos apoiados no âmbito do restabelecimento produtivo e valor ambiental, na Região de Leiria, após as catástrofes naturais ocorridas em 2017 (incêndios) e em 2018 (tempestade Leslie), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas do PDR2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> Medida 6. Gestão do Risco e Restabelecimento do Potencial Produtivo; Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais. 	Sim, com adaptação
8 Programa de reforço da i&d e da inovação	<p>A concretização desta medida foi efetuada, na sua grande parte, através dos apoios do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforço da capacidade inovação (PI1.1); Promoção da inovação e investigação das empresas (PI1.2). 	Sim, com adaptação

	<p>Ainda de destacar os programas operacionais temáticos PDR 2020 e Mar 2020 e o projeto ResNetDetect, cofinanciado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.</p> <p>Ao nível da localização dos projetos verificou-se um desequilíbrio territorial, sendo apenas Pombal, Marinha Grande e Leiria os territórios com maior dinâmica nestes domínios.</p>	
9 Programa + empresas	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Promoção do espírito empresarial (PI3.1); – Internacionalização (PI3.2); – Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI3.3); – Áreas de acolhimento empresarial (PI3.3). <p>Complementarmente, com vista ao apoio aos empreendedores, destaca-se o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pelas ADL (associados às estratégias DLBC) (PI9.6 e 9.10); – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pela CIMRL (associado ao PDCT) (PI8.3 e 8.8). <p>No âmbito do PDR2020, foram apoiados projetos na seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Valorização da produção agrícola (Medida 3); – Valorização dos recursos florestais (Medida 4); – Proteção e reabilitação de povoamentos florestais (Medida 8); – LEADER (Medida 10). 	Sim, com adaptação
10 Programa Leiria Digital 3.0	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Modernização administrativa (disponibilização de lojas do cidadão e de serviços online) (PI2.3); – Capacitação da Administração Pública (PI11.1). <p>Destaca-se ainda a aprovação de candidaturas de todos os municípios ao programa comunitário Wifi4EU permitindo um reforço da rede nestes territórios, assim como a aprovação de projetos de instalação de wi-fi nos concelhos da Batalha e de Pombal, através da Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi, do programa Valorizar (Turismo de Portugal).</p>	Sim, com adaptação
11 Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Regeneração urbana – reabilitação de edifícios e espaço público (PI6.5); – Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas (PI9.8); – Mobilidade urbana sustentável (PI4.5); – Conservação do património cultural (PI6.3); – Requalificação da rede escolar (PI10.5); – Áreas de acolhimento empresarial (PI3.3). <p>Destaca-se ainda no âmbito da Medida 10 do LEADER (PDR2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Renovação de Aldeias (M10.1.2.6). 	Sim, com adaptação
12 Programa expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação (PI1.2); – Promoção do espírito empresarial (PI3.1); – Internacionalização (PI3.2); – Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI3.3). <p>Complementando os sistemas incentivos promovidos pelo POCI e Centro 2020, a disponibilização no atual período de programação financeira de sistemas de incentivos para pequenas empresas e pequenos investimentos essenciais à sua</p>	Sim, com adaptação

	<p>competitividade foi um importante contributo para a microeconomia da sub-região:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pelas ADL (associados às estratégias DLBC) (PI9.6 e 9.10); — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pela CIMRL (associado ao PDCT) (PI8.3 e 8.8). 	
13 Programa incentivo à consolidação da iniciativa do <i>cluster</i> do habitat	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação (PI1.2); — Promoção do espírito empresarial (PI3.1); — Internacionalização (PI3.2); — Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI3.3). <p>Complementando os sistemas incentivos promovidos pelo POCI e Centro 2020, a disponibilização no atual período de programação financeira de sistemas de incentivos para pequenas empresas e pequenos investimentos essenciais à sua competitividade foi um importante contributo para a microeconomia da sub-região:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pelas ADL (associados às estratégias DLBC) (PI9.6 e 9.10); — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pela CIMRL (associado ao PDCT) (PI8.3 e 8.8). 	Sim, com adaptação
14 Programa valorização económica da floresta	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Valorização dos recursos florestais (Medida 4); — Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais (Medida 8). 	Sim, com adaptação
15 Programa de diversificação da oferta turística	<p>A concretização desta medida foi efetuada através dos apoios disponibilizados pelo Turismo de Portugal, destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas do Programa Valorizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Disponibilização de wifi; — Sustentabilidade; — Valorização Turística do Interior. <p>Ainda neste domínio destacam-se os investimentos realizados no âmbito da conservação do património e programação cultural em rede, através do Programa Operacional Regional Centro 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Conservação do património cultural e programação cultural em rede (PI6.3). 	Sim

Face à elevada pertinência de todas as medidas integradas na EIDT da Região de Leiria, conforme demonstrado na tabela anterior, apresentam-se, de seguida, os **principais aspetos/desafios** que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do quadro estratégico Região de Leiria 2030:

Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

- : Necessidade de acautelar impacto social do contexto pandémico, nomeadamente ao nível do emprego e valores de rendimento disponíveis das famílias.
- : **Reforço da discriminação positiva de territórios de baixa densidade** no sentido de serem contrariadas as fortes dinâmicas regressivas que se mantêm e que, porventura poderão ter sido agravadas pelas catástrofes registadas entre 2014 e 2019, ao nível das redes de equipamentos e serviços públicos de proximidade, transportes, habitação, reabilitação e revitalização urbanas, entre outras.

- : **Reforço dos apoios a redes públicas e serviços** que promovam respostas sociais, de saúde e bem-estar, de cultura e de desporto/recreio.
- : Necessidade de promover um **sistema regional de avaliação de resultados dos projetos implementados**, promovendo a partilha de boas práticas e a sua aplicação.
- : **Adequação de apoios às especificidades dos territórios e à natureza das entidades neles presentes**, atendendo ao contexto sociodemográfico e económico dos territórios de baixa densidade que poderão não ter capacidade de cumprir requisitos de acesso desenhados de forma indiferenciada a nível temático e/ou regional.
- : Manter as apostas que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito da **promoção do sucesso escolar e das qualificações da população**, face à evolução francamente positiva que se tem verificado neste domínio.

Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

- : **Necessidade de acautelar impacto económico do contexto pandémico**, nomeadamente ao nível empresarial e capacidade de adaptação e resiliência face a novos mercados e modelos de negócio .
- : **Revisitar requisitos e adequar os sistemas e incentivos à I&D e inovação aos perfis/áreas de especialização e às características dos territórios de baixa densidade**, face ao desequilíbrio interno verificado ao nível de investimento em I&D e inovação, o que fragiliza a coesão e competitividade da sub-região e exacerba assimetrias que se mantêm atualmente no território.
- : Apoiar **investimentos infraestruturais no domínio da investigação e desenvolvimento, com a criação de centros de competências e estruturas de suporte à ciência e tecnologia**, tendo por base o aumento da despesa em I&D no PIB da região, nos vários setores de execução passíveis de análise.
- : **Reforçar o investimento a nível de infraestruturização tecnológica do território e mobilizar entidades para sistemas inteligentes** de gestão de informação e desmaterialização de processos e serviços. Complementarmente, destaca-se ainda a progressiva aposta na qualificação das instituições e serviços públicos e de aproximação ao cidadão.
- : **Reforçar os apoios à melhoria e modernização da rede escolar**, imprescindível para que as políticas de apoio ao sucesso educativo e inclusão social sejam bem sucedidas, não só na qualidade e adequação estrutural mas também a nível tecnológico.
- : Manter as apostas que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito da **promoção do sucesso escolar e das qualificações da população**, face à evolução francamente positiva que se tem verificado neste domínio.
- : **Continuada adequação dos cursos profissionais à realidade da sub-região**, nos seus múltiplos contextos, majorando operações que cumpram esse requisito.

- : **Reforço da discriminação positiva de territórios de baixa densidade** no sentido de serem contrariadas as fortes dinâmicas regressivas que se mantêm e que, porventura poderão ter sido agravadas pelas catástrofes registadas entre 2014 e 2019, ao nível das redes de equipamentos e serviços públicos de proximidade, transportes, habitação, reabilitação e revitalização urbanas, entre outras.
- : Necessidade de **promover um sistema regional de avaliação de resultados dos projetos implementados no domínio da I&D e inovação e qualificações**, promovendo a partilha de boas práticas e a sua aplicação.
- : **Adequação de apoios às especificidades dos territórios e à natureza das entidades neles presentes**, atendendo ao contexto sociodemográfico e económico dos territórios de baixa densidade que poderão não ter capacidade de cumprir requisitos de acesso desenhados de forma indiferenciada a nível temático e/ou regional.

Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente

- : **Acautelar os apoios adequados/à medida das necessidades e características da sub-região**, evitando o atual cenário com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região com territórios de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego. Particular destaque para sistemas de incentivos às empresas e apoios no domínio florestal (ambiental e produtivo) que, como se verifica, são ainda frágeis na resposta a todo o território regional.
- : **Assegurar a abertura de avisos de forma regular e com análises céleres**, que permitam às entidades da região candidatar e articular complementaridades entre ações, uma realidade que compromete o alcance das metas definidas para a valorização e desenvolvimento da sub-região (a título de exemplo destacam-se os avisos do SI2E).
- : **Criar um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos** às várias entidades públicas e privadas localizadas na Região de Leiria, que permita à CIMRL ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : **Reforçar e/criar apoios nas infraestruturas básicas essenciais à manutenção da competitividade territorial**, entre as quais as acessibilidades/mobilidade intrarregional, as infraestruturas tecnológicas e os serviços essenciais (serviços de interesse geral) à qualidade de vida, sem os quais nenhum território conseguirá garantir o crescimento económico e atração de emprego e empresas.
- : **Acautelar a segurança e saúde pública, com a necessária adaptação de modelos de serviços e funcionamento de espaços públicos/coletivos.**
- : **Reforçar a aposta em I&D**, em alinhamento com o exposto no eixo 2, capitalizando a forte dinâmica empresarial e reforçando assim a sua competitividade por via da diferenciação e

inovação. Torna-se neste contexto essencial criar condições para o reforço da aposta em ciência e tecnologia nos setores estratégicos e de forma transversal a todo o território.

- : **Promover sistemas de apoio à cultura e indústrias culturais e criativas** como uma forma de ativação de novas dinâmicas empresariais e socioeconómicas, capitalizando dinâmicas informais existentes e investimentos públicos ligados ao património e turismo e reforçando a diversificação e internacionalização da economia da Região de Leiria.

Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos

- : **Reforçar o apoio a projetos no âmbito da eficiência energética.** A eficiência energética, apoiada através da PI 4.3 foi mobilizada para investimentos da administração local por via do ITI/PDCT, contudo, as restrições impostas nos avisos de concurso não permitiram concretizar os investimentos planeados.
- : **Promover a mobilidade sustentável e a necessidade de aposta na melhoria da rede de acessibilidades/mobilidade intrarregional por forma a reforçar a coesão territorial.** No domínio da mobilidade, a heterogeneidade e, conseqüentemente, as diferentes necessidades de intervenção não foram consideradas no atual quadro comunitário. Os apoios associados à mobilidade urbana sustentável aparecem através de AAC formatados para contextos urbanos com problemas específicos associados a grandes aglomerações, não às necessidades de territórios com características rururbanas e com desafios específicos a estes inerentes.
- : **Assegurar o nível de cobertura e a qualidade destes sistemas de abastecimento de água e de saneamento em todo o território é ainda uma matéria a acautelar.** No que concerne a infraestruturas básicas, os municípios têm procurado dar resposta às necessidades da população, por via da melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, tendo sido aprovados projetos em todos os municípios para a elaboração de cadastro e para melhorias estruturais nos sistemas AA e SAR.
- : Em matéria de **resíduos** verifica-se o investimento em todos os municípios, na expansão e na otimização da rede de recolha seletiva por parte das entidades gestoras do território, contudo o impacto deste investimento ainda não é perceptível estando a região abaixo da média nacional, no que toca à proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente. Além do **reforço da comunicação com a comunidade**, através de iniciativas de consciencialização e sensibilização para esta matéria, considera-se importante encontrar **soluções inovadoras de gestão dos resíduos**, seja no processo de recolha como no seu tratamento. A **economia circular** deverá ser também uma área de aposta.
- : No que se se refere à **gestão dos recursos**, a Região de Leiria apresenta elevada suscetibilidade, tendo sido atingido por catástrofes naturais (incêndios de 2017 e tempestade Leslie em 2018) **que revelaram fragilidades no domínio da prevenção e da gestão de riscos, mas também no combate e recuperação dos ativos.** Com um elevado investimento ocorrido

pós-catástrofe, verifica-se um reforço da proteção da biodiversidade e da erosão costeira, no entanto, estes fenómenos adversos exigem uma mudança de abordagem em termos de políticas públicas, no sentido de preparar o território para estes eventos extremos, sendo fundamental assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência dos sistemas e medidas preventivas ativas. Neste contexto, os apoios ao nível do **combate às alterações climáticas e da proteção do ambiente** são prioritários na Região de Leiria, sendo o **investimento no mercado de carbono** também uma área de aposta.

- : **Incorporar medidas adequadas para fazer face à dicotomia sub-regional** (litoral/interior; média/baixa densidade) em domínios como a mobilidade, a eficiência energética e adaptação às alterações climáticas.

3.1.2 Análise SWOT regional

A revisitação de contexto realizada no presente capítulo, sustentada na evolução verificada entre 2014 e 2019, é sistematizada na matriz SWOT apresentada na Tabela 4, organizada por eixo/agenda temática atualizada à luz do Portugal 2030, e na qual se evidenciam as especificidades da Região Leiria e o seu potencial para se posicionar estrategicamente nas diferentes áreas prioritárias/áreas de especialização.

Tabela 4. Revisitação da matriz SWOT da Região de Leiria

EIXO 1. AS PESSOAS PRIMEIRO: UM MELHOR EQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO, MAIOR INCLUSÃO, MENOS DESIGUALDADE	
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> – Posicionamento favorável no que se refere à taxa de desemprego, apresentando valores inferiores à média nacional e regional. – Diminuição do número de pensionistas e beneficiários de apoios sociais, mantendo uma posição favorável face ao contexto nacional. – Implementação de importantes investimentos na reabilitação de infraestruturas de saúde e na criação de unidades móveis. – Modernização de várias infraestruturas sociais da região e promoção da eficiência energética em equipamentos existentes. – Investimentos de promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego e apoio à mobilidade de trabalhadores, envolvendo entidades públicas e privadas. – Investimentos para a promoção da integração social e combate à pobreza e qualquer discriminação com abrangência sub-regional.
ÁREAS DE MELHORIA	<ul style="list-style-type: none"> – Perda de população, com impacto na capacidade de renovação demográfica do território. – Agravamento do Índice de Envelhecimento, mais intenso nos concelhos do interior/de baixa densidade. – Ganho médio mensal inferior à média nacional e com disparidades intrarregionais e em termos de sexo, com impacto no poder de compra da população. – Valores auferidos pelos pensionistas e beneficiários de subsídio de desemprego e de rendimento social de inserção revelam situações de fragilidade. – Desigualdade entre sexos no valor das pensões e subsídios recebidos pela população masculina e feminina. – Concentração, nos concelhos do litoral, de uma maior oferta de serviços de saúde, educação e apoio social, em oposição à oferta disponível nos concelhos de interior, de baixa densidade. – Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação subregional.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> – Diversidade de apoios existentes em matéria de inclusão e inovação social. – Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e coesão social.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> – Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território, nomeadamente dos territórios de baixa densidade com a consequente dificuldade de gestão à escala intermunicipal devido à dualidade de territórios que constituem a NUTS III – Atraso na abertura de avisos e na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários, em prioridades de investimento com forte contributo para a coesão territorial. – Potencial redução de apoio financeiro a iniciativas de cariz social, definidas no espectro europeu e nacional. – Assimetrias regionais que tornam cada vez mais difícil o combate a ciclos demográficos e económicos regressivos. – Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios. – Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios. – Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública.

EIXO 2. INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÕES COMO MOTORES DE DESENVOLVIMENTO

PONTOS FORTES

- Taxa de sobrevivência empresarial acima da média nacional e regional e superior ao registado nas regiões de Aveiro, Coimbra e Beira Baixa.
- Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB com evolução positiva, em que as empresas e ensino superior apresentam o maior contributo.
- Evolução positiva nos indicadores de inovação, especialmente no que se refere aos pedidos de patentes.
- Forte contributo do Instituto Politécnico de Leiria para a produção de I&D, com um grande número de projetos de inovação aprovados (individuais e em copromoção).
- Evolução positiva em termos de taxa de retenção e desistência no ensino básico.
- Aumento da taxa bruta de pré-escolarização, ensino básico e secundário.
- Taxas de transição/conclusão do ensino secundário registam uma evolução positiva, tanto ao nível dos cursos gerais científico-humanísticos, como dos cursos tecnológicos e profissionais, apresentando igualmente valores superiores aos registados a nível regional.
- Aumento da média de alunos por computador e da média de alunos matriculados por computador com ligação à Internet, em todos os níveis de ensino.
- Aumento da proporção de alunos inscritos no ensino superior em áreas de ciência e tecnologia nesta região.
- Aumento de inscritos em cursos de educação/formação orientados para adultos.
- Forte aposta na formação profissional, formação ao longo da vida com os cursos EFA e cursos de aprendizagem em toda a região.
- Acesso completo a infraestruturas de comunicação e banda larga.
- Aposta na modernização, capacitação e digitalização da administração pública e à simplificação administrativa.
- No domínio da desmaterialização de serviços e modernização administrativa, disponibilização de lojas do cidadão em cinco dos 10 municípios da Região de Leiria e disponibilização de serviços online em diversas instituições, entre elas a CIMRL.

ÁREAS DE MELHORIA

- Taxa de natalidade das empresas segue a tendência regional e nacional, registando uma diminuição nos últimos anos.
- Dinâmica em termos de inovação concentrada nos municípios do litoral, com maior densidade empresarial.
- Desenvolvimento de atividades de I&D nas empresas e instituições de ensino superior inferiores às médias regional e nacional.
- Escassa I&D ligada a áreas de especialização dos territórios de baixa densidade, nomeadamente no setor florestal/silvícola.
- Taxa de escolarização no ensino superior mais baixa quando comparada com a regional, tendo relação direta com a localização no território de instituições de ensino superior.
- Investimentos de qualificação física da rede escolar concentrados em alguns municípios da região.
- Evolução negativa ao nível em alguns indicadores relacionados com a infraestruturização e serviços tecnológicos, nomeadamente serviços públicos.
- Sistema de verificação de adequação de formação às necessidades da região
- Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação subregional.

OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e empreendedorismo.- Aposta na investigação em setores chave e envolvimento frequente das empresas e instituições do SCT em projetos de cooperação nacionais e europeus com forte componente de inovação.- Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios.- Apoio da UE à aprendizagem ao longo da vida e reforço das competências.- Cooperação com regiões nacionais e transnacionais com características e desafios similares.- Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a competitividade do território.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none">- Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território, nomeadamente dos territórios de baixa densidade com a consequente dificuldade de gestão à escala intermunicipal devido à dualidade de territórios que constituem a NUTS III- Atraso na abertura de avisos e na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários, em prioridades de investimento com forte contributo para a coesão territorial.- Potencial redução de apoio financeiro a iniciativas de I&D, definidas no espectro europeu e nacional.- Assimetrias regionais que tornam cada vez mais difícil o combate a ciclos demográficos e económicos regressivos.- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.- Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública.

EIXO 3.UM PAÍS COMPETITIVO EXTERNAMENTE E COESO INTERNAMENTE

PONTOS FORTES

- Boas acessibilidades interregionais que favorecem a mobilidade de bens, pessoas e serviços (A1 e IC8).
- Elevada densidade de empresas no território, com destaque para a sua concentração nos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Batalha.
- Tecido empresarial constituído por microempresas, com uma média de 3 pessoas ao serviço por empresa.
- Indicadores positivos de competitividade, com o crescimento do número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço na Região de Leiria.
- Volume de negócios por empresa superior à média regional, com as empresas de Leiria e da Marinha Grande a ultrapassarem a média nacional.
- Tecido empresarial caracterizado por diversidade setorial, concentrando maior número de empresas nos setores do comércio por grosso e a retalho (G), atividades administrativas e dos serviços de apoio (N), construção (F), atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) e indústrias transformadoras (C).
- Indústrias de fabricação de produtos metálicos são as mais representativas no contexto das indústrias transformadoras.
- Especialização do território em setores que sustentam os clusters dos moldes, ferramentas especiais e plásticos, materiais para o habitat, floresta e turismo.
- No contexto regional, a Região de Leiria assume destaque no número de empresas das indústrias de alta e média-alta tecnologia.
- A proporção do VAB das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras é muito favorável no contexto regional e nacional.
- Evolução positiva da intensidade exportadora e grau de abertura registados na Região de Leiria, apenas ultrapassada pela Região de Aveiro e Viseu Dão Lafões.
- Existência de uma forte rede de apoio ao empreendedorismo e formação especializada nos setores de especialização da região.
- Crescente procura turística do território: aumento da capacidade de alojamento, do número de dormidas e da taxa líquida de ocupação-cama na Região de Leiria.
- Alinhamento das operações conjuntas, promovidas por entidades estratégicas no âmbito das SAAC, com os eixos de especialização da região: moldes, ferramentas especiais e plásticos; e materiais para o habitat.
- Implementação de um conjunto de projetos de promoção do espírito empresarial e empreendedorismo para diferentes públicos-alvo.
- Forte investimento das PME no desenvolvimento das suas atividades e produção.
- Importante investimento na criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas nos territórios de baixa densidade, através do programa SIZÉ.
- Importantes investimentos na reabilitação urbana, mobilidade sustentável e apoio a comunidades desfavorecidas em centros urbanos superiores da Região de Leiria.
- Importantes investimentos na reabilitação do património cultural.

ÁREAS DE MELHORIA

- Lacunas na acessibilidade intrarregional.
- Taxa de natalidade de empresas abaixo da média.
- Estrutura empresarial constituída predominantemente por empresas de baixa tecnologia, direcionadas para mercados exportadores tradicionais ou para o mercado nacional.
- Baixo investimento no setor florestal, apesar deste setor constituir uma área de especialização da EIDT, o que pode indiciar uma desadequação de requisitos de candidatura face à realidade regional

	<ul style="list-style-type: none">- A proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia apresenta o valor mais baixo no contexto da Região Centro.- Seguindo a tendência nacional, a balança comercial encontra-se em regressão.- Performance turística da Região Centro pouco positiva, em termos taxa de ocupação/cama e valor da RevPar nacional.- Concentração dos apoios e investimento nas PME dos concelhos de Leiria e Marinha Grande, concelhos onde se regista maior dinamismo empresarial.- Parco investimento no setor florestal em termos de desenvolvimento produtivo, inovação, criação de novas empresas e de postos de trabalho.- Baixa dotação associada à reabilitação urbana e inadequação às características do território.- Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação subregional.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento produtivo e internacionalização das empresas.- Fortalecimento do cluster agroalimentar e agroflorestal, o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território.- Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios.- Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a competitividade do território.- Existência de importantes corredores rodoviários e ferroviários que poderão alavancar o desenvolvimento e estruturação do centro litoral Português.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none">- Forte vulnerabilidade do território a catástrofes naturais, com implicação na imagem do território como destino turístico.- Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, com destaque para a regeneração urbana.- Atraso na abertura de avisos e na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários, em prioridades de investimento com forte contributo para a coesão territorial.- Assimetrias regionais que tornam cada vez mais difícil o combate a ciclos demográficos e económicos regressivos.- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.- Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública.

EIXO 4. UM PAÍS SUSTENTÁVEL E QUE VALORIZA OS SEUS RECURSOS ENDÓGENOS

<p>PONTOS FORTES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de áreas propícias à instalação de centrais de energia eólica. - Evolução positiva da produção de energia renovável na Região de Leiria, com relevância para a produção de energia eólica e térmica. - Cobertura quase total de abastecimento de água. - Importantes investimentos no cadastro das redes AAR e SAR e investimentos infraestruturais (ampliação das redes de drenagem, controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, e remodelações/beneficiações de ETAR, etc.) - Forte apoio financeiro à recuperação das infraestruturas básicas municipais, destruídas pelos incêndios de 2017. - Investimento no planeamento e na educação e sensibilização da comunidade para as alterações climáticas. - Investimento no planeamento e gestão de riscos, em todos os concelhos da região, nomeadamente na prevenção e combate a incêndios.
<p>ÁREAS DE MELHORIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acréscimo global do consumo de energia na Região de Leiria. - Forte dependência energética externa de combustíveis fósseis. - Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais não é ainda total. - Baixos níveis de reciclagem, apesar da evolução positiva registada nos últimos anos. - Dificuldade de controlo e prevenção de fogos florestais que contribuem para a emissão de GEE. - Elevado risco de incêndio do território.
<p>OPORTUNIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciencialização e interesse dos cidadãos para as questões éticas e ambientais. - Enfoque dos apoios comunitários no domínio da energia e da “economia verde”. - Investimento no Mercado de Carbono. - Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a sustentabilidade e gestão dos recursos do território.
<p>AMEAÇAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, com destaque para as alterações climáticas, mobilidade, biodiversidade e infraestruturas básicas. - Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com forte contributo para a coesão territorial. - Transversalidade que a área do ambiente possui pode dificultar a implementação de medidas de apoio à eficiência energética e redução das emissões de GEE. - Efeitos das alterações climáticas na região, com impacto sobre os recursos e agravamento dos riscos naturais (incêndios florestais, cheias e inundações). - Grande pressão urbana e industrial em grande parte do território. - Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios. - Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.

3.2 Visão, eixos e objetivos estartégicos

Tendo em vista o que se pretende alcançar com a implementação do quadro estratégico 2030 é apresentada a visão para a Região de Leiria num horizonte temporal de curto/médio prazo. Pretende-se que esta visão seja o fio condutor de toda a estratégia, decorrendo desta diferentes eixos e objetivos estratégicos que sustentam os programas que estruturam a ação através de medidas concretas para o território.

Desta reflexão, surge a seguinte visão focada no potencial de desenvolvimento do território, considerando as suas múltiplas dimensões e fatores de diferenciação.

Visão



CIMRL
Região de Leiria
2030

Em 2030, a região de Leiria será uma referência de coesão e resiliência, caracterizada pela proativa gestão do território e do conhecimento como fatores de diferenciação e competitividade

Para a prossecução da visão de futuro, a estratégia elenca quatro eixos estratégicos que se materializam numa carteira de projetos regionais estruturantes e respetivas medidas.

Eixos

Eixo 1. Reforço da coesão territorial

Objetivos estratégicos	OE1. Garantir uma rede de Serviços de Interesse Geral, fortalecendo a capacidade de resposta qualificada à população de todo o território, em domínios essenciais à qualidade de vida.
	OE2. Promover políticas ativas de emprego e integração social.
	OE3. Promover uma oferta habitacional de qualidade a todos os cidadãos e fomentar a inclusão social dos mais desfavorecidos.
	OE4. Reforçar políticas ativas de promoção do sucesso escolar e integração educativa.
	OE5. Promover a igualdade de oportunidades e proteção de comunidades mais vulneráveis.
	OE6. Apostar na cultura como elemento de inclusão e de ativação socioeconómica.

O eixo 1 assenta no reforço da coesão territorial, por via da estruturação de serviços e de políticas de desenvolvimento que permitam a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida da população. Com uma abordagem integrada na sua orientação para a coesão territorial, este eixo estratégico prevê a implementação de uma rede de serviços essenciais (Serviços de Interesse Geral) consistente com as necessidades da população, assim como um conjunto de medidas que contribuam para uma sociedade mais igualitária no acesso à habitação, saúde, educação, emprego e cultura, sem descurar os grupos sociais mais desfavorecidos. Erradicar e prevenir o aparecimento de situações de

exclusão social por via da incapacidade de acesso a bens e serviços essenciais que ultrapassam o contexto habitacional e que abrangem os domínios da educação, emprego, saúde e cultura, constituem o mote deste eixo, tendo em vista a maior coesão territorial.

Neste âmbito, refere-se particularmente a necessidade de reforço da discriminação positiva de territórios de baixa densidade, no sentido de serem contrariadas as fortes dinâmicas regressivas que se mantêm, com impacto ao nível das redes de equipamentos e serviços públicos de proximidade, transportes, habitação, reabilitação e revitalização urbanas, entre outras.

Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	
Objetivos estratégicos	<p>OE7. Melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores económicos da região.</p> <p>OE8. Apoiar a colaboração entre a SCTN e tecido empresarial, nomeadamente nos setores de especialização e através da mobilidade de recursos humanos qualificados.</p> <p>OE9. Garantir a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes.</p> <p>OE10. Alargar a infraestruturação tecnológica e o leque de serviços digitais oferecidos aos cidadãos, com especial destaque para o território de baixa densidade e grupos vulneráveis da comunidade.</p>

O eixo 2 assenta no reforço da inovação e da qualificação do capital humano como veículos para a competitividade do território. Numa lógica de especialização inteligente, considera-se fundamental a aposta na inovação e formação, estreitando relações entre o tecido empresarial regional e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

A inovação constitui um motor fundamental para a utilização eficiente e responsável dos recursos, para o desenvolvimento de novas soluções do fornecimento de novos bens e serviços e da integração em novos mercados, assim como permite às empresas desenvolver novos esquemas organizativos ou processos que permitam reduzir custos ou adaptarem-se mais facilmente aos desafios colocados por uma economia global em permanente mudança.

O apoio à melhoria da eficiência dos sistemas regionais de inovação é uma prioridade em toda a União Europeia, em particular as medidas destinadas a traduzir a investigação e desenvolvimento (I&D) em novos produtos e serviços, sendo igualmente prioridade na Região de Leiria.

A par desta aposta na inovação e nas qualificações é premente o investimento na infraestruturação e modernização tecnológica que permita melhores e mais eficientes comunicações e o desenvolvimento de soluções integradas e inovadoras no território, previstas noutras ações desta EIDT.

Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	
Objetivos estratégicos	<p>OE11. Criar apoios adequados ao tecido heterogéneo e diverso da região, fomentando a competitividade individual das empresas e o reforço de cadeias de valor e processos colaborativos.</p> <p>OE12. Permitir às empresas de todos os setores económicos expandir as suas atividades, criar/manter postos de trabalho e internacionalizar-se, incentivando uma transformação para a neutralidade em termos carbónicos.</p> <p>OE13. Melhorar a rede de transportes e acessibilidades internas e externas em modelos que permitam a mitigação de externalidades negativas e impactos ambientais e climáticos do fluxo de pessoas e bens.</p> <p>OE14. Implementar estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano-rural sustentável e adaptadas às especificidades de cada território em matéria de infraestruturação, gestão inteligente, diversificação funcional e atratividade sustentável.</p>

Complementarmente aos dois anteriores eixos, é premente a aposta na competitividade empresarial e na competitividade do território, por via da melhoria da acessibilidade interna e externa da região e da implementação de estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano-rural, reforçando a coesão e tirando partido das particularidades do território.

Com uma estrutura económica diversificada, é possível identificar, na Região de Leiria, áreas de especialização económica relacionadas com os moldes, ferramentas especiais e plásticos, os materiais para o habitat, a floresta e o turismo, pelo que se reforça, neste quadro estratégico, a aposta na consolidação destes setores, fortalecendo vantagens competitivas e potenciando sinergias entre agentes regionais, no âmbito das cadeias de valor. Este eixo pretende reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, particularmente nas quatro áreas de especialização inteligente da Região, setores que estão alinhados com a Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3) da Região Centro⁵.

O reforço da competitividade exige a incorporação de novas abordagens nos modelos empresariais (indústria 4.0, economia digital, economia circular, etc.) mas também a implementação de uma política concertada de atração de novos investimentos e de capital humano qualificado para o território, pelo que estão previstas medidas que permitam dotar o território de condições para a fixação de empresas e pessoas, através da melhoria da acessibilidade e mobilidade interna e externa, tendo em consideração os atuais desafios económicos e ambientais. Decorrente desta aposta, considera-se fulcral alinhar a abordagem intermunicipal de comunicação, nas dimensões interna e externa, refletindo uma visão única para o território.

Ainda neste Eixo, encontra-se a dimensão urbana que, na Região de Leiria, possui características singulares, com um modelo territorial dicotómico entre o litoral e o interior. Do ponto de vista do

⁵ <http://ris3.ccdrc.pt/>

desenvolvimento territorial, o investimento foca-se na reabilitação e revitalização urbana, assim como no apoio a programas de dinamização urbana e na valorização do património cultural material e imaterial da região.

Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica	
Objetivos estratégicos	OE15. Concluir a infraestruturização do território para a gestão eficiente de recursos e valorização ambiental.
	OE16. Apoiar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, capazes de antecipar e responder à multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade existentes e futuros.
	OE17. Reforçar a capacidade de gestão e de resposta aos efeitos das alterações climáticas e vulnerabilidades.
	OE18. Melhorar e adequar as políticas e instrumentos de apoio à transição para um quadro regional de eficiência energética e minimização de emissões de GEE – adequar medidas às necessidades dos setores mais problemáticos.
	OE19. Incrementar modelos de gestão e valorização de resíduos com vista a um cenário de neutralização de deposição em aterro.

No domínio do crescimento sustentável, o eixo 4 reflete a necessidade de dar resposta aos desafios ambientais atuais, dada a vulnerabilidade do território, em linha com o [Pacto Ecológico Europeu](#) (European Green Deal), tendo em vista tornar a economia da UE sustentável.

O Pacto Ecológico Europeu prevê atingir a neutralidade carbónica em 2050 através de um roteiro com diversas ações para impulsionar a utilização eficiente dos recursos, tendo em vista a transição para uma economia limpa e circular, restaurar a biodiversidade e reduzir a poluição.

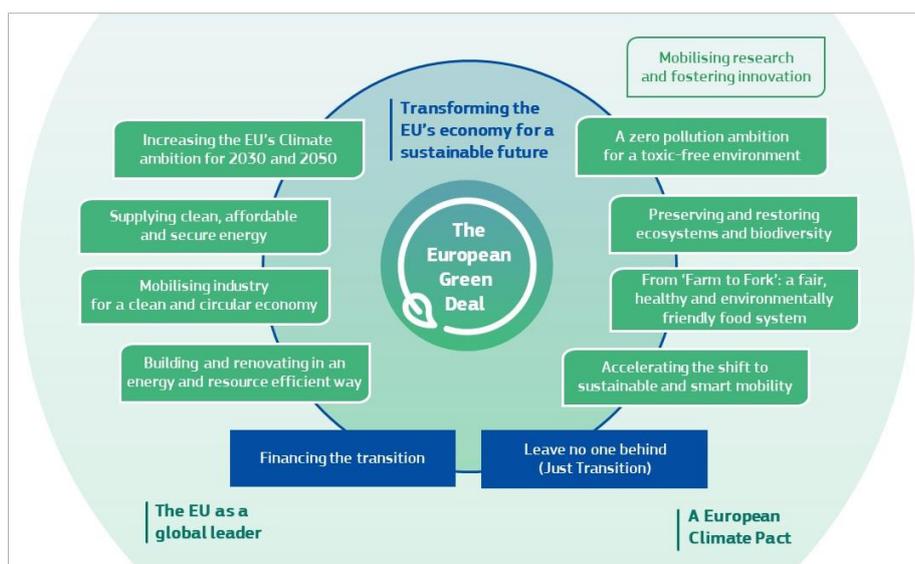


Figura 4. Esquema conceptual do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal)
 Fonte: Comissão Europeia, 2019 (in <https://eur-lex.europa.eu/>)

Apesar da evolução positiva ao nível das estruturas e práticas de gestão de recursos, nomeadamente em termos de biodiversidade, água, energia e resíduos, o território da Região de Leiria carece ainda de investimentos importantes que contribuam efetivamente para a neutralidade carbónica, no que se refere à cobertura de infraestruturas básicas e à gestão eficiente e sustentável dos recursos.

Com vista à efetiva consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável que concretize a ambição de utilização racional e eficaz dos recursos, a Região de Leiria assume o compromisso de tornar o território mais resiliente e contribuir para o combate às alterações climáticas, com um claro benefício na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Para tal prevêem-se intervenções de infraestruturização e modernização da rede de abastecimento de água e rede de saneamento nos concelhos da região, assim como a implementação de outras medidas em domínios fundamentais para a sustentabilidade do território, nomeadamente, no âmbito da prevenção de riscos, da eficiência energética, e da saúde pública e gestão eficiente/inteligente de resíduos.

As noções de responsabilidade e sustentabilidade suportam este quarto eixo, na medida em que está previsto efetuar um trabalho de proximidade com a comunidade, tendo em vista a sua sensibilização para estas matérias e a sua mobilização para comportamentos responsáveis e mais sustentáveis.

3.3 Projetos regionais estruturantes

Os quatro eixos estratégicos apresentados enquadram uma carteira de 16 projetos regionais estruturantes, cujas medidas se perspetiva implementar no horizonte temporal de 2021 a 2030 (Figura 5).

Refere-se ainda que, tendo em consideração o contexto social e de saúde pública em que se desenvolveu a revisitação da EIDT da Região de Leiria (pandemia pelo Corona Vírus SARS-CoV-2 causador da COVID 19), foram contempladas, nas medidas propostas, ações focadas na prevenção, mitigação e adaptação a contextos similares de saúde pública que se possam manter ou que venham a ocorrer no futuro.

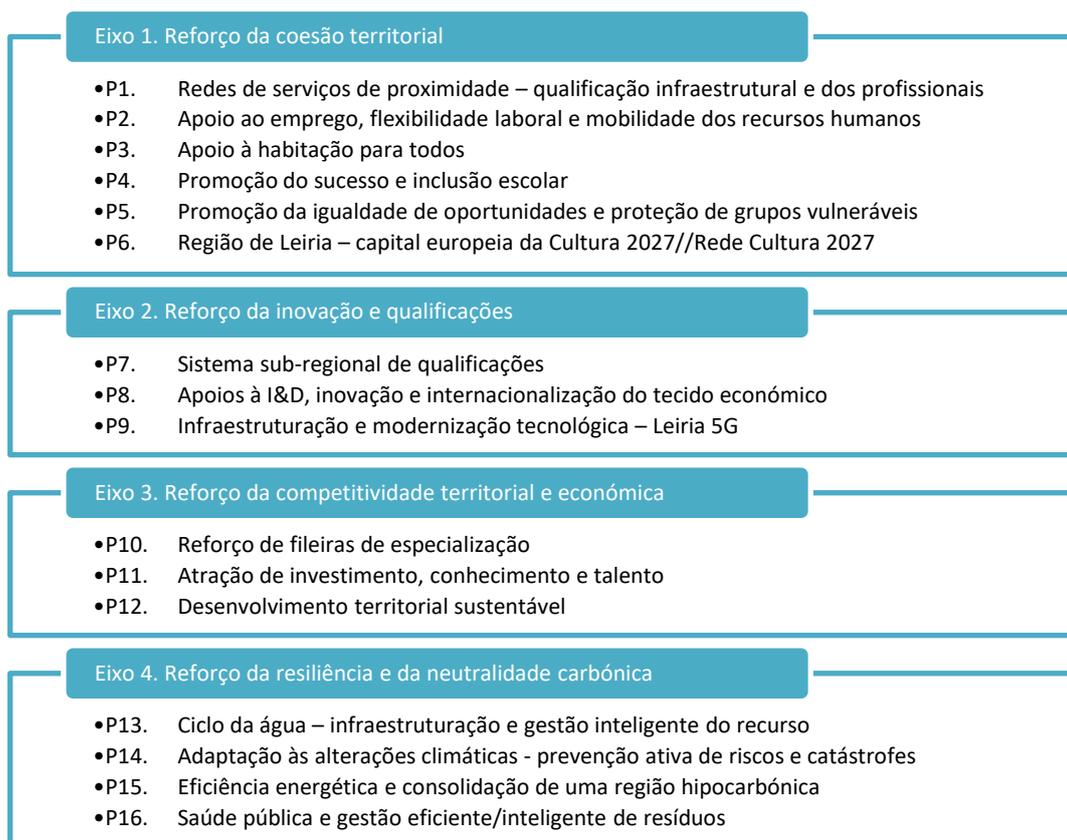


Figura 5. Projetos regionais estruturantes para a Região de Leiria no horizonte 2021-2030

De acordo com o quadro estratégico apresentado são descritos, de seguida, os projetos regionais estruturantes da EIDT Região de Leiria 2030. Para cada projeto regional estruturante é apresentada uma ficha-síntese que integra os seguintes campos:

- **Eixos estratégicos:** enquadramento do projeto no eixo estratégico da Região de Leiria 2030 correspondente.
- **Objetivos estratégicos:** identificação de objetivos a cumprir, resultantes do exercício estratégico apresentado.
- **Descrição:** breve descrição, nomeadamente das medidas a implementar no horizonte temporal 2021-2030.
- **Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros :** PI (FC, FEDER e FSE) ou prioridades FEADER/FEAMP, potencialmente mobilizadas de acordo com arquitetura do Portugal 2020. Assim como outros possíveis enquadramentos de apoios à concretização dos projetos.
- **Potenciais promotores e copromotores:** entidades públicas e/ou privadas de escala local, regional ou nacional, passíveis de se identificarem como entidades beneficiárias das candidaturas a apoios financeiros no âmbito do Portugal 2020 ou outros programas.

P1. Rede Regional de Serviços de Interesse Geral (SIG) – qualificação infraestrutural e dos profissionais				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE1. Garantir uma rede de Serviços de Interesse Geral, fortalecendo a capacidade de resposta qualificada à população de todo o território, em domínios essenciais à qualidade de vida.			
Descrição	<p>O Projeto Regional Estruturante 1 prevê o investimento numa Rede Regional de Serviços de Interesse Geral que integre serviços das seguintes categorias⁶:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços de interesse económico geral: serviços de base prestados em troca de pagamento, tais como os serviços postais. Estes serviços estão sujeitos às regras de concorrência e do mercado interno europeu. • Serviços não económicos: serviços que não são sujeitos a legislação europeia específica ou às regras do mercado interno e da concorrência (tais como a polícia, a justiça e os regimes de segurança social obrigatórios). • Serviços sociais de interesse geral: aqueles que respondem às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis e assentam nos princípios da solidariedade e da igualdade de acesso. Podem ser de natureza económica ou não económica. Estes incluem, por exemplo, os regimes de segurança social, os serviços de emprego e a habitação social. <p>O reforço da rede intermunicipal de serviços, alinhado com o quadro das novas competências assumidas pela CIM e municípios, exige a qualificação infraestrutural e qualificação dos profissionais, tendo em consideração as especificidades do território, nomeadamente, a adaptação a contextos de baixa densidade.</p> <p>O presente Projeto integra as medidas necessárias para responder às carências estruturais identificadas no território, mas que se revelam também uma resposta eficaz em contextos excecionais como o atual contexto pandémico que dita a reavaliação de modelos funcionais, antecipando, desde já, a ocorrência de situações similares no futuro. Este Projeto permitirá dotar o território de capacidade de resposta em domínios essenciais à qualidade de vida, nomeadamente, o ensino (desde o pré-escolar até ao ensino superior), a saúde, a proteção civil, o apoio social e a cultura, entre outros serviços considerados essenciais, sendo essencial garantir a capacidade de implementação das seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Reforço e qualificação/modernização de equipamentos da rede SIG (parque escolar, equipamentos de saúde, equipamentos de apoio social e equipamentos culturais como bibliotecas, museus, espaços de exposições, centros de interpretação, etc.), para melhoria das condições de segurança, higiene (respeitando as indicações da DGS, no que se refere à prevenção, contenção e mitigação, num contexto pandémico) incluindo a acessibilidade universal. 			

⁶ Fonte: Comissão Europeia

	<p>No âmbito das infraestruturas de ensino refere-se, além da requalificação do parque escolar (básico e secundário), a necessidade de expansão do Instituto Politécnico de Leiria, bem como da sua natural evolução para Universidade.</p> <p>No âmbito dos equipamentos de saúde referem-se, particularmente, os investimentos no Centro Hospitalar de Leiria, no Hospital da Fundação N.ª Sr.ª da Guia (em Avelar), a par do serviço de cirurgia (Protocolo com a ARSCentro), assim como a criação urgente de uma unidade de resposta na área da Saúde Mental.</p> <p>ii. Investimento na modernização administrativa da rede de serviços de proximidade através da melhoria de processos, desburocratização/ simplificação administrativa;</p> <p>iii. Desenvolvimento de novas soluções de acesso e de funcionalidade dos serviços públicos através do reforço das TIC no âmbito da administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha (criação e implementação de soluções tecnológicas de prevenção e mitigação, em contexto pandémico, nomeadamente sistemas inteligentes de gestão de fluxos de pessoas em espaços e equipamentos públicos (dados de sinais de telemóveis Informação que será debitada numa app para consulta de tempos de espera) e dispositivos inteligentes de medição de temperatura e contagem de pessoas em edifícios públicos e outros serviços e espaços);</p> <p>iv. Criação de uma plataforma online intermunicipal que integre todos os serviços da Rede Regional de Serviços de Interesse Geral, identificando recursos, regulamentos, orientações intermunicipais e respostas existentes no território, às quais está associada a prestação de serviços ao domicílio, ativada/reforçada em contextos de calamidade ou de emergência;</p> <p>v. Desenvolvimento de um plano de formação e capacitação dos profissionais no âmbito do reforço da eficiência e capacidade institucional das administrações públicas e outras entidades que prestam serviço no âmbito da Rede Regional de Serviços de Interesse Geral;</p> <p>vi. Definição de um Plano Intermunicipal de Contingência e Resiliência socioeconómica com diretrizes a seguir em caso de emergência ou catástrofe, direcionado para diferentes públicos-alvo (entidades públicas, entidades privadas, e para a comunidade), incluindo a capacitação dos agentes do território nesta matéria;</p> <p>vii. Apetrechamento da rede SIG com equipamentos de proteção individual e soluções tecnológicas de prevenção e mitigação, a utilizar em contexto pandémico, nomeadamente sistemas inteligentes de gestão de fluxos de pessoas em espaços e equipamentos públicos e dispositivos inteligentes de medição de temperatura.</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PI2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha (Fundo: FEDER) • PI5.2. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (Fundo: FC) • PI6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (Fundo: FEDER)

	<ul style="list-style-type: none"> • PI6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (Fundo: FEDER) • PI9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (Fundo: FSE) • PI9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (Fundo: FEDER) • PI10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (Fundo: FEDER) • PI11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (Fundo: FSE) • PI11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (Fundo: FSE) • P10. Renovação de aldeias (Fundo: FEADER) • Outros: Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Programa Equipamentos; Programa Erasmus+.
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Entidades públicas • Entidades privadas

P2. Apoio ao emprego, flexibilidade laboral e mobilidade dos recursos humanos				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE2. Promover políticas ativas de emprego e integração social.			
Descrição	<p>O Projeto Regional Estruturante 2 tem como objetivo promover políticas ativas de apoio ao emprego e integração social, procurando responder aos atuais desafios do mercado, onde se têm registado diversas transformações na estrutura organizacional e modelos de gestão das empresas e instituições, pela incorporação crescente de novas tecnologias e de uma necessidade constante de inovação, pela internacionalização dos processos económicos, entre outros. Acresce a estas transformações, as decorrentes do contexto pandémico com um impacto negativo na economia a todas as escalas e, conseqüentemente, no aumento da taxa de desemprego, uma situação que exige medidas concretas e o recurso a modalidades de trabalho que favoreçam a prevenção e mitigação de riscos de contágio.</p> <p>Sendo um fator essencial para a coesão territorial, é premente aumentar a taxa de emprego na região, nomeadamente através de um papel ativo das entidades que tutelam e apoiam neste domínio. É também fundamental promover um maior equilíbrio entre a oferta e a procura de mão-de-obra, criar um ambiente facilitador para a empregabilidade através da flexibilização do trabalho e da mobilidade de recursos humanos qualificados e, finalmente, promover a inserção profissional de população desfavorecida, sendo assim essencial assegurar a implementação das seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Criação de redes de apoio ao emprego e inserção profissional de proximidade (através da maior ligação e articulação entre o IEFP – Centros de Emprego, GIP e população desempregada), capazes de garantir a orientação e acompanhamento dos processos, a monitorização de resultados, a identificação de necessidades de formação profissional e a realização de ações de formação/capacitação, em articulação com as instituições de ensino profissional e ensino superior da região, sendo essencial a dotação da região de Leiria de um Centro de Formação Distrital do IEFP; ii. Apoio à mobilidade de recursos humanos qualificados entre instituições de investigação do SCT e empresas da região, tendo em vista a partilha de conhecimento e de experiências; iii. Apoio à criação de postos de trabalho em empresas localizadas nos territórios de baixa densidade; iv. Apoio a empresas que cumpram políticas de igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, assim como uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar; v. Apoio à contratação de jovens NEET e de população em situação mais vulnerável; vi. Apoio à adoção de modelos de trabalho mais flexíveis com incentivos às empresas que o pratiquem, entre eles, o teletrabalho. 			
Prioridades de Investimento (PI) /	<ul style="list-style-type: none"> • PI8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de 			

<p>Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<p>trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores (Fundo: FSE)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PI8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem (Fundo: FSE) • PI8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (Fundo: FSE) • PI8.7. Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes (Fundo: FSE) • P6. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais pela facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos. (Fundo: FEADER) • P4. Aumentar o emprego e a coesão social (Fundo: FEAMP) • Outros: Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Programa Erasmus+; Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social (três eixos); Programa EEAGrants.
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • IEFP • Empresas

P3. Apoio à habitação para todos				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE3. Promover uma oferta habitacional de qualidade a todos os cidadãos e fomentar a inclusão social dos mais desfavorecidos.			
Descrição	<p>A qualidade e diversidade da habitação são fatores chave da atratividade de um território, contribuindo, a par com um ambiente urbano de qualidade, serviços e equipamentos de apoio à qualidade de vida e disponibilidade de emprego, para a retenção e atração de população.</p> <p>Neste contexto, torna-se crucial uma intervenção mais ativa no mercado habitacional, por parte das autarquias e entidades da economia social, através da concretização do Projeto Regional Estruturante 3 que prevê, entre outros, a concretização dos seguintes objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reforço da oferta pública de habitação e promoção do acesso a uma habitação adequada a todos os cidadãos; • dinamização do mercado de arrendamento a custos acessíveis, dada a dificuldade de a população conseguir aceder a uma habitação condigna, com taxas de esforço mensais que permitam garantir o acesso aos bens básicos, contribuindo para um maior equilíbrio entre os rendimentos e as despesas mensais dos agregados familiares; • apoio à reabilitação de habitações sem condições de habitabilidade e desadequadas às especificidades da população (ex.: população idosa, população com mobilidade reduzida/condicionada); • criação de um contexto facilitador para o cidadão, nomeadamente no que diz respeito à disponibilização de informação sobre o mercado imobiliário e os apoios existentes à escala municipal e supramunicipal. <p>Com este enquadramento, o Projeto Regional Estruturante 3 prevê:</p> <ol style="list-style-type: none"> Elaboração de Estratégias Locais de Habitação (ELH) municipais, com as soluções habitacionais mais adequadas, por via do Programa 1º Direito e de outros programas em vigor. Como possível resposta à descentralização de competências, deverão ser previstas medidas de apoio ao arrendamento social identificando-se como premente a criação de um regime excecional em situações de mora no pagamento da renda, num contexto de pandemia ou catástrofe, ou outro de fragilização social severa, Elaboração de Cartas Municipais de Habitação; Gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana; Gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios; Reabilitação física da habitação em comunidades desfavorecidas. 			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> • PI6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo 			

FEADER/FEAMP (P) / Outros	zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (Fundo: FEDER) <ul style="list-style-type: none">• PI9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (Fundo: FEDER)• Outros: Apoios IHRU, nomeadamente o Programa 1º Direito à Habitação; Instrumentos financeiros, nomeadamente o IFRRU e o FNRE.
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none">• Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)• Municípios• IHRU• Entidades gestoras de habitação social

P4. Promoção do sucesso e inclusão escolar				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE4. Reforçar políticas ativas de promoção do sucesso escolar e integração educativa.			
Descrição	<p>O Projeto Regional Estruturante 4 é focado na continuidade do trabalho desenvolvido pela CIMRL, municípios e Agrupamentos de Escolas/Ministério da Educação, no âmbito da promoção do sucesso escolar e redução e prevenção do abandono escolar precoce.</p> <p>Tendo em conta as diferentes realidades e dinâmicas diferenciadas da Região de Leiria na área da educação, o projeto continuará a ser desenvolvido de forma integrada e articulada, promovendo a igualdade de acesso a um sistema de ensino (desde o nível pré-escolar ao secundário) de qualidade, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e diversidade da oferta, através de um trabalho próximo da CIMRL e municípios com as escolas/agrupamentos de escola da região.</p> <p>Neste contexto devem continuar a ser asseguradas, entre outras, as seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Implementação de modelos de ensino-aprendizagem inovadores, assentes no desenvolvimento de competências cognitivas dos alunos e no fomento da sua autonomia, capazes de responder aos desafios do ensino não presencial; ii. Implementação de medidas que permitam a deteção precoce de alunos com dificuldades de aprendizagem e indisciplina; iii. Constituição de equipas multidisciplinares de apoio à comunidade escolar; iv. Implementação de ações orientadas para a promoção da inclusão social, em particular para jovens provenientes de contextos desfavorecidos; v. Estreitamento das relações entre as escolas, as instituições locais e o tecido empresarial tendo em vista o reforço do espírito empreendedor, a promoção da cidadania, a valorização do património e identidade da região, etc.; vi. Implementação de ações que permitam aproximar as famílias do contexto escolar; vii. Intervenções de natureza preventiva e de estímulo cognitivo e psicossocial, direcionados para a infância; viii. Investimento em recursos pedagógicos e equipamentos informáticos que suportem novas metodologias de ensino-aprendizagem, entre elas, o ensino à distância (em resposta a eventuais situações de pandemia ou outras catástrofes) – foco nos alunos e nos docentes; ix. Monitorização e avaliação dos resultados obtidos através dos programas implementados. <p>Estas medidas (de escala intermunicipal e municipal) deverão ser concretizadas através do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da Região de Leiria (2.ª fase), assim como através de outros programas na área da educação que possam ser diretamente dirigidos aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dos dez municípios que integram a Região de Leiria.</p>			

Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none">• PI10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação. (Fundo: FSE)• Outros: Programa Erasmus+; Programa de Cooperação territorial Europeia (INTERREG).
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none">• Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)• Municípios• Instituições de ensino

P5. Promoção da igualdade de oportunidades e proteção de grupos vulneráveis				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE5. Promover a igualdade de oportunidade e proteção de comunidades mais vulneráveis			
Descrição	<p>No sentido de combater a discriminação, a Região de Leiria está empenhada em promover a igualdade social através de políticas igualitárias no acesso a oportunidades e que permitam a proteção de grupos mais vulneráveis.</p> <p>Considerando o papel fulcral das instituições neste domínio, está prevista a implementação de um conjunto de medidas que permita responder às questões estruturais de fragilidade social existentes no território no âmbito do Projeto Regional Estruturante 5, entre elas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de Planos de Igualdade, de escala intermunicipal e municipal, que abordem as temáticas da igualdade de género e igualdade de oportunidades; Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão ativa da população mais desfavorecida; Desenvolvimento de ações que promovam a igualdade de oportunidades, direcionadas para públicos-alvo específicos, através de respostas inovadoras a desafios sociais (na área social, da saúde, da educação, do emprego, etc.). 			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none"> • PI8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida 8.iv – Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida (Fundo: FSE) • PI9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (Fundo: FSE) • PI9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (Fundo: FSE) • Outros: Programa EEAGrants; Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social (três eixos); Programa <i>Europe for Citizens</i> 			
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Outras entidades públicas e privadas, nomeadamente ONG 			

P6. Região de Leiria – Capital Europeia da Cultura 2027/Rede Cultura 2027				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE6. Apostar na cultura como elemento de inclusão e de ativação socioeconómica.			
Descrição	<p>Reconhecendo a importância da cultura para a qualidade de vida da população, o Projeto Regional Estruturante 6 prevê a candidatura da Região de Leiria a Capital Europeia da Cultura 2027, uma iniciativa da União Europeia com o objetivo de valorizar a cultura e o património, promover a diversidade cultural europeia e fomentar o acesso livre e democrático a todas as formas de expressão artística e cultural.</p> <p>Esta candidatura integra uma rede de 26 municípios de três Comunidades Intermunicipais, designadamente, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região Oeste (OesteCIM) e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT); uma heterogeneidade que é vista como vantagem competitiva face a outros territórios concorrentes.</p> <p>Tendo por base um processo fortemente participativo, para o qual toda a população tem sido mobilizada, integram esta plataforma “Rede Cultura 2027” vários agentes culturais e “embaixadores”.</p> <p>Este Projeto Regional Estruturante 6 tem enfoque na cultura como elemento de inclusão e de ativação socioeconómica, estando previstas várias ações de valorização da cultura e identidade local, para diversos públicos-alvo.</p> <p>A concretização deste projeto prevê a implementação das seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Definição de um Plano Estratégico Cultural para a Rede Cultura 2027; Elaboração da candidatura a Capital Europeia da Cultura (CEC); Definição de um Plano de monitorização e avaliação do impacto da CEC no território. <p>No âmbito desta candidatura serão salvaguardadas medidas e desenhadas atividades adequadas a um contexto/ameaça de pandemia ou catástrofe.</p>			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none"> • PI6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (Fundo: FEDER) • Outros: Programa <i>Creative Europe</i>; Programa <i>Europe for Citizens</i>; Programa EEAGrants; Apoios do Turismo de Portugal; Apoios DGArtes. 			
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Comunidade Intermunicipal da Região Oeste (OesteCIM) • Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT) • Municípios • Entidades públicas e privadas, nomeadamente do setor das artes 			

P7. Sistema sub-regional de qualificações				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE7. Garantir a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes.			
Descrição	<p>Garantir uma oferta educativa e formativa de elevada qualidade, assegurando a aprendizagem e o ajustamento das competências no contexto das necessidades regionais e da sociedade do conhecimento, constitui o principal foco do Programa Regional Estruturante 7, sendo premissa basilar para o desenvolvimento da Região de Leiria.</p> <p>Numa perspetiva de facilitar a transição da educação para o trabalho e melhorar a relevância da aprendizagem relativamente à procura real e potencial do mercado de trabalho, prevê-se implementar um conjunto de medidas que contribuam para alinhar a oferta de formações e qualificações com as necessidades da Região de Leiria, através do reforço da colaboração entre as instituições de ensino e formação, os centros tecnológicos e as empresas.</p> <p>Procurar-se-á também apostar na aprendizagem ao longo da vida, como chave para o ajustamento constante entre a oferta e a procura de competências, em face das flutuações esperadas do mercado de trabalho numa economia aberta.</p> <p>Este projeto prevê um conjunto de medidas de apoio ao diagnóstico, estruturação e qualificação da oferta formativa e à formação do capital humano, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> Diagnóstico das necessidades atuais do tecido empresarial da Região de Leiria e necessidades expectáveis nas áreas de aposta prioritária / setores emergentes (áreas de especialização). Disponibilização de oferta formativa ajustada e qualificada (em vários níveis de escolaridade e em contextos formais, não formais e informais) que responda às necessidades identificadas para a Região de Leiria; Qualificação do capital humano, incluindo em contexto de pandemia ou catástrofe, prevendo a alteração de procedimentos, em termos de higiene e segurança. 			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none"> • PI10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos (Fundo: FSE) • PI10.3. Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas (Fundo: FSE) • PI10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, 			

	<p>inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem. (Fundo: FSE)</p> <ul style="list-style-type: none">• Outros: Programa Erasmus+; Programa de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Programa EASI
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none">• Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)• Empresas• Associações empresariais• Instituições de ensino• Entidades do SCT

P8. Apoios à I&D, inovação e internacionalização do tecido económico				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	<p>OE8. Melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores económicos da região.</p> <p>OE9. Apoiar a colaboração entre a SCTN e tecido empresarial, nomeadamente nos setores de especialização e através da mobilidade de recursos humanos qualificados.</p>			
Descrição	<p>O apoio à melhoria da eficiência do sistema regional de inovação é uma prioridade, na medida em que permite alavancar a competitividade das empresas. Numa lógica de especialização inteligente, pretende-se reforçar a competitividade territorial através da investigação e inovação e apoio à internacionalização do tecido económico, tirando partido das sinergias existentes e de outras que se poderão potenciar.</p> <p>Com forte ligação aos setores de especialização da região (ver P10), este programa prevê um conjunto de medidas, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Apoio à contratação e enquadramento de quadros qualificados; ii. Apoio a redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições do SCT e as empresas da região, materializados em projetos de cooperação que permitam efetivar estas parcerias e em espaços de cooperação como o Parque de Ciência e Inovação da Região de Leiria num modelo polinucleado e focado nas áreas de especialização da sub-região; iii. Reforço de I&D e apoio à diversificação e desenvolvimento de novos produtos nas empresas da região que permitam responder às necessidades de mercado, em particular aquelas com ligação aos setores de especialização da região e a contextos de emergência como o vivido em 2020 pela pandemia por COVID 19; iv. Reforço da competitividade através da melhoria dos modelos empresariais e consolidação das cadeias de valor, desde a produção até ao consumidor final; v. Desenvolvimento de estudos e vigilância estratégica que permitam alavancar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, em particular nos setores de especialização da região; vi. Dinamização de projetos de demonstração de tecnologias ou produtos de elevado risco que envolvam a inovação aberta, nomeadamente, a mobilização da comunidade local/regional nos processos; vii. Apoio ao financiamento de produtos desenvolvidos em resposta a contextos de pandemia ou catástrofe, cujo contributo para a saúde pública seja relevante; viii. Apoio à internacionalização do tecido económico regional, através da implementação de novos modelos empresariais. 			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none"> • PI1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (Fundo: FEDER) • PI1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e 			

	<p>inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral (Fundo: FEDER)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PI3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização. (Fundo: FEDER) • PI3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (Fundo: FEDER) • P1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, nomeadamente através do incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimento nas zonas rurais e do reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação (Fundo: FEADER) • P3. Promover a organização de cadeias alimentares, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura, procurando a melhoria da competitividade dos produtores primários mediante uma melhor integração na cadeia alimentar através de sistemas de qualidade, acrescentando valor aos produtos agrícolas e promovendo mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, agrupamentos e organizações de produtores e organizações interprofissionais e promovendo a apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas (Fundo: FEADER) • P1. Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (Fundo: FEAMP) • P2. Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (Fundo: FEAMP) • P5. Promover a comercialização e a transformação (Fundo: FEAMP) • Outros: Programa Horizonte2020/Europa; Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Programa COSME; Programas de Apoio da FCT; Programa EEAGrants
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas • Associações Empresariais • Entidades SCT • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios

P9. Infraestruturação e modernização tecnológica – Leiria 5G				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE10. Alargar a infraestruturação tecnológica e o leque de serviços digitais oferecidos aos cidadãos, com especial destaque para o território de baixa densidade e grupos vulneráveis da comunidade.			
Descrição	<p>O Projeto Regional Estratégico 9 prevê a infraestruturação tecnológica do território através da tecnologia 5G que permitirá um melhor desempenho em termos de navegação, comunicação e segurança, com impacto positivo na economia e na qualidade de vida da população, assim como na competitividade da região também em termos empresariais e de entidades do SCT.</p> <p>A infraestruturação com a tecnologia 5G permitirá criar uma rede mais robusta, permitindo transportar uma maior quantidade de dados, e com maior rapidez, para diferentes dispositivos, colocando a tecnologia ao serviço dos cidadãos.</p> <p>Este investimento é também impulsionador de inovação, na medida em que permite implementar, com maior eficiência, soluções tecnológicas inovadoras, com destaque para a Internet of Things (IoT), soluções digitais como a realidade aumentada e a realidade virtual, entre outras.</p> <p>Esta nova geração de comunicações móveis representa também uma melhoria ao nível do tempo de resposta em ambiente de emergência, especificamente na videovigilância, permitindo antecipar, prevenir e atuar em situações de perigo.</p> <p>Este projeto contempla as seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Infraestruturação 5G do território; ii. Implementação de soluções tecnológicas de apoio à gestão do espaço urbano (ex.: gestão de tráfego, monitorização da qualidade do ar, da água e da energia, gestão da iluminação pública, etc.); iii. Desenvolvimento de Programa Intermunicipal de Capacitação e Inclusão Digital. 			
Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none"> • PI2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha (fundo: FEDER) • Outros: Programa Horizonte 2020/Europa; Programa Wifi4EU; Programas de Cooperação Territorial Europeia; Programa <i>Urban Innovative Actions</i> (UIA); Programa Urbact; Apoios do Turismo de Portugal (vertente turismo); Instrumentos financeiros e apoios da Comissão Europeia no domínio digital “<i>Shaping Europe’s digital future</i>”; Programa Connecting Europe Facility (CEF – Telecom) 			
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none"> • Operadores privados • Entidades do setor das telecomunicações • Administração central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios 			

P10. Reforço de fileiras de especialização				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	<p>OE11. Criar apoios adequados ao tecido heterogéneo e diverso da região, fomentando a competitividade individual das empresas e o reforço de cadeias de valor e processos colaborativos.</p> <p>OE12. Permitir às empresas de todos os setores económicos expandir as suas atividades, criar/manter postos de trabalho e internacionalizar-se, incentivando uma transformação para a neutralidade em termos carbónicos.</p>			
Descrição	<p>Tirando partido dos múltiplos recursos, infraestruturas e agentes regionais, o território apresenta um conjunto de vantagens competitivas que potenciam o seu desenvolvimento. Numa perspetiva de crescimento inteligente, destaca-se a importância de reforço das fileiras de especialização na área do turismo, floresta, habitat e moldes, ferramentas especiais e plásticos, setores identificados como domínios diferenciadores temáticos da região na RIS3 do Centro de Portugal (enquadrados nos domínios da “Floresta”, “Turismo” e “Materiais”) e que se pretende sejam alavancas do desenvolvimento integrado da região.</p> <p>Potenciando a capacidade de criação de conhecimento e tecnologia, assente em recursos humanos qualificados, reforçando a intensidade tecnológica na produção de bens e serviços orientados para cadeias de valor globais e aproximando o sistema científico das atividades económicas e da comunidade, este Projeto Regional Estruturante prevê aumentar a competitividade da Região de Leiria, nomeadamente das suas fileiras de especialização, através da concretização das seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Planeamento e vigilância estratégica das fileiras de especialização da Região de Leiria; ii. Reforço de I&D e apoio à diversificação e desenvolvimento de novos produtos e serviços nas fileiras de especialização da região (especial destaque para a importância da concretização do Parque de Ciência e Inovação da Região de Leiria – P11); iii. Apoio a redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições do SCT e as empresas da região, centradas no desenvolvimento das fileiras de especialização (especial destaque para a importância da concretização do Parque de Ciência e Inovação da Região de Leiria – P11); iv. Apoio à aceleração de dinâmicas empreendedoras e reforço da competitividade empresarial nas fileiras de especialização, com base na qualificação da produção e na internacionalização; v. Incorporação de novas abordagens nos modelos empresariais (indústria 4.0, economia digital, economia circular, etc.) de setores das fileiras de especialização da região; vi. Apoio à contratação e enquadramento de quadros qualificados e especializados nas áreas de conhecimento que integram as fileiras de especialização; vii. Apoio à adaptação das fileiras de especialização a eventuais contextos de pandemia ou catástrofe, não só no contacto com clientes (aposta na dimensão virtual) como na adaptação/melhoria dos processos produtivos e comerciais; 			

	<p>viii. Dinamização de projetos de demonstração de tecnologias ou produtos de elevado risco, enquadrados nas fileiras de especialização, que envolvam a inovação aberta, nomeadamente, a mobilização da comunidade local/regional nos processos;</p> <p>ix. Desenvolvimento de estratégias de marketing de promoção conjunta das fileiras de especialização da região (em eventos e missões empresariais) à escala nacional e internacional.</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PI1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (Fundo: FEDER) • PI1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral (Fundo: FEDER) • PI3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização. (Fundo: FEDER) • PI3.3 Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (Fundo: FEDER) • P1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, nomeadamente através do incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimento nas zonas rurais e do reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação (Fundo: FEADER) • P2. Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e promover tecnologias agrícolas inovadoras e gestão sustentável das florestas, nomeadamente procurando melhorar o desempenho económico de todas as explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola e facilitando a entrada de agricultores adequadamente qualificados no setor agrícola, e em especial da renovação geracional neste setor (Fundo: FEADER) • Outros: Programa COSME, Programa Horizonte2020/Europe; Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG); Apoios do Turismo de Portugal; Fundo Florestal Permanente

Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas • Associações empresariais • Administração central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Entidades do SCT • Associações de desenvolvimento local e setorial
---	---

P11. Atração de investimento, conhecimento e talento				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	<p>OE13. Melhorar a rede de transportes e acessibilidades internas e externas em modelos que permitam a mitigação de externalidades negativas e impactos ambientais e climáticos do fluxo de pessoas e bens.</p> <p>OE14. Implementar estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano-rural sustentável e adaptadas às especificidades de cada território em matéria de infraestruturação, gestão inteligente, diversificação funcional e atratividade sustentável.</p>			
Descrição	<p>Criar condições para a atração de investimento, conhecimento e talento é determinante para que se possa encetar um processo sustentado de desenvolvimento económico e social e incrementar a competitividade regional. Neste âmbito prevalecem algumas lacunas que a Região de Leiria pretende colmatar através do presente Projeto Estruturante Regional, que responde à necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da acessibilidade interna e externa do território através da concretização de investimentos em infraestruturas de mobilidade; • Reforço e qualificação da rede de espaços de acolhimento empresarial e logístico; • Reforço da visibilidade e reconhecimento da sub-região e das suas vantagens competitivas e do posicionamento da Região de Leiria em matéria de atração de investimento e de talento; • Alinhamento com as atuais políticas de valorização do interior, onde se enquadram os territórios de baixa densidade da Região de Leiria, promovendo medidas lançadas pela administração central como o Guia Fiscal do Interior, entre outras que possam ser implementadas. <p>Ainda de salientar a preponderância do presente projeto no contexto de transferência de competências para os órgãos das entidades municipais e intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento (Decreto-Lei n.º 102/2018) e dos transportes (Decreto-Lei n.º 100/2018).</p> <p>Face ao exposto, a concretização deste Projeto Estruturante Regional passa pela criação de condições e concretização de diversas medidas, nomeadamente as seguintes:</p> <div style="background-color: #e0e0e0; padding: 5px; text-align: right;">Mobilidade</div> <ul style="list-style-type: none"> i. Qualificação e reforço da rede de infraestruturas de mobilidade e acessibilidade, tendo em consideração as especificidades sub-regionais e as medidas do PNI para a Área Temática dos Transportes e Mobilidade (subsetores mobilidade 			

sustentável e transportes públicos, ferrovia, rodovia), importantes para a melhoria da acessibilidade interna e externa do território e fortalecimento das ligações urbanas, promovendo/reforçando as conexões intermodais, tais como a base aérea de Monte Real – suporte à necessidade de descentralização de fluxos de passageiros que cada vez mais ameaça ser a nova normalidade; rede ferroviária (incluindo a requalificação e eletrificação da linha do Oeste) e rede rodoviária (incluindo requalificação do IC8 e a ligação entre o IC9 e A1);

ii. Aumento da capacidade do eixo IC2/EN1 em Leiria (PNI 2030);

iii. Melhoria das acessibilidades rodoviárias às Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) que já se encontram consolidadas e que apresentam elevada relevância nos contextos regional e nacional, fomentando a sua competitividade – especial preponderância das AAE do eixo industrial Leiria Marinha Grande, onde ainda é necessário intervir) - Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE) - Fase II (PNI, 2030);

Conhecimento e Talento

iv. Criação e dinamização de rede de espaços de conhecimento, inovação e ativação económica, constituída por AAE já existentes, novas AAE a criar e por novos espaços de investigação associados a áreas de especialização inteligente do território - Parque de Ciência e Inovação da Região de Leiria, com modelo polinucleado no território e com a garantia de cumprimento de todos os requisitos e normas de segurança e saúde pública;

v. Definição, implementação e monitorização de Programa de captação de investimento produtivo empresarial da Região de Leiria, através da ativação de rede de parceiros e promoção dos aspetos-chave da sub-região;

vi. Criação de uma plataforma colaborativa de promoção do território, atração de investimento e de gestão de informação à distância, com recursos humanos afetos, responsáveis por, em concertação com os diversos atores sub-regionais, dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico da Região de Leiria designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito. Reforça-se a relevância dos apoios para incrementar a presença online e a capacitação para a capitalização dessa presença em canais virtuais.

vii. Promoção do empreendedorismo e do espírito empresarial, com ações direcionadas para diversos públicos-alvo e reforço de apoios para a criação de novas empresas;

viii. Reforço de apoios à diversificação económica e à criação e desenvolvimento de pequenas empresas e emprego, em particular, em territórios de baixa densidade.

**Prioridades de
Investimento (PI) /
Prioridades
FEADER/FEAMP (P)
/ Outros**

- **PI3.1.** Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas. (Fundo: FEDER)
- **PI3.3.** Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (Fundo: FEDER)
- **PI8.3.** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (Fundo: FSE)
- **PI7.3.** O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável. (Fundo: FC)
- **PI7.4.** Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído (Fundo: FEDER)
- **PI8.8.** Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas (Fundo: FEDER)
- **PI8.9.** A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade (Fundo: FEDER)
- **PI9.6.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (Fundo: FSE)
- **PI9.10.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (Fundo: FEDER)
- **PI4.5.** Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Fundo: FEDER)
- **P6.** Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais pela facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos. (Fundo: FEADER)
- **P4.** Aumentar o emprego e a coesão social (Fundo: FEAMP)
- **P5.** Promover a comercialização e a transformação (Fundo: FEAMP)
- **Outros:** Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, Programa COSME; Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG).

Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none">• Infraestruturas de Portugal• Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)• Municípios• Associações empresariais• Associações de desenvolvimento, nomeadamente, associações de desenvolvimento local/grupos de ação local (ADAE – DLBC Rural; ADAE Mar2020– DLBC Costeiro; Pinhais do Zêzere – DLBC Rural; Terras de Sicó – DLBC Rural) e associações de desenvolvimento setorial/territorial (Adxtur - líder do consórcio Aldeias do Xisto)
---	--

P12. Desenvolvimento territorial sustentável				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE14. Implementar estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano-rural sustentável e adaptadas às especificidades de cada território em matéria de infraestruturação, gestão inteligente, diversificação funcional e atratividade sustentável.			
Descrição	<p>Ainda no âmbito da competitividade e coesão territorial, é premente a aposta no desenvolvimento sustentável, no sentido de devolver o dinamismo económico e social aos centros urbanos de diferentes escalas e em contextos de maior ou menor concentração demográfica, com ganhos evidentes na qualidade de vida da população de todos os concelhos da Região de Leiria.</p> <p>Apostar numa rede de aglomerações de múltipla escala, com espaços e serviços de qualidade que respondam às necessidades da população residente e que ofereçam condições de salubridade e convívio adequados é essencial na Região de Leiria onde a multiplicidade de “realidades urbanas” é complexa. O presente Projeto Estruturante Regional visa a concretização desta aposta na Região de Leiria, sendo possível identificar desde já um conjunto de domínios e necessidades transversais aos dez concelhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço dos apoios e incentivos à reabilitação do parque edificado que se encontra degradado e à sua disponibilização no mercado, a par com os imóveis devolutos. • Reforço do apoio à valorização do património cultural (material e imaterial). • Criação de apoios para a dinamização urbana, nomeadamente de eventos e dinâmicas coletivas de âmbito cultural, com evidentes impactos sociais e económicos na vida de cada território. • Adoção de modelos de mobilidade urbana sustentável, incentivando formas de mobilidade suave e minimizar o impacto do uso do automóvel, quer ao nível de focos de congestionamento e conflito com a circulação pedonal, quer ao nível da emissão de Gases com efeitos de Estufa (GEE). <p>Face ao exposto, a concretização do presente Projeto passa pela implementação de um conjunto alargado de medidas, nomeadamente as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Reforço dos apoios à reabilitação urbana de aglomerados de diferente dimensão e em ambos os domínios, público e privado, salvaguardando os requisitos de acessibilidade universal, segurança, salubridade e habitabilidade; ii. Reforço dos apoios à reabilitação e qualificação de espaço público e à recuperação e valorização de estruturas verdes urbanas; iii. Reforço dos apoios à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas através da reabilitação integral de edifícios de habitação social, de espaço público e da reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva de âmbito social; iv. Reforço dos apoios à melhoria da mobilidade urbana sustentável, adaptando-os a contextos de elevada e de baixa densidade, prevalecendo modos suaves de locomoção e o aumento da segurança e conforto dos utilizadores; 			

	<p>v. Apoio a programas de dinamização urbana, nomeadamente através de incentivos (i) à revitalização do comércio tradicional e (ii) à programação cultural e eventos no espaço urbano com abordagens diferenciadoras;</p> <p>vi. Apoio à adaptação a situações de pandemia ou catástrofe direcionado para os (i) serviços e comércio tradicional (adaptação do espaço físico, comércio online, entregas porta-a-porta, etc.) e a atividades culturais indoor ou outdoor (ex. modelo drive-in, formatos virtuais pagos, etc.);</p> <p>vii. Reforço dos apoios à cultura e à valorização do património cultural material e imaterial, elemento âncora na identidade local e desenvolvimento turístico;</p> <p>viii. Apoio à melhoria das condições de segurança, higiene do património material visitável (respeitando as indicações da DGS, no que se refere à prevenção, contenção e mitigação, num contexto pandémico), e apoio a abordagens específicas para contextos de emergência ou catástrofe (ex.: visitas virtuais).</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<p>PI 4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Fundo: FEDER)</p> <p>PI6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (Fundo: FEDER)</p> <p>PI6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (Fundo: FEDER)</p> <p>PI9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (Fundo: FEDER)</p> <p>P10. Abordagem Leader/Renovação de Aldeias</p> <p>Outros: Instrumentos Financeiros, nomeadamente o IFRRU; Apoios do IAPMEI, Programa Urbact;</p>
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Empresas • Proprietários privados • Agentes culturais • Entidades gestoras de habitação e serviços social

P13. Ciclo da água – infraestruturação e gestão inteligente do recurso				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE15. Concluir a infraestruturação do território para a gestão eficiente de recursos e valorização ambiental			
Descrição	<p>Numa lógica de reforço da eficiência e da sustentabilidade no uso dos recursos do território, o Projeto Regional Estruturante 13 prevê o investimento na infraestruturação das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais antigas e obsoletas, com evidentes perdas de eficiência e consequências ao nível da qualidade do serviço prestado, assim como a aposta na gestão inteligente do recurso, seja na sua utilização doméstica como nas atividades económicas (com destaque para a indústria e a agricultura). Este domínio de intervenção está consagrado no PNI 2030 (Ambiente – Ciclo Urbano da Água (CUA)).</p> <p>Este projeto responde às vulnerabilidades identificadas no território e está relacionado com um sistema infraestrutural e bem básico para a qualidade de vida dos cidadãos.</p> <p>O Projeto integra, entre outras, as seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Investimentos para melhoria da eficiência na utilização da água nos setores de atividade (destaque para a indústria e a agricultura); ii. Investimentos nos sistemas em baixa tendo em vista o controlo e a redução de perdas; iii. Renovação de redes de abastecimento de água em baixa; iv. Fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa; v. Investimentos com vista à melhoria da qualidade de água fornecida; vi. Implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETA; vii. Investimentos com vista à obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços, através da elaboração de cadastro das infraestruturas da rede de abastecimento; viii. Investimentos com vista à redução da poluição urbana e industrial nas massas de água, destacando-se a criação da Estação de Tratamento de Efluentes de Suinicultura (ETES) do Lis, essencial para a despoluição da bacia hidrográfica do Lis; ix. Investimentos em reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas; x. Investimentos de renovação dos sistemas de drenagem de águas residuais; xi. Investimentos para a implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETAR; xii. Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais; xiii. Investimentos necessários à reutilização de águas residuais tratadas e águas pluviais; xiv. Investimentos com vista à obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços, através da elaboração de cadastro da rede de saneamento. <p>As medidas estão alinhadas com as iniciativas do CUA do PNI 2030.</p>			

Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros	<ul style="list-style-type: none">• PI6.2. Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membro (Fundo: FC)• P5. Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização da água pela agricultura (Fundo: FEADER)
Potenciais promotores e copromotores	<ul style="list-style-type: none">• Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)• Municípios• Entidades gestoras que tenham a responsabilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento (autarquias e suas associações, serviços municipalizados, empresas da administração local e empresas concessionárias)• Empresas• Proprietários agrícolas e florestais

P14. Adaptação às alterações climáticas - prevenção ativa de riscos e catástrofes				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	<p>OE16. Apoiar medidas transectoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, capazes de antecipar e responder à multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade existentes e futuros.</p> <p>OE17. Reforçar a capacidade de gestão e de resposta aos efeitos das alterações climáticas e vulnerabilidades.</p>			
Descrição	<p>Reduzir o contributo regional para as alterações climáticas, constitui a principal prioridade do Projeto Regional Estruturante 14.</p> <p>O reforço da resiliência do território da Região de Leiria exige uma capacidade de reorganização e adaptação dos processos, nomeadamente no âmbito da prevenção de riscos e catástrofes, diminuindo a vulnerabilidade e incrementando a capacidade de resposta à mudança, contribuindo para minimizar riscos e impactos associados.</p> <p>Face às vulnerabilidades identificadas no território e o histórico de catástrofes naturais que têm vindo a atingir a Região de Leiria, considera-se premente uma aposta concertada em medidas incidentes na prevenção ativa, proteção, combate e recuperação ambiental, em alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu (<i>European Green Deal</i>) e com o Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050). No contexto rural, refere-se o impacto que as práticas agrícolas e pecuárias e os incêndios florestais possuem na emissão de GEE, o que urge uma mudança efetiva tendo como objetivo a neutralidade carbónica.</p> <p>A concretização do presente Projeto passa pela implementação, entre outras, das seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Adaptação infraestrutural do território para a prevenção e vigilância ativa, através da criação de redes inteligentes de monitorização/vigilância e sistemas de ativação de alerta; ii. Adaptação de espaços rurais e urbanos ao novo perfil climático e quadro de alterações climáticas através de medidas de conforto bioclimático no espaço urbano, e outras soluções integradas de monitorização, prevenção e mitigação de riscos; iii. Gestão ativa do território através da elaboração de elementos de diagnóstico (ex.: cadastro) e de planeamento estratégico e da implementação de medidas de apoio direto à gestão e conservação de recursos naturais de propriedade pública e privada (ex.: floresta); iv. Investimentos na reabilitação da biodiversidade e recuperação ambiental, assim como a articulação e integração nos ecossistemas relacionados com as atividades primárias (agricultura, criação de gado, silvicultura e pesca); v. Apoio a práticas agronómicas e tecnológicas com maior relevância futura no que respeita à neutralidade carbónica (rega, fertilizantes, mobilização do solo, etc.); vi. Apoio a medidas de âmbito florestal para a neutralidade carbónica, relacionadas com aspetos de âmbito fundiário, fiscal e organizacional e com as políticas de prevenção e de combate aos incêndios; vii. Sensibilização e mobilização da comunidade para comportamentos mais sustentáveis e para uma participação ativa e responsável. 			

	<p>De referir ainda o alinhamento deste Projeto Regional Estruturante 14 com as iniciativas previstas no PNI2030, no âmbito da proteção do litoral (com destaque para o “Programa de Proteção costeira em zonas de risco”), da gestão dos recursos hídricos e da gestão dos recursos marinhos.</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PI5.1. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (Fundo: FC) • PI5.2. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (Fundo: FC) • PI6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (Fundo: FC) • P4. Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura, nomeadamente a restauração, preservação e incremento da biodiversidade, incluindo nas zonas Natura 2000, zonas que enfrentam restrições naturais ou outras específicas, e zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias e melhoria da gestão da água e do solo. (Fundo: FEADER) • P1. Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (Fundo: FEAMP) • P2. Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (Fundo: FEAMP) • Outros: Programa Life; Programa EEAGrants; Fundo Ambiental; Fundo Florestal Permanente; Programa Horizonte 2020/Europe.
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Agência Portuguesa do Ambiente (APA) • Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) • Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANPC) • Guarda Nacional Republicana (GNR) • Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e entidades detentoras de Corpos de Bombeiros Profissionais • Outras entidades públicas e privadas

P15. Eficiência energética e consolidação de uma região hipocarbónica				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	<p>OE17. Reforçar a capacidade de gestão e de resposta aos efeitos das alterações climáticas e vulnerabilidades.</p> <p>OE18. Melhorar e adequar as políticas e instrumentos de apoio à transição para um quadro regional de eficiência energética e minimização de emissões de GEE – adequar medidas às necessidades dos setores mais problemáticos.</p>			
Descrição	<p>O papel dos territórios no combate às alterações climáticas passa também por uma melhoria da eficiência energética e aposta em fontes de energia renováveis, o que tem um impacto positivo na melhoria da qualidade do ar (devido à redução de emissões de GEE e partículas finas), na regulação da temperatura do ar e na proteção dos ecossistemas.</p> <p>Sendo um desafio coletivo, a Região de Leiria assume o alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu (<i>European Green Deal</i>) e com o Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), procurando implementar medidas que visem o apoio à transformação do perfil energético dos vários setores de atividade, no que se refere à utilização eficiente de energia e à promoção de fontes renováveis. Neste projeto estão previstas medidas de apoio à descarbonização do sistema energético através de tecnologias de baixo carbono e a melhoria da eficiência energética no setor dos transportes, da indústria, da agricultura e floresta, nos serviços e no setor doméstico, em alinhamento com o RNC 2050.</p> <p>Neste enquadramento, é pretensão da Região de Leiria apostar em fontes renováveis (tal como a biomassa) e no desenvolvimento de Sistemas de Mobilidade Urbanos Elétricos na Região que tenham um contributo efetivo na descarbonização do território e participar ativamente na Estratégia Nacional para o Hidrogénio.</p> <p>Referem-se, entre outras, as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração central, administração local, nas empresas, na habitação particular e habitação social; ii. Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis para autoconsumo nos edifícios e equipamentos da administração central, administração local, nas empresas, na habitação particular e habitação social; iii. Projetos-piloto de produção de energia e de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis; iv. Prospecção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia; v. Intervenção nos processos produtivos das empresas que se encontrem previstas na auditoria ou estudo de eficiência energética; vi. Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa; vii. Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos na área da eficiência energética; 			

	<p>viii. Modernização das infraestruturas de energia, interconexão dos sistemas energéticos e desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (tais como a realização de estudos para a preparação e avaliação dos projetos-piloto de sistemas de distribuição inteligentes, a instalação de sistemas e contadores inteligentes, o desenvolvimento e instalação de sistemas de gestão de informação proveniente de contadores de inteligentes e a instalação de concentradores e sistemas de comunicação, assim como rede conexas);</p> <p>ix. Reforço da cooperação nacional e internacional, permitindo a partilha de conhecimento e de boas práticas em matéria da descarbonização e da eficiência energética.</p> <p>Refere-se ainda o alinhamento do Programa Regional Estruturante 15 com as iniciativas previstas no PNI 2030, no âmbito da energia, nomeadamente, na área das redes (com destaque para o programa “Promoção de sistemas inteligentes para a transição energética”) e da eficiência elétrica, através do programa “Promoção de eficiência energética nos setores de atividade”, iniciativas estas, que abrangem todo o território nacional.</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PI4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas (Fundo: FEDER) • PI4.3. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Fundo: FEDER) • PI4.4. Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (Fundo: FC) • P5. Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, melhoria da eficiência na utilização da energia pela agricultura e indústria alimentar, facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia e a promoção da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura. (Fundo: FEADER) • Outros: Programa EEAGrants; Programa Horizonte 2020/Europa; Programa Connecting Europe Facility (CEF – Energy); Fundo de Eficiência Energética; Fundo Ambiental; Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE, BEI investimentos superiores a 25 M€)
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operadores privados • Administração Central • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios • Empresas • Entidades gestoras de habitação social • Proprietários privados • Outras entidades públicas e privadas

P16. Saúde pública e gestão eficiente/inteligente de resíduos				
Eixos estratégicos	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica
Objetivos estratégicos	OE19. Incrementar modelos de gestão e valorização de resíduos com vista a um cenário de neutralização de deposição em aterro.			
Descrição	<p>Em alinhamento com as orientações nacionais e europeias em matéria de sustentabilidade e neutralidade carbónica (Pacto Ecológico Europeu e RNC 2050), identificam-se necessidades de intervenção na região de Leiria, na área dos resíduos, dado o seu forte contributo para a emissão de gases com efeito de estufa, principalmente sob a forma de metano.</p> <p>Neste sentido, o Projeto Regional Estruturante 16 prevê um conjunto de medidas para a valorização de resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, e, por outro lado, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.</p> <p>Associado à gestão de resíduos, apesar do seu caráter transversal a vários setores, considera-se também premente a aposta na economia circular “um conceito estratégico que assenta na prevenção, redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia (...) [e] um elemento-chave para promover a dissociação entre o crescimento económico e o aumento no consumo de recursos” (Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 190-A/2017, de 23 de novembro, publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 236, a 11 de dezembro, que aprova o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)).</p> <p>Este projeto prevê, no âmbito da saúde pública e da gestão eficiente/inteligente dos recursos, um conjunto de medidas, entre elas:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Ações para a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo ações de educação e sensibilização da comunidade; ii. Investimentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial através de soluções de otimização e reforço das redes de recolha seletiva, reforço das infraestruturas de triagem e introdução de outras soluções alternativas e inovadoras; iii. Investimentos com vista ao aumento da valorização orgânica de resíduos através do reforço e otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB); iv. Investimentos com vista à erradicação progressiva da deposição direta em aterro; v. Investimentos com vista ao desvio de aterro dos refugos e rejeitados das unidades de tratamento mecânico e biológico de RU, não passíveis de reciclagem e passíveis de valorização energética; vi. Estudos e ações imateriais com vista à certificação de materiais e produtos que contribuam para o desenvolvimento de mercados de sólidos para as matérias-primas secundárias (recicláveis) e combustíveis secundários (refugos, rejeitados e Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)); vii. Investimentos com vista à certificação das instalações e serviços de gestão de resíduos; viii. Medidas de saúde pública a aplicar no espaço público, nomeadamente, a higienização dos contentores de resíduos indiferenciados e ecopontos, e transportes); 			

	<p>ix. Aposta na economia circular, promovendo a reutilização de resíduos e materiais, nomeadamente em produtos que possam ser úteis em contextos de emergência ou catástrofe.</p> <p>No âmbito do PNI2030, está prevista a concretização de três programas para a gestão de resíduos que se alinham com o Projeto Regional Estruturante 16, dada a sua abrangência territorial. São eles: o “Programa de dinamização de soluções de recolha seletiva multimaterial e orgânica”, o “Programa e Promoção da eficiência da utilização de recursos na transição para a economia circular” e o “Programa de Implementação de soluções de valorização do Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e da “fração resto””.</p>
<p>Prioridades de Investimento (PI) / Prioridades FEADER/FEAMP (P) / Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PI6.1. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos. (Fundo: FC) • P5. Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, melhoria da eficiência na utilização da energia pela agricultura e indústria alimentar, facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia e a promoção da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura. (Fundo: FEADER) • Outros: Programa EEAGrants; Fundo Ambiental; Programa Horizonte 2020/Europa
<p>Potenciais promotores e copromotores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) • Municípios e suas associações • Empresas concessionárias municipais, intermunicipais e multimunicipais • Empresas • Outras entidades públicas e privadas

3.4 Sistema de indicadores

O sistema de indicadores da EIDT Região de Leiria 2030 foi definido de acordo com os indicadores estabelecidos à escala europeia e nacional, estando organizado por eixos estratégicos, tal como apresentado no exercício estratégico 2014-2020.

As metas são apenas identificadas qualitativamente e não quantitativaemnte, sendo posteriormente aferidas em consonância com compromissos assumidos à escala da Região Centro e à escala nacional. Porém, referem-se, no âmbito do eixo 4, as metas já contempladas no [Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 \(PNEC 2030\)](#).

Tabela 5. Quadro de indicadores EIDT Região de Leiria 2030

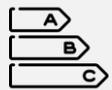
Eixo 1. Reforço da coesão territorial					
Indicadores					
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Taxa de abandono escolar (%)	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	
	Valor de referência atual: 3,3% (ano letivo 2017/2018) Fonte: INE/DGEEC	Valor de referência atual: 1,25% ⁷ (2011) Fonte: INE, Censos 2011	Valor de referência atual: 106,7% (ano letivo 2017/2018) Fonte: INE/DGEEC	Valor de referência atual: 118,7% (ano letivo 2017/2018) Fonte: INE/DGEEC	
	Meta: Diminuição	Meta: Diminuição	Meta: Aumento	Meta: Aumento	
					
	População residente com ensino superior completo (%)	Habitções com falta de condições de habitabilidade (n.º)	Taxa de desemprego (%)	População desempregada com grau de ensino superior (%)	
	Valor de referência atual: 9,62% (2011) Fonte: INE, Censos 2011	Valor de referência atual: <i>por aferir</i> Fonte: Municípios/CIMRL	Valor de referência atual: 9,56% (2011) Fonte: INE, Censos 2011	Valor de referência atual: 17,48% (2011) Fonte: INE, Censos 2011	
	Meta: Aumento	Meta: Diminuição	Meta: Diminuição	Meta: Diminuição	
					
	Disparidade no ganho médio mensal entre sexos, da população empregada por conta de outrem (%)	Beneficiários do rendimento social de inserção, por 1000 habitantes em idade ativa (%)	População em risco de pobreza (%)		
	Valor de referência atual: 12,3% (2017) Fonte: INE/MTSSS-GEP	Valor de referência atual: 16,43% (2018) Fonte: INE, Instituto de informática	Valor de referência atual: 33,9% (2018) Fonte: INE/MTSSS (cálculos próprios) ⁸		
	Meta: Diminuição	Meta: Diminuição	Meta: Diminuição		

⁷ Não estando disponível o valor para a NUTS III Região de Leiria à data dos Censos de 2011, foi calculada a média tendo por base as taxas por concelho (Batalha: 1,13%, Leiria: 1,18%, Marinha Grande: 0,95%, Pombal: 1,31%, Porto de Mós: 1,15%, Alvaiázere: 0,52%, Ansião: 3,1%, Castanheira de Pera: 1,74%, Figueiró dos Vinhos: 0,98%, Pedrógão Grande: 0,48%).

⁸ Valor calculado com base na percentagem da população residente que beneficia de transferências sociais

Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações				
Indicadores				
	Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%)	Indivíduos com 18 e mais anos de idade em cursos de educação e formação de adultos (N.º)	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%)	Pedidos de patentes de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)
	Valor de referência atual: 15,65 (2017) Fonte: INE/MTSSS-GEP	Valor de referência atual: 851 (2017/2018) Fonte: INE/DGEEC	Valor de referência atual: 0,61% (2017) Fonte: INE e DGEEC	Valor de referência atual: 4,81 ⁹ (2012) Fonte: Eurostat
	Meta: Aumento	Meta: Aumento	Meta: Aumento	Meta: Aumento
Indicadores				
	Intensidade exportadora (%)	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%)	Grau de abertura ao comércio internacional (%)	Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%)
	Valor de referência atual: 30,84% (2018) Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens	Valor de referência atual: 0,70% (2019) Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens	Valor de referência atual: 54% (2018) Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens	Valor de referência atual: 33,3% (2018) Fonte: INE, Inquérito às telecomunicações
	Meta: Aumento	Meta: Aumento	Meta: Aumento	Meta: Aumento
Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica				
Indicadores				
	Taxa de natalidade das empresas (%)	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (%)		
	Valor de referência atual: 11,99% (2018) Fonte: INE, Demografia das empresas	Valor de referência atual: 55,67% (2018) Fonte: INE, Demografia das empresas		
	Meta: Aumento	Meta: Aumento		
Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica				
Indicadores				
	Água segura para consumo humano (%)	Alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)	Quota da produção bruta de energia elétrica, do tipo eólica (%)
	Valor de referência atual: 99,36% (2018) Fonte: INE/ Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos	Valor de referência atual: 73% (2018) Fonte: INE/ERSAR	Valor de referência atual: 5.933,3 kWh/hab. (2017) Fonte: INE/DGEG	Valor de referência atual: 45,16% (2013) Fonte: INE/DGEG
	Meta: Aumento	Meta: Aumento	Meta: Diminuição	Meta: Aumento

⁹ Valor referente ao total da sub-região Pinhal Litoral (NUTS 2010). Para o ano de 2012, os dados para a sub-região Pinhal Interior Norte não estão disponíveis.

					
Taxa de superfície florestal ardida (%)		Emissões de gases efeito estufa (Kton CO2 equivalente)		Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	
Valor de referência atual: 0,63% (2016) ¹⁰		Valor de referência atual: 2.375,5 Kton CO2 eq (2017)		Valor de referência atual: 15% (2018)	
Fonte: INE/ICNF Meta: Diminuição		Fonte: APA Meta: Diminuição		Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos Meta: Aumento	
					
Emissões de CO2eq do setor não-CELE (sem LULUCF) face a 2005		Consumo de energia primária		Energia renovável no consumo final bruto de energia	
Meta nacional: -45% a -55%		Meta nacional: 35%		Meta nacional: 47%	
Valor de referência atual: <i>por aferir</i>		Valor de referência atual: <i>por aferir</i>		Valor de referência atual: <i>por aferir</i>	
Fonte: PNEC 2030 Meta: Diminuição		Fonte: PNEC 2030 Meta: Diminuição		Fonte: PNEC 2030 Meta: Aumento	
					
Energia renovável no consumo final de energia nos transportes		Interligações elétricas			
Meta nacional: 20%		Meta nacional: 15%			
Valor de referência atual: <i>por aferir</i>		Valor de referência atual: <i>por aferir</i>			
Fonte: PNEC 2030 Meta: Aumento		Fonte: PNEC 2030 Meta: Aumento			

¹⁰ Dados sujeitos a atualização para uma data mais recente, uma vez que não contemplam os grandes incêndios ocorridos em 2017 que afetaram gravemente a Região de Leiria.

4 Modelo de governação e desafios de gestão multinível

Não contemplado nas orientações para a revisitação da EIDT, a CIM Região de Leiria considera importante renovar as diretrizes do modelo de governação para a sua EIDT 2030. À semelhança do estabelecido para o período 2020, reitera-se o carácter dinâmico desta estratégia, devendo ser previstos mecanismos que permitam o acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento regional, bem como a sua regular monitorização.

A implementação da EIDT, como verificado ao longo do atual período de programação financeira, é da responsabilidade de um conjunto alargado de entidades públicas e privadas que, tendo em consideração a sua natureza e missão e as possibilidades de financiamento para as quais são potenciais beneficiárias, executam investimentos prioritários, tendentes ao desenvolvimento integrado da sub-região. Neste contexto, é fundamental que o modelo de governação envolva essas entidades, numa plataforma de acompanhamento regular da implementação da EIDT.

A coordenação geral e monitorização da implementação deverá manter-se sob responsabilidade da CIMRL, nomeadamente no que concerne à mobilização de entidades e atualização de bateria de indicadores que se vier a estabelecer de acordo com as diretrizes europeias, nacionais e regionais. Para esta última tarefa mantem-se como crucial o envolvimento de todos os promotores e entidades gestoras de programas financiadores, podendo ser relevante a criação de um sistema de gestão integrado dos FEEI e projetos financiados por território, com indicação de tipologia, promotor, descrição do projeto e indicadores contratualizados. Este sistema permitiria que, em tempo real fosse possível verificar os projetos e resultados espectáveis dos mesmos.

Prevê-se a manutenção de três níveis de governação:

- **Coordenação geral e monitorização da EIDT:** responsabilidade da CIM, tendo por base a estruturação de informação e mobilização dos stakeholders;
- **Acompanhamento:** responsabilidade do Conselho Estratégico Intermunicipal e GAR (Grupo de Ação Regional), tendo por base a informação disponibilizada pela CIM;
- **Gestão e implementação:** responsabilidade das entidades gestoras de diferentes instrumentos de gestão de fundos e de promotores de projetos, tendo por base o necessário alinhamento com a EIDT.

As entidades devem ser mobilizadas, como mencionado, numa base regular para que o percurso de desenvolvimento possa ser monitorizado e, caso se verifiquem dinâmicas contrárias ao planeado, se possam fazer correções de percurso. Mantem-se assim a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de *intelligence* e gestão de redes:

- Reuniões anuais de acompanhamento com o Conselho Estratégico Intermunicipal e o GAR, convocadas pela CIM, com o objetivo de efetuar uma análise crítica da implementação da EIDT, criando condições para a formulação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias adotadas.
- Realização de reuniões semestrais de coordenação e monitorização realizadas com as EG /promotores de projetos, convocadas pela CIM, com o objetivo de garantir a implementação da EIDT através de projetos alinhados e coerentes e que permitam a concretização das metas estabelecidas.
- Atualização semestral ou anual dos indicadores, com atualização de valores alcançados. Uma tarefa da responsabilidade da CIM com o envolvimento direto das EG/promotores que devem facultar informação real nas reuniões semestrais de coordenação. A análise periódica é materializada em relatórios anuais de execução.
- Elaboração de relatórios anuais de execução da EIDT, com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso da EIDT, garantindo que a região tem uma maior capacidade prospetiva para diferentes tipos de ameaças, que incluam situações novas e até pouco prováveis, detetando precocemente sinais de perturbação no horizonte de origem interna ou externa.

5 Cumprimento das orientações – síntese

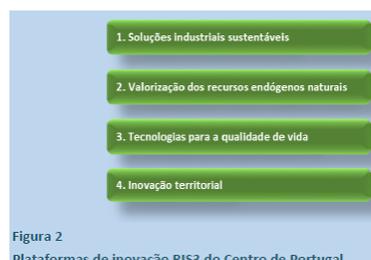
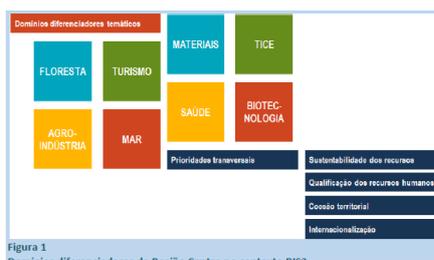
Tendo por base o exercício desenvolvido, verifica-se adequada a sistematização / verificação da observância das orientações definidas pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, apresentando-se de seguida a *checklist*:

Orientação 1.	<p>“(…) assegurando simplificação de processos (de planeamento e de programação), carácter evolutivo deste novo exercício em relação ao desenvolvido no contexto do PT 2020 e articulação com as competências municipais e intermunicipais”</p>															
✓	<p>O exercício realizado e que culmina com a apresentação da presente EIDT 2030, partiu do exercício desenvolvido em 2014.</p> <p>Conforme se pode verificar ao longo do documento, a base de trabalho é o quadro estratégico então definido e também a avaliação de potencial de desenvolvimento regional na altura aferido. Sobre esta última, apresenta-se uma análise de evolução dos indicadores aferidos há 7 anos, análise que, sempre que possível é cruzada com os projetos e investimentos concretizados no sentido de avaliar o impacto da concretização da EIDT 2020, e consequentemente dos FEEI, no cenário atualmente registado na Região de Leiria. Este exercício de realinhamento de contexto é apresentado no Anexo 1, integrando-se nele a dimensão da descentralização de competências que não existia no anterior.</p>															
Orientação 2.	<p>Alinhar e articular com a Estratégia Regional, ancorando-se as estratégias sub-regionais (NUTS III) na estratégia regional (NUTS II), tendo como referências as atuais regiões NUTS II e devendo identificar estrangulamentos estruturais e desafios emergentes (nomeadamente considerando as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no contexto do processo de descentralização em curso)”</p>															
✓	<p>Na medida do possível esta orientação foi cumprida, ressalvando-se que, até à data não existe pleno conhecimento da Estratégia Regional uma vez que apenas está disponível documentação preliminar desse exercício, essencialmente focados na RIS3 e não no exercício mais amplo que sustentou o PO Centro. Todos os elementos disponíveis foram tidos em consideração (ver ponto 6.1.5). No quadro seguinte evidencia-se o alinhamento:</p> <table border="1" data-bbox="395 1570 1319 1960"> <thead> <tr> <th data-bbox="395 1570 667 1697">EIXOS RL2030</th> <th data-bbox="675 1570 802 1697">Eixo 1. Reforço da coesão territorial</th> <th data-bbox="810 1570 962 1697">Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações</th> <th data-bbox="970 1570 1145 1697">Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica</th> <th data-bbox="1153 1570 1319 1697">Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="395 1709 667 1861"> <p><u>Objetivos Centro</u></p> <p><i>Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva (...)</i></p> </td> <td data-bbox="675 1709 802 1861"></td> <td data-bbox="810 1709 962 1861"></td> <td data-bbox="970 1709 1145 1861"></td> <td data-bbox="1153 1709 1319 1861"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="395 1872 667 1960"> <p><i>Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis</i></p> </td> <td data-bbox="675 1872 802 1960"></td> <td data-bbox="810 1872 962 1960"></td> <td data-bbox="970 1872 1145 1960"></td> <td data-bbox="1153 1872 1319 1960"></td> </tr> </tbody> </table>	EIXOS RL2030	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica	<p><u>Objetivos Centro</u></p> <p><i>Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva (...)</i></p>					<p><i>Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis</i></p>				
EIXOS RL2030	Eixo 1. Reforço da coesão territorial	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica												
<p><u>Objetivos Centro</u></p> <p><i>Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva (...)</i></p>																
<p><i>Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis</i></p>																

<i>e mais carenciados de energia demográfica (...)</i>				
<i>Uma região que lidera a evolução para uma sociedade mais sustentável (...)</i>				
<i>Uma região que coloca estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica.</i>				
<i>Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências (...)</i>				

Orientação 3. Articular o perfil de competitividade sub-regional no contexto das abordagens de nível NUTS II respeitantes às Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3), no que respeita aos processos de reforço das cadeias de valor de recursos endógenos e à estruturação dos respetivos ecossistemas de inovação”

A [RIS 3 CENTRO](#) identifica os seguintes domínios diferenciadores e plataformas de inovação:



Caderno A “RIS3 do Centro: plataformas de inovação e linhas de ação”, Outubro 2017 (v2)

Na Região de Leiria as áreas de especialização identificadas estão inevitavelmente alinhadas com a abordagem supracitada, (i) os Moldes, domínio de especialização incontornável na RL, possuem um forte carácter transversal ao setor produtivo sendo uma valia para todos os domínios e plataformas RIS3 Centro; (ii) o Habitat está essencialmente alinhado com o domínio dos materiais, reforçando a plataforma soluções industriais sustentáveis, mas também a 3 e 4, respetivamente tecnologias para a qualidade de vida e inovação territorial; (iii) a Floresta, essencial na RL é também um domínio da RIS3 Centro, assim como o (iv) Turismo.

Orientação 4. Desenvolver a dimensão urbana e da política urbana (NUTS III), tendo como referência o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a necessidade de articulação com o processo de desenvolvimento do sistema urbano regional (NUTS II), devendo assegurar, designadamente:

- Caracterização da relevância e do papel dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG) aos cidadãos e às empresas, com especial atenção aos centros urbanos do interior e aos centros urbanos polarizadores do PNPOT no interior;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de modelo de integração das ações de regeneração e valorização urbana nas abordagens estratégicas de nível NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização das CIM e das AM;
<p>✓</p>	<p>A dimensão urbana da Região de Leiria é abordada na análise do Eixo 3, mais especificamente no ponto 6.2.3. do presente relatório. Nessa análise é apresentada a rede urbana da Região de Leiria e a sua categorização à luz do PNPT (2018/2019), sendo ainda analisado o modelo das ações de regeneração urbana, concretizado através do Portugal 2020 nos dez concelhos. Tecem-se considerações sobre aspetos a acautelar na abordagem 2021-2027.</p>
<p>Orientação 5.</p>	<p>Identificação da importância da mobilidade urbana sustentável no contexto do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, em particular em territórios com maiores interações espaciais dos cidadãos e das empresas e deslocações casa-trabalho e casa-escola, como as AM;</p>
<p>✓</p>	<p>A mobilidade urbana é uma dimensão crucial para o desenvolvimento da Região de Leiria quer no contexto da mobilidade de pessoas apresentado na presente orientação, como na dimensão de mercadorias e bens, uma vez que a Região de Leiria, mais especificamente o Eixo industrial Leiria Marinha Grande é um dos ecossistemas empresariais mais relevantes da Região Centro. A importância da mobilidade é pois transversal e está presente em todo o exercício apresentado. Quer na revisão de contexto visível na SWOT; como no quadro estratégico 2030 nos eixos estratégicos (Eixos 3 e 4) e em projetos específicos (P11 e P12) que a afirmam como domínio premente de aposta, continuada e reforçada.</p>
<p>Orientação 6.</p>	<p>Garantir o alinhamento com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030 e os seus quatro Eixos (“As Pessoas Primeiro”; “Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento”; “Um País competitivo externamente e coeso internamente”; “Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”) e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020 (“Uma Europa mais inteligente”; “Uma Europa mais verde e Hipo carbónica”; “Uma Europa mais conectada”; “Uma Europa mais social”; “Uma Europa mais próxima dos cidadãos”);</p>
<p>✓</p>	<p>O quadro estratégico Região de Leiria 2030 encontra-se alinhado com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030, os seus quatro Eixos e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020, como se comprova no ponto 6.2 de Diagnóstico do potencial regional (em anexo) e na análise SWOT regional que sistematiza o contexto regional, organizada por eixo do Portugal 2030, servindo de referencial para a revisão da EIDT para o período até 2030.</p> <p>Tendo por base as orientações e diretrizes nacionais e europeias para o período 2021-2027 (ponto 6.1 em anexo), é possível identificar o alinhamento do quadro estratégico Região de Leiria 2030 (ponto 3) com as agendas da Estratégia Nacional PT 2030 e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020, tal como apresentado nos quadros seguintes:</p>

Alinhamento do quadro estratégico Região de Leiria 2030 com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional Portugal 2030

		Agendas Temáticas/Eixos da Estratégia Nacional Portugal 2030			
		Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	Eixo 3. Um País competitivo externamente e coeso internamente	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos
Eixos Estratégicos Região de Leiria 2030	Eixo 1. Reforço da coesão territorial				
	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações				
	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica				
	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica				

Alinhamento do quadro estratégico Região de Leiria 2030 com os objetivos da Política de Coesão pós-2020

		Objetivos da Política de Coesão pós-2020				
		Uma Europa mais inteligente	Uma Europa mais verde e hipocarbónica	Uma Europa mais conecta-da	Uma Europa mais social	Uma Europa mais próxima dos cidadãos
Eixos Estratégicos Região de Leiria 2030	Eixo 1. Reforço da coesão territorial					
	Eixo 2. Reforço da inovação e qualificações					
	Eixo 3. Reforço da competitividade territorial e económica					
	Eixo 4. Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica					

Orientação 7. Identificar projetos regionais estruturantes, incluindo os constantes no Programa Nacional de Investimentos 2030), mesmo com impacto e abrangência superior à da respetiva Região NUTS III, mas indispensável para a sua estratégia, independentemente das fontes de financiamento;



o quadro estratégico Região de Leiria 2030 integra 16 projetos regionais estruturantes (ver ponto 3.3), elencados em quatro eixos estratégicos. Neste 16 projetos regionais estruturantes foram integrados os projetos constantes do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) que se revelam essenciais concretizar na NUTS III, podendo ser encontradas as seguintes referências:

	<ul style="list-style-type: none"> • Na área temática dos transportes e mobilidade: “P11. Atração de investimento, conhecimento e talento”; • Na área temática do ambiente: no “P13. Ciclo da água – infraestruturação e gestão inteligente do recurso” (no domínio do ciclo urbano da água), no “P14. Adaptação às alterações climáticas - prevenção ativa de riscos e catástrofes” (nos domínios da proteção do litoral, da gestão dos recursos hídricos e da gestão dos recursos marinhos) e no “P16. Saúde pública e gestão eficiente/inteligente de resíduos” 8no domínio da gestão de resíduos); • Na área temática da energia: no “P15. Eficiência energética e consolidação de uma região hipocarbónica”.
<p>Orientação 8.</p>	<p>Ter como referência as diversas fontes de financiamento existentes, considerando, assim, o cenário de manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto de no processo de orçamentação das políticas públicas se recorrer a fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas e privadas);</p>
<p>✓</p>	<p>O exercício estratégico concretizado teve em consideração as diversas fontes de financiamento conhecidas, num cenário de manutenção das mesmas, como indicado na presente orientação. Assim, no ponto 3.3. são apresentados os projetos regionais estruturantes, que concretizam a estratégia preconizada para a Região de Leiria 2030, constando nas suas fichas respetivas as prioridades de investimento (PI) passíveis de mobilização por parte dos potenciais promotores e copromotores, tendo em vista o financiamento das medidas que integram cada projeto. Reitera-se que este exercício de identificação de fontes de financiamento, detalhado à dimensão da PI do Portugal 2020, foi realizado considerando um cenário de manutenção dos diferentes mecanismos e fontes comunitárias (Portugal 2020 e outros programas), entre outras atualmente vigentes.</p>
<p>Orientação 9.</p>	<p>Garantir a auscultação dos principais agentes económicos e sociais com intervenção no território de cada Região NUTS III, em articulação com a NUTS II para que se reduzam potenciais redundâncias.”</p>
<p>✓</p>	<p>A revisão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria 2030 (EIDT 2030) envolveu os principais agentes económicos e sociais com intervenção no território, num processo mobilizador que permitiu efetuar um diagnóstico claro do potencial regional, aferir o quadro das concretizações e desafios para 2030 e definir uma estratégia conjunta para o território.</p> <p>Conforme apresentado no capítulo 1 (Introdução), a metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho envolveu uma etapa de auscultação de entidades estratégicas, à semelhança do processo participativo concretizado na preparação do</p>

período de programação 2014-2020. Deste modo, as entidades responsáveis pela definição e implementação de estratégias e políticas públicas setoriais e territoriais a várias escalas foram mobilizadas pela CIMRL para contribuir para o exercício estratégico 2030. A articulação com a NUTSII foi sempre concretizada, conforme calendário de contactos e reuniões com a CIMRL e a CCDRC/AG Centro 2020.

6 Anexo 1 - Quadro de referência atual

6.1 Orientações europeias, nacionais e regionais referentes ao quadro comunitário 2021-2027

Para a revisitação da EIDT da Região de Leiria torna-se essencial a análise de exercícios estratégicos já realizados a nível europeu e nacional para o período 2021-2027 de modo a assegurar e/ou verificar o necessário alinhamento, conforme indicado nas orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional relativamente aos exercícios de revisitação. Salienta-se que à escala regional do Centro não se encontra ainda disponível qualquer referencial para o período 2030. Neste contexto foi verificada a cronologia (Figura 6) de documentação mais relevante produzida.



Figura 6. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027

6.1.1 União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027



A proposta de quadro financeiro plurianual da União Europeia¹¹ assume um carácter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada relativa à forma como o orçamento europeu poderia trazer vantagens aos cidadãos resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O orçamento europeu encontra-se estruturado por programas organizados em torno dos eixos e prioridades temáticas, as quais corresponderão às rubricas da estrutura orçamental formal (Tabela 6). Na

¹¹ UE: [Quadro financeiro plurianual 2021-2027](#)

sua maioria os apoios comunitários afetos às distribuições a realizar por estado-membro estão alocados aos eixos “coesão e valores” e “recursos naturais e ambiente”, no primeiro através do FEDER, FC e FSE e no segundo através do FEADER e FEAMP.

Tabela 6. Arquitetura do quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas

Eixos	Prioridades temáticas	Programas
I. Mercado único, inovação e digital	1. Investigação e inovação	Horizonte Europa Programa Euratom de Investigação e Formação Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)
	2. Investimentos estratégicos europeus	Fundo InvestEU Mecanismo Interligar a Europa Programa Europa Digital (incluindo a cibersegurança)
	3. Mercado Único	Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa) Programa da UE de Luta contra a Fraude Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS) Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)
	4. Espaço	Programa Espacial Europeu
II. Coesão e valores	5. Coesão e desenvolvimento regional	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Fundo de Coesão Apoio à comunidade cipriota turca
	6. União Económica e Monetária	Programa de Apoio às Reformas, incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência Proteção do euro contra a falsificação
	7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores	Fundo Social Europeu+ (incluindo a integração de migrantes e a saúde) Erasmus+ Corpo Europeu de Solidariedade Justiça, Direitos e Valores Europa Criativa (incluindo o programa MEDIA)
III. Recursos naturais e ambiente	8. Agricultura e política marítima	Fundo Europeu Agrícola de Garantia Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
	9. Ambiente e ação climática	Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)
IV. Migração e gestão das fronteiras	10. Migração	Fundo para a Migração e o Asilo
	11. Gestão das fronteiras	Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras
V. Segurança e defesa	12. Segurança	Fundo para a Segurança Interna Desativação de centrais nucleares (Lituânia) Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)
	13. Defesa	Fundo Europeu de Defesa Mecanismo Interligar a Europa - mobilidade militar
	14. Resposta a situações de crise	Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)
VI. Países vizinhos e resto do mundo	15. Ação externa	Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (incluindo os aspetos externos da migração) Ajuda Humanitária Política Externa e de Segurança Comum Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Gronelândia)
	16. Assistência de pré-adesão	Assistência de pré-adesão
VII. Administração pública europeia	17. Administração pública europeia	Despesas administrativas, pensões e escolas europeias

Fonte: Comissão Europeia, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões

Os níveis globais de autorizações, por programa, para o período de vigência do quadro financeiro plurianual 2021-2027 são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-2027 (AUTORIZAÇÕES)								
Preços de 2018	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2021-2027
1. Mercado Único, Inovação e Digital	23 866	23 813	24 203	23 824	23 606	23 844	23 454	188 303
1. Investigação e Inovação	13 103	12 936	13 226	13 004	12 885	13 026	12 849	91 028
Horizonte Europa	12 362	12 365	12 367	12 370	12 375	12 376	12 381	86 596
<i>Das quais ao abrigo do Fundo InvestEU</i>	-442	-442	-442	-444	-444	-444	-444	2 102
<i>Das quais investigação e inovação em produtos alimentares, na agricultura, no desenvolvimento rural e na bioeconomia</i>	1 267	1 268	1 267	1 267	1 268	1 267	1 268	9 872
Programa de Investigação e Formação da Eurostars	303	303	303	303	304	304	309	2 129
Reator Tecnológico Experimental Internacional (ITER)	880	708	888	774	620	790	604	5 406
Diversos	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	2
2. Investimentos Estratégicos Europeus	6 431	6 566	6 561	6 205	6 206	6 204	6 201	44 375
Fundo InvestEU	1 886	1 888	1 887	1 888	1 888	1 888	1 888	13 085
Mecanismo Inteligir a Europa - Transportes	1 626	1 626	1 625	1 626	1 627	1 627	1 627	11 384
Mecanismo Inteligir a Europa - Energia	1 096	1 096	1 096	1 097	1 097	1 097	1 097	7 675
Mecanismo Inteligir a Europa - Digital	380	380	380	380	380	380	382	2 662
Programa Europa Digital	1 260	1 387	1 383	1 036	1 036	1 035	1 035	8 197
Diversos	25	25	25	25	25	25	25	177
Agências descentralizadas	178	176	174	173	172	173	173	1 220
3. Mercado Único	818	815	812	809	807	808	804	5 872
Programa do Mercado Único (incluindo COSME)	779	777	775	772	770	767	763	5 404
<i>Das quais ao abrigo do Fundo InvestEU</i>	252	252	254	254	254	254	254	1 774
Programa da UE de Luta contra a Fraude	23	23	23	23	23	23	24	161
Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS)	32	32	32	33	33	33	39	239
Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)	120	121	121	121	121	121	121	843
Diversos	12	12	12	12	12	12	12	87
Agências descentralizadas	106	104	103	102	101	100	98	714
4. Espaço	2 054	2 054	2 056	2 059	2 059	2 060	2 061	14 404
Programa Especial Europeu	2 025	2 025	2 027	2 030	2 030	2 030	2 030	14 196
Agências descentralizadas	29	29	29	29	29	30	31	208
Margem	1 548	1 548	1 547	1 547	1 548	1 547	1 539	10 824
2. Coesão e Valores	61 444	64 171	68 082	68 800	67 145	69 200	67 549	381 574
5. Desenvolvimento Regional e Coesão	33 382	33 756	34 169	34 583	35 000	35 421	35 887	242 308
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	27 742	28 018	28 331	28 846	29 061	29 281	29 843	200 622
Fundo de Coesão	5 620	5 708	5 807	5 907	6 008	6 110	6 214	41 374
<i>Das quais contribuição para o Mecanismo Inteligir a Europa — Transportes</i>	1 359	1 360	1 404	1 459	1 452	1 477	1 452	10 000
Apoio à comunidade cipriota turca	30	30	30	30	30	30	30	213
6. União Económica e Monetária *	1 272	3 375	4 489	4 137	3 623	4 409	977	22 281
Programa de Apoio às Reformas (incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência)	1 258	3 360	4 474	4 123	3 609	4 394	963	22 181
Proteção do ouro contra a falsificação	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7
Diversos	13	13	13	13	13	13	13	93
7. Investir nas Pessoas, coesão social e valores	16 205	16 466	16 831	17 305	17 951	18 795	19 913	123 466
Fundo Social Europeu+	12 383	12 513	12 661	12 808	12 896	13 006	13 261	89 688
<i>Das quais ações, emprego e inovação social</i>	149	1 042						
Erasmus+	2 788	2 804	3 116	3 447	3 629	4 015	5 568	26 368
Corpo Europeu de Solidariedade	140	141	146	153	163	177	194	1 113
Europa Criativa	235	235	235	235	235	235	233	1 642
Justiça, Direitos e Valores	127	126	123	121	118	118	113	841
Diversos	175	173	171	169	167	166	164	1 185
Agências descentralizadas	358	375	379	373	383	381	380	2 629
Margem	574	574	574	574	574	575	572	4 018
3. Recursos Naturais e Ambiente	60 323	48 630	48 888	48 087	47 328	48 676	46 838	338 823
8. Agricultura e Política Ambiental	49 806	48 783	48 084	47 284	46 478	46 708	44 943	330 724
Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)	37 976	37 441	36 946	36 346	35 796	35 176	34 606	254 247
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)	10 809	10 401	10 197	9 997	9 801	9 809	9 421	70 037
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	779	779	779	779	779	779	775	5 448
Diversos	126	126	126	126	126	126	126	878
Agências descentralizadas	16	16	16	16	16	17	17	113
9. Ambiente e Ação Climática	701	701	706	716	731	752	777	5 085
Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)	662	663	669	680	695	717	742	4 826
Agências descentralizadas	39	38	37	37	36	35	35	253
Margem	118	118	116	117	117	118	118	814
4. Migração e Gestão das Fronteiras	3 078	4 219	4 414	4 847	4 719	4 848	4 808	30 529
10. Migração	880	1 444	1 435	1 546	1 635	1 624	1 509	9 872
Fundo para o Asilo e a Migração	870	1 336	1 326	1 438	1 425	1 414	1 309	9 206
Agências descentralizadas	110	110	110	110	110	110	110	768
11. Gestão das Fronteiras	1 806	2 484	2 889	2 811	2 883	3 032	3 110	18 624
Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras	741	1 235	1 226	1 275	1 265	1 256	1 241	8 237
Agências descentralizadas	1 065	1 249	1 463	1 536	1 629	1 777	1 869	10 387
Margem	290	291	290	291	291	290	290	2 033
5. Segurança e Defesa	3 164	3 228	3 188	3 281	3 617	3 743	4 218	24 323
12. Segurança	811	613	593	629	631	633	643	4 258
Fundo para a Segurança Interna	215	318	316	344	342	339	336	2 210
Desativação de centrais nucleares (Itália)	68	66	71	74	73	68	69	490
Segurança nuclear e desativação de centrais nucleares (incluindo Bulgária e Estónia)	66	66	63	68	74	83	85	555
Agências descentralizadas	143	143	143	143	143	143	143	1 001
13. Defesa	2 236	2 209	2 183	2 245	2 478	2 702	3 167	17 220
Fundo Europeu de Defesa	1 413	1 386	1 369	1 421	1 664	1 878	2 343	11 453
Mobilidade Militar	823	823	824	824	824	824	824	5 767
Resposta a situações de crise	177	178	178	178	178	178	178	1 242
Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)	177	178	178	178	178	178	178	1 242
Diversos	p.m.							
Margem	230	229	229	229	229	230	228	1 606
6. Países vizinhos e resto do mundo	14 786	14 831	15 002	16 280	16 711	18 288	17 028	108 829
15. Ação externa	12 512	12 577	12 747	13 035	13 457	14 043	14 778	83 150
Instrumento de Vizinhaça, Desenvolvimento e Cooperação Internacional	10 573	10 632	10 791	11 059	11 496	12 008	12 697	79 216
Ajuda humanitária	1 383	1 394	1 394	1 385	1 385	1 385	1 385	9 760
Política Externa e do Segurança Comum (PESC)	328	333	345	363	389	424	468	2 649
Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Guiné-Bissau)	63	63	63	63	63	63	63	444
Diversos	136	136	136	136	136	136	137	949
Agências descentralizadas	20	20	19	19	19	18	18	132
16. Assistência de pré-adesão	1 837	1 838	1 838	1 838	1 838	1 838	1 839	12 866
Assistência de pré-adesão	1 837	1 838	1 838	1 838	1 838	1 838	1 839	12 865
Margem	416	416	417	417	417	416	414	2 913
7. Administração pública europeia	10 388	10 513	10 705	10 894	10 910	11 052	11 185	76 802
Escolas europeias e pensões	2 260	2 317	2 375	2 432	2 498	2 569	2 614	17 055
Despesas administrativas das instituições	8 128	8 201	8 330	8 432	8 412	8 483	8 551	58 547
TOTAL	167 106	180 488	182 466	182 403	182 838	186 563	183 880	1 134 533
Em % do RNB (UE-27)	1,129%	1,139%	1,139%	1,129%	1,119%	1,119%	1,099%	1,119%

* No caso do Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento será oferecida uma bonificação de taxa de juro anuidade de receitas afetadas a uma parte dos projetos monetários.

6.1.2 Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal



A Comissão Europeia elaborou o documento de trabalho “Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos”¹², que acompanha o documento de avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011. Este documento inclui os pareceres preliminares dos serviços da Comissão sobre os domínios prioritários de investimento, objetivos estratégicos a atingir e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão no período 2021-2027 e que servirão de base para o diálogo a estabelecer entre Portugal e os serviços da Comissão visando a programação dos fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu Mais). De forma sintética, apresentam-se na Tabela 8, os objetivos estratégicos e as necessidades de investimento por prioridade identificada pela Comissão.

Tabela 8. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento

Categoria da intensidade das necessidades de investimento	Necessidades de investimento
Objetivo estratégico 1. Uma Europa mais inteligente – transformação industrial inovadora e inteligente	
Necessidades de elevada prioridade	O investimento público e privado na investigação e inovação, enquanto instrumento para melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores , bem como para desenvolver tecnologias tendo em vista a transição para uma economia neutra em termos de emissões de carbono
	A colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados
Necessidades prioritárias	A mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas
	Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, bem como competências associadas às tecnologias de informação e comunicação orientadas para o mercado Apoiar a integração das tecnologias digitais nas empresas e nos processos de produção das micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente mediante o desenvolvimento de infraestruturas e serviços como os polos de inovação digital
Necessidades	Alargar o leque dos serviços digitais oferecidos aos cidadãos (administração pública em linha, contratação pública eletrónica, inclusão digital, serviços de saúde em linha, aprendizagem eletrónica, cibercompetências, comércio eletrónico) e por eles utilizados, com especial destaque para as regiões rurais , remotas e ultraperiféricas, e para os grupos vulneráveis da população
	Estimular a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente , nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes
	Permitir às empresas expandir as suas atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos

¹² [UE: Orientações investimento 2021-2027](#)

	<p>Fomentar o ecossistema empresarial, a ligação em rede, novos instrumentos de comercialização, o reforço das competências de gestão e da literacia financeira, a partilha de conhecimentos entre setores e para além das fronteiras nacionais</p> <p>Facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como uma maior sensibilização no que diz respeito às oportunidades de financiamento e aos serviços empresariais avançados que existem para as pequenas e médias empresas</p>
Objetivo estratégico 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Apoiar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, no intuito de responder a uma multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade, sempre que possível dando ênfase às abordagens baseadas nos ecossistemas e na proteção da biodiversidade, igualmente num contexto transfronteiras e transnacional</p> <p>Reforçar a capacidade de gestão e de resposta, incluindo sistemas de alerta precoce, equipamento e campanhas de sensibilização, nomeadamente ações conjuntas num contexto transfronteiras e transnacional</p>
Necessidades prioritárias	<p>Melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos e renovar edifícios para habitação, com especial incidência na «pobreza energética»; incluindo também as pequenas e médias empresas, nomeadamente os respetivos locais, instalações e processos</p> <p>Apoiar a transição para as energias renováveis no aquecimento e refrigeração</p> <p>Apoiar a integração de uma maior percentagem de energias renováveis no sistema energético mediante: o apoio às tecnologias de energias renováveis, incluindo a produção descentralizada de energia; sistemas energéticos inteligentes a nível local, incluindo redes inteligentes de distribuição de eletricidade e soluções de armazenamento; instalações de produção conjunta para fontes de energia renováveis, acesso comum a pequenas redes com regiões limítrofes transfronteiras, incluindo investimentos azuis na Estratégia Atlântica</p> <p>Apoiar a passagem para os mais elevados escalões da cadeia hierárquica de gestão dos resíduos, a fim de reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, nomeadamente dos biorresíduos; desenvolver e modernizar as instalações de reciclagem e tratamento de resíduos, tendo em conta as capacidades de gestão dos resíduos nas regiões limítrofes, e promover o desenvolvimento das capacidades, bem como a sensibilização das partes interessadas, favorecendo práticas de consumo, ações e comportamentos sustentáveis tendo em vista uma maior eficiência na utilização dos recursos nas pequenas e médias empresas</p>
Necessidades	<p>Promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos durante o ciclo integral da água; apoiar a recolha e o tratamento de águas residuais; apoiar a reabilitação da massa de água; apoiar medidas assentes nos ecossistemas destinadas a promover o armazenamento e a purificação dos recursos hídricos naturais, nomeadamente num contexto transfronteiras e transnacional</p>
Objetivo estratégico 3. Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação	
Necessidades prioritárias	<p>Concluir a rede transeuropeia de transportes - redes ferroviárias essenciais e abrangentes, incluindo ligações transfronteiras</p> <p>Melhorar as infraestruturas portuárias e apoiar a intermodalidade para os passageiros e as mercadorias, incluindo ligações ferroviárias aos portos da rede transeuropeia de transportes e às plataformas logísticas</p> <p>Apoiar a digitalização tendo em vista sistemas de transportes mais inteligentes, mais limpos, intermodais e mais seguros</p> <p>Melhorar e modernizar outros corredores ferroviários</p> <p>Melhorar a acessibilidade e a interconectividade das regiões ultraperiféricas da Madeira e dos Açores</p> <p>Uma transição para meios de transporte sustentáveis e acessíveis, como o transporte público hipocarbónico (incluindo o apoio ao material circulante ferroviário urbano) e os meios de transporte ativos</p> <p>Investimentos que reduzam as externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento, as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído) e os acidentes de viação</p> <p>Um sistema de transportes inteligente, a digitalização e soluções inovadoras para cidades inteligentes, melhorando a utilização das infraestruturas e a qualidade dos serviços</p>
Objetivo estratégico 4. Uma Europa mais social — implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Promover uma intervenção atempada e prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência</p> <p>Promover o ensino e a formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais</p>

Necessidades prioritárias	Aplicar medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho , proceder à boa conceção de subvenções de recrutamento, proporcionar oportunidades de mobilidade profissional e de formação e colaborar com as comunidades locais, com vista a reforçar as medidas de sensibilização
	Melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego através da modernização dos seus equipamentos informáticos; intensificar a colaboração com os empregadores; estabelecer parcerias adequadas e assegurar serviços de orientação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida
	Serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar
	Apoiar a requalificação e a melhoria das competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração , contribuindo para a sua permanência e assegurando assim uma prestação adequada de serviços
	Apoiar a execução de estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo
	Realizar investimentos em infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração , incluindo os serviços de proximidade e o equipamento médico no setor da saúde, com vista a reduzir as desigualdades neste domínio. Melhorar a prestação de cuidados integrados
	Apoiar a ativação e a reabilitação das pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados
	Promover a integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social
	Combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, o desenvolvimento de competências, a formação e a aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos
	Reforçar a integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos
Apoiar o fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados	
Objetivo estratégico 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais	
Necessidades prioritárias	Responder aos desafios urbanos a nível das zonas funcionais , nomeadamente nos bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas, tendo em conta as diferentes necessidades, de acordo com a dimensão, especialização e função de cada zona
	Apoiar estratégias territoriais integradas e sustentáveis , centradas na melhoria do acesso aos serviços básicos, promover ligações entre as zonas urbanas e rurais e as soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios , tendo em conta as diferentes necessidades consoante as zonas funcionais
	Incentivar ações comuns com regiões limítrofes e nas bacias marítimas ou zonas funcionais que enfrentam desafios semelhantes

Fonte: Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos

Adicionalmente, o documento identifica os seguintes fatores considerados essenciais à eficaz execução da política de coesão:

- : Adoção de uma **estratégia nacional para combater as desigualdades e o envelhecimento** (cuidados integrados);
- : Melhores medidas para **prevenir e combater os conflitos de interesses, a fraude e a corrupção**;
- : Melhor **desempenho no domínio da contratação pública**, mediante a supressão das deficiências identificadas no Painel de Avaliação do Mercado Único;
- : Elaboração e aplicação de um **roteiro para reforçar as capacidades administrativas necessárias para a administração e execução eficazes dos Fundos**, em especial para umentar as capacidades de gestão a nível local, prestando assistência às autoridades locais e aos beneficiários e ainda eliminando sobreposições e requisitos excessivos em matéria de documentação;

- : Promoção de uma **participação adequada e de uma capacidade reforçada dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas** na consecução dos objetivos estratégicos;
- : **Reforço da capacidade de execução dos serviços públicos de emprego;**
- : Maior **utilização de instrumentos financeiros**, bem como **exploração das sinergias** com o InvestEU tendo em vista atividades geradoras de receitas ou de contenção de custos.

Destaca-se ainda, neste documento, a seguinte referência:

“Portugal enfrenta desafios específicos ligados à urbanização e à evolução demográfica. O número de habitantes tem vindo a diminuir nas zonas rurais e nas zonas urbanas de menor dimensão, tornando-as menos atrativas para as empresas e aumentando os custos de manutenção do nível de serviços públicos.”

6.1.3 Portugal 2030: o futuro da política de coesão – elementos para reflexão



O Governo de Portugal empreendeu uma reflexão estratégica¹³ sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo, tendo promovido uma auscultação a diversos atores económicos e sociais. Deste processo resultou um documento de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão, denominado Portugal 2030, no qual se apresentam os seguintes **princípios gerais da posição de Portugal** nesta matéria:

- : Importância da **manutenção do carácter estrutural e do financiamento da Política de Coesão**, enquanto política de médio-prazo;
- : Importância do **desenvolvimento competitivo dos territórios**, incentivando os processos de inovação nas empresas através da inserção de recursos humanos qualificados;
- : Reforço da **orientação para a competitividade**, enquanto fator essencial para a coesão duradoura e para a convergência real;
- : Reforço da **importância da reforma florestal** na sustentabilidade e resiliência dos territórios de baixa densidade;
- : Necessidade de **garantir maior apoio à convergência dos países da coesão** -> um novo *“Fundo de Coesão para a Competitividade”*, com elegibilidade alargada à inovação, qualificação e ao emprego;
- : Reforço da **orientação para resultados da Política de Coesão**, aprofundando e simplificando a metodologia implementada no quadro 2014-2020;
- : **Maior ligação ao Semestre Europeu**¹⁴, assumindo-se como referência o Plano Nacional de Reformas e uma abordagem de médio prazo, mantendo-se as condicionalidades *ex ante*.

¹³ [PT2030 - elementos para reflexão](#)

¹⁴ www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/

Deste exercício resultou, ainda, um conjunto de objetivos estratégicos para o debate do Portugal pós-2020 e que visam aumentar a competitividade das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, a qualificação dos recursos humanos, o potencial da economia do mar, a atratividade das regiões urbanas e a competitividade dos territórios de baixa densidade e transfronteiriços, assim como a diminuição da dependência energética e uma maior adaptação às alterações climáticas¹⁵. Foram assim definidos objetivos horizontais e territoriais e linhas de atuação, conforme se sistematiza na Figura 7.



Figura 7. Linhas gerais de prioridades pós 2020

Fonte: Portugal 2030 (www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/)

No que se refere aos **objetivos horizontais**, definem-se as seguintes prioridades:

- : **I - Inovação e Conhecimento:** Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação;
- : **II - Qualificação, Formação e Emprego:** Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional;
- : **III - Sustentabilidade Demográfica:** Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica.

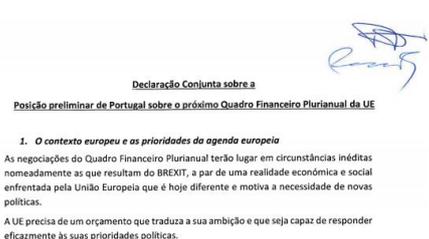
¹⁵ www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/

Relativamente aos **objetivos territoriais**, definem-se as seguintes prioridades:

- : **IV – Energia e Alterações Climáticas:** Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética;
- : **V – Economia do Mar:** Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar;
- : **VI – Redes e Mercados Externos:** Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior;
- : **VII – Sustentabilidade dos territórios de baixa densidade:** Reforçar a convergência dos territórios da baixa densidade, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e diversificando a base económica.

Face ao exposto é relevante destacar as linhas estratégicas/prioridades III e VII, com especial relevância para a coesão da Região de Leiria, dadas as assimetrias intrarregionais, assumindo destaque no desenho de quadro estratégico nacional e na base do quadro negocial de fundos estruturais com a Comissão Europeia.

6.1.4 Declaração Conjunta sobre a Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE¹⁶



O presente documento, Declaração do Governo de Portugal e do PSD, firma a posição preliminar de Portugal relativamente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia. Na Declaração Conjunta vem expresso o “objetivo central de fazer da próxima década uma década de convergência de Portugal com a Europa” assente numa

visão consubstanciada nos seguintes quatro eixos temáticos alinhados com o estabelecido pelos documentos europeus:

- : **Eixo 1. As Pessoas Primeiro:** um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- : **Eixo 2. Inovação e Qualificações** como motores do desenvolvimento;
- : **Eixo 3. Um País competitivo** externamente e **coesão** internamente;
- : **Eixo 4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.**

Para cada eixo temático são identificados objetivos prioritários e lógicas de atuação/vetores de mudança, que foram considerados como essenciais para a concretização da visão estabelecida para a

¹⁶ [Declaração Conjunta](#)

próxima década. Adicionalmente foram identificados os domínios centrais que congregam as respetivas intervenções chave, conforme se sistematiza na Figura 8.

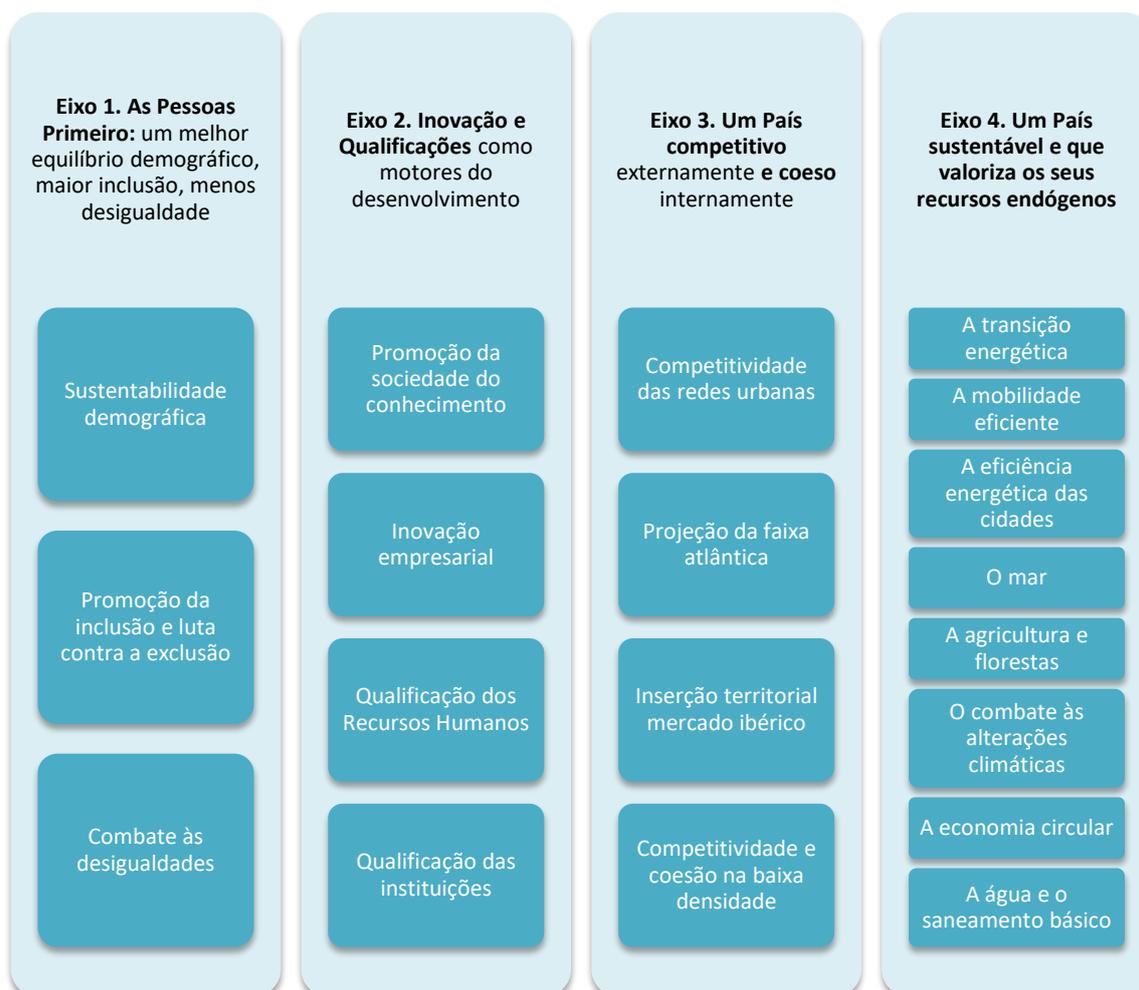


Figura 8. Domínios centrais definidos para cada Eixo
Fonte: [Declaração Conjunta](#)

6.1.5 Contexto regional

Mais recentemente e tendo por base o exercício realizado no período de programação ainda em vigor e as diretrizes supramencionadas, a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro** (CCDRC) iniciou o processo de preparação do Centro 2030, com uma primeira abordagem que *“pretende tão só situar os termos do debate participativo que tal preparação deverá envolver, abrindo caminhos de preparação e sobretudo estabelecendo uma relação de continuidade entre (i) implementação da programação, (ii) a sua monitorização e avaliação, (iii) a captação de tendências afloradas em dinâmicas recentes e (iv) a definição de novas prioridades e domínios de intervenção”*¹⁷.

De acordo com o balanço apresentado na informação já disponível, em termos de dinâmicas de inovação a Região Centro estará “a meio caminho do percurso desejável de resultados: por um lado, a maturação de efeitos em termos de crescimento do potencial económico da região será muito provavelmente lenta, atendendo a que as mudanças estruturais da especialização produtiva o são também; por outro lado, os efeitos de tais dinâmicas de inovação em termos de alargamento territorial da competitividade da região enfrentam os condicionantes da sua forte concentração nas NUTS III mais dinâmicas da região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria, exigindo não só a criação consistente de novos focos territoriais de inovação, mas também um mais intenso esforço de transferência de conhecimento e de difusão de inovação para os territórios com menor concentração dessas dinâmicas.” Na dimensão social e de inclusão também é diagnosticado um contexto relativamente positivo que, contudo, não invalida a *“necessidade de ter em conta: (i) dimensões em que a posição da região é desfavorável em relação ao referente nacional, como acontece, por exemplo, com a desigualdade de género cuja tendência de afastamento da média nacional tem sido sistemática desde 2013; (ii) a dimensão absoluta e não apenas relativa das problemáticas sociais; (iii) a eventual ocorrência de dificuldades de adaptação do sistema social da região a novas problemáticas sociais, designadamente as associadas ao declínio demográfico e ao isolamento de idosos.”* Já na dimensão territorial é assinalado o facto de se continuarem a verificar fortes dicotomias entre litoral e interior.

Apesar das conclusões não darem destaque à Região de Leiria, no mesmo documento pode ler-se: *“Nesta matéria, a generalidade dos indicadores disponíveis aponta para a proeminência consolidada das dinâmicas empresariais e de inovação nas NUTS III Região de Coimbra, Região de Aveiro, **Região de Leiria** e Oeste. No entanto, a coexistência nesses territórios da concentração de ativos e recursos de inovação e de relevantes valias e vulnerabilidades ambientais transforma estes territórios não apenas em áreas nucleares da inovação na região, mas também de desafios de promoção da sustentabilidade e de proeminência nas estratégias de descarbonização e circularidade. As dinâmicas de inovação aqui representadas apresentam um elevado potencial de disseminação para territórios de*

¹⁷ Visão Estratégica [Centro 2030](#).

proximidade e são também elementos parceiros de processos de transferência de conhecimento para territórios mais interiores.”

Unidade territorial (NUTS II/NUTS III)	Despesas totais de I&D em % do PIB	Despesas empresariais de I&D em % do PIB
REGIÃO CENTRO	1,32	0,70
Beira Baixa	0,68	0,38
Beiras e Serra da Estrela	1,08	0,50
Médio Tejo	0,33	0,27
Oeste	1,14	1,10
Região de Aveiro	2,28	1,26
Região de Coimbra	2,24	0,63
Região de Leiria	0,61	0,42
Visão Dão Lafões	0,49	0,32

Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2019, com dados respeitantes a 2017

Figura 9. Despesas em ID

Fonte: CCDRC, documento “Visão Estratégica [Centro 2030](#)”

Conforme apresentado na Figura 9 são as NUTS III Região de Aveiro e Região de Coimbra as “*mais dinâmicas do país em termos de desempenho inovação, medido pelo confronto entre o esforço total de I&D e o que é realizado pelas empresas*”. Neste contexto, verifica-se que a Região de Leiria apresenta uma percentagem ainda pouco expressiva de despesas totais em ID em % do PIB (0,61) e também de despesas empresariais de I&D em % do PIB (0,42).

O documento indica que a “*região Centro continua a apresentar um PIB per capita em PPC (Paridades do Poder de Compra) que corresponde a 86% do registado no país (...). A evolução observada é ligeiramente mais positiva na produtividade aparente do trabalho, sugerindo que as mencionadas dinâmicas de inovação estarão a produzir efeitos nesta matéria, neste caso com um maior número de NUTS III a impulsionar tal mudança (Região de Aveiro, **Região de Leiria**, Região de Coimbra, Beira Baixa e Médio Tejo, obviamente com significado diverso entre as três primeiras e as duas últimas)*”.

Refere-se ainda que “*Algo de semelhante se observa no poder de compra per capita (INE), registando-se neste caso uma evolução desfavorável entre 2013 e 2017 no indicador. De novo, também só a Região de Aveiro, a Região de Leiria e a Região de Coimbra conseguem ultrapassar os 90% do poder de compra per capita registado no país.*”

Finalmente, em termos de Índice Sintético de Coesão¹⁸ 2017 (INE), A Região de Leiria encontra-se no grupo de sub-regiões cujo indicador apresenta valores superiores à média nacional, verificando-se, no

¹⁸ O índice de coesão procura refletir o acesso potencial da população a equipamentos e serviços coletivos básicos (saúde, educação, cultura), bem como perfis associados a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais. (INE)

entanto, muitas assimetrias regionais a este respeito. Perante este facto, a CCDRC admite *“O confronto destes valores do índice Sintético de Coesão INE com a evidência não conclusiva de que as disparidades inter NUTS III estejam inequivocamente a agravar-se abre uma relevante margem de manobra à região para no próximo período de programação continuar a balancear a consolidação das suas dinâmicas de inovação com a criação de novos focos territoriais para a favorecer e de transferência de conhecimento e de recursos para os territórios mais débeis.”*

Com este enquadramento, a CCDRC assinala os seguintes desafios para a Região Centro:

- : *“Transformação das dinâmicas de I&D – inovação em melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento;*
- : *Redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento;*
- : *Promoção da resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados;*
- : *Aprofundamento e intensificação das dinâmicas de inovação reforce o modelo territorial equilibrado da região;*
- : *Coberturas sociais para as novas tipologias de problemas suscitados pelo declínio demográfico;*
- : *Capacidade de transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos estruturantes para a região;*
- : *Qualificações e competências;*
- : *Operacionalização do incremento da variedade relacionada e da progressão na cadeia de valor da economia regional e estimular a formação distribuída territorialmente por toda a região de processos de descoberta empreendedora.”*

Ressalva-se que o exercício estratégico regional realizado e que essencialmente se focou na Estratégia Regional para a Inovação e Especialização Inteligente (RIS3) consagra uma visão 2030 que visa a erradicação de constrangimentos e resposta aos desafios estruturais e a valorizar recursos e capacidades de inovação, sustentada nos seguintes desígnios:

1. **Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva**, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores.
2. **Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica**, promovendo a coesão territorial,

valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.

3. **Uma região que lidera a evolução para uma sociedade mais sustentável**, promovendo a inovação e transição para a economia circular, integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial, no quadro da diversidade ambiental que a caracteriza.
4. **Uma região que coloca estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica.**
5. **Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências** que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens e a formação de ativos e criando condições para a atração de população qualificada.

6.1.6 Síntese

Em síntese, em termos estruturais, verifica-se uma continuidade com o estabelecido na fase programática do quadro plurianual de financiamento 2014-2020, com temas e prioridades que se revisitam e reforçam, nomeadamente a **inclusão social**, a **competitividade da economia** europeia por via da continuada aposta na inovação e em modelos produtivos mais sustentáveis e hipocarbónicos e a **sustentabilidade e emergência climática** com o reforço de medidas ligadas à sustentabilidade urbana.

A nível nacional surge pela primeira vez a dimensão demográfica e da baixa densidade como prioridades nacionais que terão de encontrar o seu campo de suporte num quadro europeu em que a sua expressão e preponderância não é evidente.

Já a nível regional, sendo ainda o exercício disponível um breve diagnóstico, revela-se uma preocupação de alinhamento com os temas nacionais e europeus, reforçando desafios de equidade e coesão territorial em matéria de investimento, com temas como a investigação e desenvolvimento, o equilíbrio demográfico, as qualificações e o equilíbrio do sistema urbano regional. Neste contexto, existem especificidades na Região de Leiria que devem ser tidas em consideração, nomeadamente:

- : Especificidades e diversidade do tecido económico sub-regional;
- : Desafios demográficos em territórios da sub-região que não se coadunam com o atual mapa de territórios de baixa densidade;
- : Proximidade e relações diretas do ponto de vista funcional e territorial com a AML indutoras de dinâmicas específicas que devem ser incorporadas a nível regional.

6.2 Diagnóstico do potencial regional: análise evolutiva e projetos concretizados

Na Estratégia Europa 2020 foram definidas metas a alcançar através da transformação da União Europeia (UE) numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de proporcionar níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Neste sentido, foram estabelecidas as seguintes prioridades complementares que nortearam o exercício estratégico e programático nacional, Portugal 2020 e também o exercício realizado na para a construção da EIDT da Região de Leiria:

- : **Crescimento inteligente:** melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento e utilizar todo o potencial das TIC;
- : **Crescimento sustentável:** introduzir soluções tecnológicas que possibilitem o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos;
- : **Crescimento inclusivo:** fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social.

No respeitante ao exercício estratégico de suporte à programação do período 2021-2027, consubstanciado pelo **Portugal 2030**¹⁹, e que tem por base o objetivo central de fazer da próxima década uma década de convergência de Portugal com a Europa, a visão preconizada para Portugal consubstancia-se em quatro eixos temáticos:

- : Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- : Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- : Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente;
- : Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

Verifica-se assim uma necessidade de ligeira adaptação terminológica e de alinhamento temático no atual exercício de revisão, uma vez que se considera relevante a atualização do referencial não só num contexto de verificação de progressos de contexto como também na aferição de necessidades de atualização da Estratégia. Face ao exposto, e uma vez que a estrutura da EIDT Região de Leiria 2020 refletiu as três prioridades estabelecidas no Portugal 2020 – Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo - a revisão para o quadro do Portugal 2030 obriga à adaptação, conforme esquematicamente se apresenta na Figura seguinte.

¹⁹ Documento disponível [aqui](#) e no *site* www.portugal2030.pt/

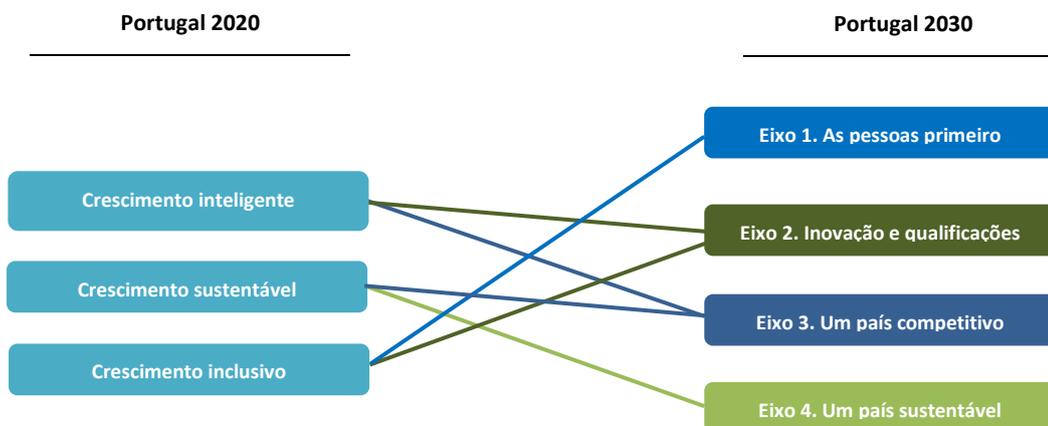


Figura 10. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030

De forma não exaustiva, tal como o exercício de revisitação assim o dita, são verificadas as principais mudanças de contexto face a 2013, apresentadas nos pontos seguintes, de acordo com os registos estatísticos disponibilizados por diferentes entidades e incorporando informação qualitativa e quantitativa disponibilizada pelas entidades regionais que complementam a existente na CIM Região de Leiria.

6.2.1 Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

O atual contexto demográfico e socioeconómico impõe um conjunto de desafios que condicionam a coesão social, com forte impacto no desenvolvimento territorial. A dimensão do crescimento inclusivo integra, portanto, atividades relacionadas com a promoção da igualdade de oportunidades e um investimento contínuo na melhoria dos sistemas de proteção social e na integração no mercado de trabalho.

Neste sentido, o “Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” da Estratégia Nacional Portugal 2030 é assumido como uma continuidade do eixo “Crescimento Inclusivo” definido no Portugal 2020 e utilizado na construção da EIDT da Região de Leiria.

A análise a seguir apresentada teve em conta os três domínios que constituem o eixo, nomeadamente, a sustentabilidade demográfica; a promoção da inclusão e luta contra a exclusão; e o combate às desigualdades.

A NUTS III Região de Leiria tem vindo a registar uma diminuição de população residente desde que nos Censos 2011 (INE, 2011) apresentava um total de 294.632 habitantes. Com base nas estimativas populacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Região de Leiria registaria em 2018, 284.492 habitantes, concentrados na sua maioria no concelho de Leiria (cerca de 44%), seguido do concelho de Pombal (18,2%) e da Marinha Grande (13,5%).

A análise à evolução demográfica, tendo em consideração os dados de 2011 (Censos 2011) e as Estimativas Populacionais disponíveis até 2018, permite observar um decréscimo de 3,4% face ao exercício censitário referido, um valor inferior ao estimado para a região Centro (decréscimo de 4,8%), no entanto, superior ao valor nacional em que o decréscimo se cifra nos 2,7%. Para esta estimativa de perda de população contribuíram transversalmente as dinâmicas demográficas regressivas, nomeadamente os saldos natural e migratório, de todos os concelhos da sub-região, mas de forma mais significativa dos concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande com perdas previsionais de 17% e 12,4% respetivamente (Tabela 3).

Tabela 9. Variação da população residente

Unidade Territorial	População residente (n.º)					Variação 2011-2018
	Censos	Estimativas populacionais				
	2011	2012	2014	2016	2018	(%)
Portugal	10.562.178	10.487.289	10.374.822	10.309.573	10.276.617	-2,7
Região Centro	2.327.755	2.298.938	2.263.992	2.243.934	2.216.569	-4,8
Região de Leiria	294.632	292.525	289.438	287.770	284.492	-3,4
Alvaiázere	7.287	7.155	6.950	6.789	6.626	-9,1
Ansião	13.128	12.897	12.643	12.449	12.106	-7,8
Batalha	15.805	15.820	15.789	15.835	15.840	0,2
Castanheira de Pera	3.191	3.026	2.865	2.736	2.650	-17,0
Figueiró dos Vinhos	6.169	6.031	5.857	5.757	5.608	-9,1
Leiria	126.897	126.348	125.561	125.523	124.857	-1,6
Marinha Grande	38.681	38.709	38.533	38.561	38.404	-0,7
Pedrógão Grande	3.915	3.761	3.608	3.516	3.429	-12,4
Pombal	55.217	54.624	53.788	52.971	51.684	-6,4
Porto de Mós	24.342	24.154	23.844	23.633	23.288	-4,3

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2012, 2014, 2016 e 2018

Também no que respeita à densidade populacional, verificam-se disparidades entre os dez concelhos da região, consubstanciando uma clara divisão entre litoral e interior. Este quadro demográfico da sub-região demonstra a existência de fortes assimetrias a este respeito: por um lado concelhos com forte dinâmica demográfica (como é o caso da Batalha, Marinha Grande e Leiria) e por outro, concelhos que se deparam com uma forte perda populacional motivada pela quebra da taxa de natalidade e envelhecimento da população (como Castanheira de Pera e Pedrógão Grande), determinando a necessidade de adotar políticas natalistas, medidas diferenciadas ao nível da descentralização de serviços e respostas sociais à população.

A atual estrutura etária da NUTS III Região de Leiria revela uma população envelhecida, com um índice de envelhecimento de 177,5 em 2018 (Tabela 10), acima da média nacional (159,4) mas ainda assim abaixo da média da NUTS II Centro (199,2). A Região de Leiria mantém uma tendência de envelhecimento, seguindo a tendência nacional, com índices entre os 300 e os 450 em alguns concelhos, designadamente, Alvaiázere (343,7), Castanheira de Pera (453,6), Figueiró dos Vinhos (341,2) e Pedrógão Grande (303,5). A análise do índice de envelhecimento entre 2011 e 2018 permitiu verificar um agravamento do cenário em todos os concelhos da região, sendo o mais preocupante o aumento na ordem dos 53% registado em Castanheira de Pera.

No que se refere, em particular, à distribuição da população por grupos etários verifica-se que na NUTS III Região de Leiria 54% da população apresenta entre 25 e 64 anos, 23% com idade igual ou superior a 65 anos, 13% até aos 14 anos e 11% entre 15 e 24 anos, um cenário semelhante ao nacional. Verifica-se, no entanto, uma grande disparidade entre os concelhos que constituem a região, com Leiria (13,70%), Marinha Grande (13,54%) e Batalha (13,42%) a registarem uma elevada proporção de jovens ao contrário do que acontece em concelhos mais envelhecidos como Castanheira de Pera (7,96%), Alvaiázere (9,36%), Figueiró dos Vinhos (9,40%), Pedrógão Grande (9,92%) e Ansião (10,08%).

Da evolução observada nos últimos anos (entre 2011 e 2018) verifica-se que todos os grupos etários registaram um decréscimo, ao contrário do grupo de população com idade igual ou superior a 65 anos, em que se registou um aumento de cerca de 9% na Região de Leiria. O grupo dos 0 aos 14 anos apresenta um decréscimo mais acentuado (-14,53%), sendo menos significativo nos concelhos de Marinha Grande e Leiria (-10,55% e -11,23%, respetivamente) (Tabela 4).

De um modo geral, os dados analisados mostram que se mantém uma dicotomia entre os concelhos do litoral (Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós e Pombal) e os concelhos localizados no interior (Castanheira de Pera, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Ansião), em que o primeiro apresenta quadros demográficos mais positivos e com características tendentes a aproximarem-se da média nacional.

Tabela 10. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento

Unidade Territorial	Variação 2011-2018, por grupo etário (%)					Índice de envelhecimento		
	Total	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	2011	2018	Variação (%)
Portugal	-2,52	-10,51	-4,21	-4,96	11,78	127,6	159,4	24,9
Região Centro	-4,30	-14,63	-5,17	-5,64	5,82	160,7	199,2	24,0
Região de Leiria	-3,21	-14,53	-5,69	-4,24	9,01	139,1	177,5	27,6
Alvaiázere	-8,25	-19,06	-19,92	-4,42	-6,45	297,4	343,7	15,6
Ansião	-7,13	-26,28	-9,14	-5,52	-0,03	200,7	272,1	35,6
Batalha	0,09	-13,22	2,31	-0,75	12,44	119,4	154,7	29,6
Castanheira de Pera	-15,12	-35,28	-18,37	-19,35	-0,52	295,1	453,6	53,7
Figueiró dos Vinhos	-8,10	-17,78	-14,86	-8,07	-2,60	288	341,2	18,5
Leiria	-1,50	-11,23	-7,92	-3,08	16,58	113	148,4	31,3
Marinha Grande	-0,87	-10,55	4,83	-5,85	18,91	124,4	165,4	33,0
Pedrógão Grande	-10,94	-25,27	-6,19	-2,98	-18,23	277,4	303,5	9,4
Pombal	-6,06	-19,38	-7,88	-4,98	0,32	166,9	207,6	24,4
Porto de Mós	-4,06	-19,03	0,47	-5,31	7,83	137,6	183,2	33,1

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2018

A par da dimensão demográfica, importa analisar a evolução no domínio do emprego, uma vez que é uma matéria com claras implicações na competitividade territorial e coesão social.

Com uma taxa de desemprego de 9,56% em 2011 (INE), inferior ao valor regional (10,98%) e nacional (13,18%), a Região de Leiria apresenta, em 2019, um cenário favorável nesta dimensão, o que é reforçado pelos dados mais recentes do IEFP que mostram uma tendência de redução do desemprego. No período compreendido entre 2014 e 2019 verificou-se um decréscimo na ordem dos 55%, passando de cerca de 13000 inscritos no ano de 2014 (média anual) para cerca de 6000 em 2019. Nesta análise, o desemprego feminino apresenta um valor superior ao masculino (na ordem dos 1000 inscritos na média de cada ano), o que pode indiciar a manutenção de situações de desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho para os géneros em questão.

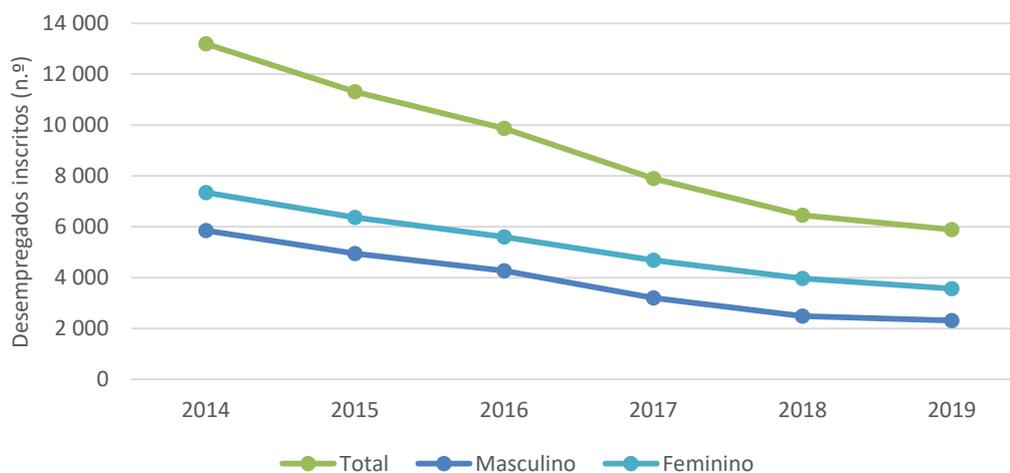


Figura 11. Desemprego registado na Região de Leiria, entre 2014 e 2019 (média anual), segundo o género

Fonte: Pordata, 2019 (dados do IEF/MTSS)

Apesar do cenário positivo demonstrado entre 2014 e 2019, o contexto provocado pela pandemia por COVID 19 teve impacto no emprego, como se verificou pela análise dos dados das inscrições no centro de emprego em abril e janeiro de 2020 (antes e depois da declaração do estado de emergência e da vigência de fortes medidas restritivas)²⁰. A análise dos dados mostra o seguinte:

- Aumento de 33% no número de inscritos entre janeiro e abril, o que corresponde a um acréscimo de 1971 indivíduos, que se deve exclusivamente à procura de novo emprego.
- Aumento do desemprego incide essencialmente nas classes etárias dos 25 aos 34, com o maior aumento relativo (53%, com um quantitativo de 627 indivíduos) e dos 35 aos 54 anos com o maior aumento absoluto (947 indivíduos, 38%)
- Aumento mais significativo de desempregados inscritos com o nível secundário de ensino, com um acréscimo de cerca de 900 indivíduos.
- Em relação ao motivo da inscrição, destacam-se o fim do trabalho não permanente e o despedimento.
- Em termos territoriais sobressaem os concelhos de Leiria e Marinha Grande com aumentos de inscrições de 932 e 488 indivíduos, respetivamente. Os concelhos do interior, onde o desemprego já apresentava valores inferiores, mantêm quantitativos, aparentemente, controlados.

²⁰ Dados estatísticas mensais do IEFP -

<https://drive.google.com/file/d/18if2fdEBnAw4JOqSOGYj6vPNFD8vbJI5/view?usp=sharing>

Complementarmente, importa averiguar a evolução registada nos indicadores relacionados com as transferências sociais, no sentido de aferir eventuais dificuldades da população.

No período compreendido entre 2014 e 2018, verificou-se uma diminuição do número de pensionistas, assim como do número de beneficiários de subsídio de desemprego e de Rendimento Social de Inserção (RSI). Apesar desta diminuição que segue a tendência regional e nacional (Tabela 11), importa analisar a sua evolução e distribuição com mais detalhe.

No que se refere às pensões da Segurança Social, verifica-se que as pensões de velhice continuam a assumir maior peso. Neste período, estas registaram um aumento (de 73% em 2014 passaram a 76% em 2018), ao contrário do que aconteceu com as pensões de invalidez (de 14% passaram para 11%). As pensões de sobrevivência mantiveram em ambos os anos considerados, uma proporção de 14% dos pensionistas.

Apesar da diminuição do número de pensionistas verifica-se um aumento do valor médio das pensões entre 2014 e 2018, revelando uma mudança do perfil socioeconómico dos beneficiários nos últimos anos. Seguindo a mesma tendência verificada na Região Centro e a nível nacional (Tabela 11), o valor médio das pensões diminuiu, já que em 2014 correspondia a 4.573€ e em 2018, a 4.996€, valores inferiores aos nacionais, mas superiores aos da NUTS II Região Centro. Na Região de Leiria a distribuição do valor médio das pensões revela coerência com a dicotomia revelada em termos sociodemográficos: o valor das pensões é significativamente mais baixo em concelhos onde o peso do envelhecimento é maior, e por consequência, o peso das pensões de velhice no total das pensões.

No respeitante ao subsídio de desemprego, apesar da diminuição do número de beneficiários, importa destacar que, no contexto da sub-região, estes se concentram maioritariamente no concelho de Leiria, acontecendo o mesmo com os beneficiários de RSI. Em termos de valor médio anual, verificava-se que o subsídio de desemprego em 2018 na Região de Leiria (2.619€) era inferior ao registado a nível nacional (2.949€) e regional (2.751€), com disparidades quando se analisa o valor por sexo (o valor médio de subsídio de desemprego das mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens: 2.457€ e 2.907€ respetivamente) e o número de beneficiários (63% dos beneficiários são mulheres), situação que se mantém ao longo dos anos analisados.

À semelhança do subsídio de desemprego, persistem desigualdades em termos de Rendimento Social de Inserção, com maior proporção de beneficiários do sexo feminino (2.026 homens e 2.060 mulheres). Verifica-se ainda que os beneficiários com idades inferiores a 25 anos representam 39,2% dos beneficiários, um cenário semelhante na NUTS II Centro (38,06%), mas inferior ao valor nacional (41,09%), o que exige medidas direcionadas para o público jovem que permitam travar a sua continuidade no tempo e contrariar estes padrões.

A par do Rendimento Social de Inserção, os valores auferidos pelos pensionistas e beneficiários de subsídio de desemprego revelam a existência de situações de fragilidade no território, estando abaixo do limiar de risco de pobreza, fixado em 6.014€ em 2018, de acordo com o INE.

Tabela 11. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, entre 2014 e 2018

Unidade Territorial	Beneficiários (n.º)						Valor médio anual (€)			
	Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de Inserção		Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Portugal	3.024.590	2.997.488	245.668	144.135	320.811	282.288	4.998	5.436	3.391	2.949
Região Centro	742.323	724.496	45.727	24.078	48.559	42.493	4.412	4.781	3.184	2.751
Região de Leiria	91.473	89.645	5.175	2.746	5.515	4.086	4.573	4.996	3.164	2.619
Alvaiázere	3.533	3.109	82	22	174	160	3.601	3.847	2.836	2.738
Ansião	4.949	4.755	229	125	291	261	3.902	4.227	3.112	2.825
Batalha	4.627	4.613	250	133	125	106	4.311	4.672	2.958	2.427
Castanheira de Pera	1.686	1.579	63	16	121	106	4.217	4.475	3.761	2.777
Figueiró dos Vinhos	2.710	2.529	78	35	252	177	3.849	4.074	3.339	2.647
Leiria	33.632	33.996	2.376	1.275	2.121	1.402	4.861	5.337	3.228	2.614
Marinha Grande	12.907	12.907	789	464	1.114	719	5.936	6.421	3.061	2.419
Pedrógão Grande	1.820	1.658	57	27	144	111	3.887	4.073	3.311	2.809
Pombal	17.391	16.514	806	428	777	783	3.804	4.156	3.264	2.944
Porto de Mós	8.218	7.985	445	221	396	261	4.316	4.658	2.972	2.539

Fonte: INE, Instituto de Informática, 2019 e II/MTSS, 2019

Complementarmente, refere-se a disparidade do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem que era, à escala sub-regional, de 1.087,5€, superior ao valor da Região Centro (1.032,8€), mas substancialmente inferior ao valor nacional (1.166,9€), em 2018 (INE). Uma análise mais detalhada ao contexto da Região de Leiria, revela ainda discrepâncias em termos de distribuição por sexo (934,3€ para mulheres e 1.199,3€ para homens, em 2018) e por município (Leiria e Marinha Grande apresentam valores superiores à média com 1.092€ e 1.303,6€ respetivamente; os restantes municípios apresentam valores abaixo da média, com Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos com os valores mais baixos, na ordem dos 850€ mensais), o que tem impacto no poder de compra da população.

Neste Eixo destacam-se os apoios da agenda temática Inclusão Social e Emprego, mobilizados pelo Programa Operacional Regional Centro 2020 e pelo Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE)²¹. No âmbito do primeiro, os apoios previstos dividiram-se no contexto do ITI/PDCT e candidaturas isoladas, e no caso do POISE, apesar de num primeiro momento terem estado previstos

²¹ Ver listagem de projetos em anexo ao presente relatório

projetos integrados no PDCT da Região de Leiria, na sua revisão passaram a constar essencialmente apoios do Centro 2020.

Tabela 12. Síntese dos projetos aprovados no período 2014-2020 em domínios associados ao Eixo 1

	CENTRO 2020	POISE	TOTAL
Despesa Total	7 438 261,39 €	10 534 618,76 €	17 972 880,15 €
Fundo Total	6 292 936,31 €	8 852 085,76 €	15 145 022,07 €
FEDER	6 292 936,31 €	0,00 €	6 292 936,31 €
FSE	0,00 €	8 852 085,76 €	8 852 085,76 €
Prioridade de Investimento (PI) 9.7- Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;			
Saúde			
Despesa	3 142 441,76 €	0,00 €	3 142 441,76 €
Fundo	2 671 075,48 €	0,00 €	2 671 075,48 €
Sociais			
Despesa	4 295 819,63 €	0,00 €	4 295 819,63 €
Fundo	3 621 860,83 €	0,00 €	3 621 860,83 €
Prioridade de Investimento (PI) 08.02 - Integração profissional			
Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)			
Despesa		391 191,21 €	391 191,21 €
Fundo		359 895,91 €	359 895,91 €
Prioridade de Investimento (PI) 08.05 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança			
Formação Modular para Empregados e Desempregados			
Despesa	0,00 €	3 376 241,15 €	3 376 241,15 €
Fundo	0,00 €	2 869 804,98 €	2 869 804,98 €
Vida Ativa para desempregados			
Despesa	0,00 €	1 010 940,02 €	1 010 940,02 €
Fundo	0,00 €	859 299,02 €	859 299,02 €
Prioridade de Investimento (PI) 09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade			
Capacitação para a Inclusão			
Despesa	0,00 €	1 447 121,32 €	1 447 121,32 €
Fundo	0,00 €	1 230 053,13 €	1 230 053,13 €
Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)			
Despesa	0,00 €	823 488,39 €	823 488,39 €
Fundo	0,00 €	699 965,13 €	699 965,13 €
Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)			
Despesa	0,00 €	2 127 808,72 €	2 127 808,72 €
Fundo	0,00 €	1 808 637,42 €	1 808 637,42 €
Vida Ativa para DLD			
Despesa	0,00 €	98 940,01 €	98 940,01 €
Fundo	0,00 €	84 099,01 €	84 099,01 €
Prioridade de Investimento (PI) 09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral			
Formação de Profissionais do Setor da Saúde			
Despesa	0,00 €	58 145,74 €	58 145,74 €
Fundo	0,00 €	49 423,88 €	49 423,88 €
Rede local de intervenção social (RLIS)			
Despesa	0,00 €	567 667,95 €	567 667,95 €
Fundo	0,00 €	482 517,75 €	482 517,75 €
Prioridade de Investimento (PI) 09.05 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego			
Despesa	0,00 €	633 074,25 €	633 074,25 €
Fundo	0,00 €	408 389,53 €	408 389,53 €

Fonte: PO Centro 2020 e POISE

As apostas integradas no PDCT incidiram essencialmente na vertente de intervenção física relativa à intervenção em infraestruturas de saúde e que integrou a remodelação de espaços em Leiria, Marinha Grande e Pedrogão Grande e unidade móvel para Porto de Mós (apoios FEDER).

Fora do PDCT, em resposta a avisos de candidatura abertos ao longo dos vários anos de execução do atual quadro destaca-se o seguinte:

- : Investimento na Saúde (PI 9.7) - promovido pelo Centro Hospitalar de Leiria com um apoio FEDER do Centro 2020 na ordem dos 800 mil euros e um investimento próximo de 1 milhão de euros;
- : Investimentos em infraestruturas sociais (PI 9.7) que, apesar de terem sido sinalizados como relevantes em contexto de EIDT apenas foram aprovados no decorrer do ano de 2017, envolvendo operações de entidades públicas e privadas. Na sua essência, a maioria das operações incide sobre a modernização e a promoção da eficiência energética em estruturas existentes, sendo o apoio FEDER mobilizado do Centro 2020, num valor de 3.6 milhões de euros;
- : Investimentos para a promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego e apoio à mobilidade de trabalhadores no âmbito do POISE, com mobilização de FSE:
 - o Promoção de estágios profissionais na administração pública, com 11 operações aprovadas com incidência em sete dos 10 concelhos;
 - o Medidas de adaptação dos trabalhadores, essencialmente focadas na oferta de formações modulares para empregados e desempregados e na promoção da vida ativa para desempregados, com a mobilização de 3,7 milhões de euros de FSE. Neste domínio destaca-se o papel das associações empresariais e entidades de formação profissional, nomeadamente as que formalizaram candidaturas com abrangência sub-regional (exemplos: ACILIS, NERLEI e ARICOP).
- : Investimentos para a promoção da integração social e combate à pobreza e qualquer discriminação:
 - o Capacitação para a inclusão foi uma das medidas com mais projetos aprovados, 12 projetos promovidos por instituições de sete concelhos da Região de Leiria, com 1,2 milhões de FSE mobilizado;
 - o A formação para desempregados de longa duração, apoiada pelo POISE foi desenvolvida ao abrigo de quatro candidaturas aprovadas, uma delas (NERLEI) com abrangência sub-regional e as restantes nos concelhos de Leiria e Marinha Grande;
 - o Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) foram promovidos até ao momento em cinco concelhos: Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande e Pedrógão Grande;
 - o Em Leiria e Marinha Grande foram implementadas duas Redes Locais de Intervenção Social (RLIS), sendo ainda de salientar os programas de capacitação para o investimento social, promovidos em Leiria, Pombal, Castanheira de Pera e Marinha Grande.

No total, em PI associadas à concretização dos objetivos do Eixo 1 em análise foram mobilizados cerca de 15 milhões de euros de fundos comunitários, sendo, contudo, importante referir que o impacto da sua aplicação poderá ainda não ser visível nos indicadores analisados uma vez que muitas das iniciativas poderão ainda estar em curso ou terem uma recente conclusão, com resultados que, nestes domínios sensíveis, não são imediatos.

Síntese Eixo 1

O contexto revisitado no presente eixo tem uma relação direta com a implementação das medidas da EIDT, com especial destaque para a **Medida 3. Sistema regional de apoio à inclusão e coesão**, sendo, contudo, de referir que, no seu conjunto, a implementação das medidas da EIDT da Região de Leiria teria um impacto positivo tendente ao melhor equilíbrio demográfico, inclusão e diminuição da desigualdade.

O quadro sociodemográfico revisto mostra a manutenção de situações de elevada fragilidade na sub-região e obriga à manutenção e reforço de abordagens integradas que incorporem dimensões específicas que atendam à promoção do equilíbrio social, dada às assimetrias existentes na Região de Leiria. Com efeito, a dualidade do contexto sub-regional revela a necessidade de implementar medidas e abordagens programáticas que permitam contrariar cenários de declínio populacional e situações de fragilidade social e económica, sendo de reforçar a abordagem em rede pelas entidades responsáveis, ou potencialmente responsáveis pela gestão dos projetos de inclusão social e a adequação dos instrumentos de apoio às características diferenciadas dos territórios presentes na Região de Leiria.

No que se refere ao declínio demográfico, o apoio à criação e manutenção de níveis satisfatórios e da qualidade dos serviços públicos (saúde, ensino, segurança e proteção civil, cultura, etc.) nos territórios de baixa densidade, uma vez que sem um cenário de segurança e qualidade de vida (medida pela facilidade de acesso a serviços essenciais) dificilmente serão contrariadas as tendências de retração agora registadas. Neste contexto permanece pertinente a manutenção do eixo coesão social e de medidas como o proposto “sistema regional de apoio à inclusão social” da EIDT da Região de Leiria.

Importa, face ao quadro regional revisitado, acautelar o seguinte na Estratégia 2030 da Região de Leiria:

- : Impacto da pandemia por COVID19 a nível social e económico, com perspetivas de recuperação lenta.
- : Reforço da discriminação positiva de territórios de baixa densidade no sentido de serem contrariadas as fortes dinâmicas regressivas que se mantêm e que, porventura poderão ter sido agravadas pelas catástrofes registadas entre 2014 e 2019. Esta discriminação deve ter

na génese um quadro de políticas multissetoriais que envolvam redes de equipamentos e serviços públicos de proximidade, transportes, habitação, reabilitação e revitalização urbanas, entre outras, em modelos sustentáveis adequados às características da Região de Leiria e focados na necessidade de responder às necessidades da população, independentemente do seu local de residência.

- : Reforço dos apoios a redes públicas e serviços que promovam respostas sociais, de saúde e bem-estar, de cultura e de desporto/recreio.
- : Necessidade de promover um sistema regional de avaliação de resultados dos projetos implementados, promovendo a partilha de boas práticas e a sua aplicação.
- : Adequação de apoios às especificidades dos territórios e à natureza das entidades neles presentes, atendendo ao contexto sociodemográfico e económico dos territórios de baixa densidade que poderão não ter capacidade de cumprir requisitos de acesso desenhados de forma indiferenciada a nível temático e/ou regional.

6.2.2 Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

A inovação, o conhecimento e o nível de qualificação da população e das instituições correspondem a fatores determinantes para a promoção do crescimento inteligente e do desenvolvimento económico de um território. Neste sentido, o “Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento” da Estratégia Nacional Portugal 2030 encontra-se relacionado com os eixos “Crescimento Inteligente” e “Crescimento Inclusivo” definidos no Portugal 2020 e utilizados na construção da EIDT da Região de Leiria.

A análise a seguir apresentada teve em conta os quatro domínios que constituem o eixo “inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”: promoção da sociedade do conhecimento; inovação empresarial; qualificação dos recursos humanos e qualificação das instituições.

Tendo como objetivo analisar o perfil de inovação da Região de Leiria, atendendo à evolução da proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (Tabela 13), verificou-se um decréscimo entre 2014 e 2015 e, a partir deste ano, uma tendência de evolução positiva, à semelhança do observado à escala regional e nacional. Contudo, conforme se verifica na Tabela 13, a proporção da despesa em I&D na Região de Leiria é substancialmente inferior ao registado a nível nacional e regional (valor inferior a 50% dos valores nacional e regional).

No que respeita à proporção de despesa em I&D no PIB por setor de execução, o perfil sub-regional apresenta semelhanças com as restantes escalas em análise, sendo as empresas as principais que contribuem mais para a posição regional, com uma percentagem de 0,42, seguindo-se o ensino superior, neste caso, o Instituto Politécnico de Leiria, com um contributo de 0,17% para o valor sub-regional.

Tabela 13. Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por sector de execução em 2014 a 2017

Setor de execução	Portugal				Região Centro				Região de Leiria			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Total	1,29	1,24	1,28	1,32	1,35	1,22	1,27	1,32	0,62	0,53	0,60	0,61
Estado	0,08	0,08	0,07	0,07	0,03	0,03	0,02	0,03	0	0,01	0,01	0,01
Empresas	0,60	0,58	0,62	0,67	0,65	0,58	0,66	0,70	0,45	0,39	0,43	0,42
Ensino superior	0,59	0,57	0,57	0,56	0,66	0,60	0,58	0,59	0,18	0,13	0,16	0,17
Instituições privadas sem fins lucrativos	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0	0	0	0

o: dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada

Fonte: INE, DGEEC - Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas), 2020

As patentes correspondem a um importante indicador em termos de inovação e da capacidade de criação de conhecimento no tecido empresarial e industrial, tendo-se analisado a evolução registada

nos últimos anos com dados disponíveis. Entre 2008 e 2012, cerca de 12 patentes tiveram origem no Pinhal Litoral e no Pinhal Interior Norte²² (Tabela 14), um valor que corresponde a 11% do total de pedidos de patentes europeias da Região Centro (no período em análise foram registadas 103 patentes na NUTS II). Estas patentes foram o resultado de I&D em diversos setores verificando-se uma maior expressão, no período em análise (2008-2012) de patentes nas secções A e B.

Tabela 14. Pedidos de patentes europeias na NUTS III Pinhal Litoral e Pinhal Interior Norte, de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)

	Pinhal Litoral					Pinhal Interior Norte ²³					Total 2008-2012
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	
Secção A – Necessidades humanas	0,38	:	:	:	1,33	0,2	:	0,5	:	:	2,41
Secção B – Processos de transformação / transporte	0,67	:	1	:	1	:	:	:	0,25	:	2,92
Secção C – Química; metalurgia	:	:	:	0,5	:	:	:	:	:	:	0,5
Secção D – Têxteis, papel	:	:	:	:	1	:	:	:	:	:	1
Secção E – Construções fixas	1	:	0,5	:	:	:	:	:	:	:	1,5
Secção F – Engenharia mecânica, Iluminação; Aquecimento; Armas; Explosões	0,33	:	:	:	0,33	:	:	:	:	:	0,66
Secção G - Física	0,13	:	0,5	:	1,14	:	:	:	:	:	1,77
Secção H - Eletricidade	:	:	:	:	:	:	:	0,5	0,5	:	1
Total	2,5	:	2	0,5	4,81	0,2	:	1	0,75	:	11,76
: não disponível											
<i>Nota: os números fracionais correspondem a patentes partilhadas com indivíduos/entidades com origem em outros destinos.</i>											

Fonte: Eurostat, 2020

A análise à taxa de natalidade das empresas na Região de Leiria (Tabela 15) revela-nos uma diminuição de 1,54 p.p. entre 2014 e 2018, à semelhança do ocorrido a nível nacional e regional.

Em 2018, a Região de Leiria apresentava a taxa de natalidade das empresas mais baixa da Região Centro. Relativamente à taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes, o valor situava-se nos 55,67% em 2018, próximo da média nacional e regional e superior ao registado nas regiões de Aveiro, Coimbra e Beira Baixa.

²² A unidade Pinhal Interior Norte integrava um conjunto alargado de concelhos que não estão agora integrados na Região de Leiria, pelo que poderá o valor registado nesta NUTS II não ter qualquer ligação com os concelhos atualmente na CIM Região de Leiria. Contudo, a inexistência de dados à escala municipal impossibilita esta análise.

²³ ídem

Tabela 15. Taxa de natalidade e taxa de sobrevivência das empresas em 2014 e 2018

Unidade Territorial	Taxa de natalidade das empresas (%)		Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (%)	
	2014	2018	2014	2018
Portugal	15,65	15,26	52,35	56,09
Região Centro	14,49	13,07	54,34	55,88
Oeste	13,93	14,13	53,76	57,75
Região de Aveiro	14,65	13,34	52,04	55,59
Região de Coimbra	15,53	13,10	52,37	53,20
Região de Leiria	13,53	11,99	55,42	55,67
Viseu Dão Lafões	15,11	13,31	54,36	56,12
Beira Baixa	15,08	12,44	60,95	51,08
Médio Tejo	13,73	12,51	55,69	56,67
Beiras e Serra da Estrela	14,14	12,60	59,13	60,96

Fonte: INE, Demografia das empresas, 2020

Neste eixo e, mais especificamente, em matéria de inovação empresarial, a EIDT previa a **Medida 8. Programa de Reforço da I&D e da Inovação** propondo a implementação de um conjunto alargado de iniciativas que previam como potenciais promotores a CIM, instituições de ensino superior, associações empresariais, centros tecnológicos e as empresas da sub-região.

Neste contexto, é relevante a aferição dos investimentos concretizados na Região de Leiria, com apoio de fundos comunitários e que contribuiriam para o reforço da inovação e, por conseguinte, da concretização de uma das medidas e objetivos estratégicos da EIDT.

Da análise dos vários Programas Operacionais, verifica-se que o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) foi o que mais contribui para esta medida com cerca de 140 projetos aprovados. Conforme se sintetiza na Tabela 16, a PI 1.1. relacionada com o reforço da capacidade inovação totaliza 33 projetos aprovados, num montante de apoio que ronda os 4,5 milhões de euros. O Instituto Politécnico de Leiria é o principal promotor nesta prioridade de investimento, com 23 projetos aprovados²⁴.

Na PI 1.2. orientada para a promoção da inovação e investigação das empresas, os cerca de 160 projetos aprovados foram cofinanciados pelo POCI e pelo PO regional Centro 2020 com um total de investimento que superou os 170 milhões de euros e mobilizou mais de 112 milhões de FEDER. Também nesta PI é o POCI que se assumiu como principal propulsor do tecido económico com o apoio a 113 projetos que envolviam o território da Região de Leiria.

Ainda de destacar os programas operacionais temáticos PDR 2020 e Mar 2020, o primeiro com 14 projetos de pequena dimensão associados a 9 Grupos Operacionais com impacto na Região de Leiria, um projeto de conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais, cujo beneficiário é a

²⁴ Ver lista completa de projetos no ponto 6.2.

Universidade Nova de Lisboa, e um projeto do Mar 2020 no Município de Figueiró dos Vinhos relacionado com a aquacultura.

Tabela 16. Síntese dos projetos apoiados no domínio da I&D e inovação nos PO

Despesa elegível	Fundo	Nº de projetos	PO financiador
PI 1.1- O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu			
1 269 989,13 €	1 070 297,48 €	9	Centro 2020
4 073 233,52 €	3 461 628,33 €	24	POCI
PI 1.2- A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público ...			
19 961 808,02 €	11 785 012,40 €	46	Centro 2020
155 643 379,86 €	100 136 847,25 €	113	POCI
1.0.1 - Grupos Operacionais			
288 986,77 €	194 811,23 €	14	PDR 2020
7.8.4 - Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais			
176 030,00 €	131 482,47 €	1	PDR 2020
P2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva			
1 081 747,73 €	811 310,81 €	1	MAR 2020
182 495 175,03 €	117 591 389,97 €	208	TOTAL

Fonte: Programas Operacionais regional e temáticos

Ainda de destacar o projeto ResNetDetect que tem como objetivo o desenvolvimento de novos algoritmos de deteção de incêndios com base em técnicas de inteligência artificial, com vista a melhorar a eficácia do sistema que está em funcionamento na Região de Leiria. É um projeto em parceria tendo como líder o NOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias como instituição participante a CIMRL. É cofinanciado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Em síntese, com um total de investimento superior a 180 milhões de euros e uma mobilização de cerca de 118 milhões de euros, verifica-se a preponderância dos apoios disponibilizados para a concretização da EIDT. O quadro de localização dos projetos é bastante desequilibrado, não existindo no POCI e Centro 2020, na PI 1.2, nenhum projeto promovido nos concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos. Em Ansião registam-se apenas 3 projetos, na Batalha 8 e em Porto de Mós 9, sendo Pombal, Marinha Grande e Leiria os territórios com maior dinâmica nestes domínios. **Este contexto revela não apenas uma frágil densidade empresarial nestes territórios, mas também a possível desadequação dos apoios existentes no domínio da ID e inovação ao universo de empresas dos territórios de baixa densidade.**

Estes dados corroboram os indicadores estatísticos analisados revelando a pertinência de se manter o eixo da EIDT relativo à aposta no reforço da I&D e inovação.

No domínio da educação e qualificação dos recursos humanos, o combate ao abandono e ao insucesso escolar continua a ser uma das áreas de aposta, tendo a Região de Leiria um desempenho consideravelmente mais positivo que os registados na NUTS II e I. No que respeita à taxa de retenção e desistência no ensino básico²⁵ verificou-se uma evolução positiva na Região de Leiria, com uma diminuição significativa entre os anos letivos de 2013/2014 e 2017/2018 em todos os níveis do ensino básico, conforme se mostra na tabela seguinte.

Tabela 17. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por nível de ensino

Unidade Territorial	Ano letivo 2013/2014 (%)				Ano letivo 2017/2018 (%)			
	Total	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Total	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB
Portugal	10	5	11,4	15,1	5,1	2,8	5,3	7,8
Região Centro	8,8	4,4	9,9	13,2	4,4	2,5	4	6,8
Região de Leiria	6,8	3,2	7,1	10,9	3,3	1,8	2,1	5,7
Alvaiázere	10,6	3,3	1,8	22,9	3,1	0,6	-	7,8
Ansião	7,8	3,6	9,1	12	2,6	1,3	2,1	4,1
Batalha	9,1	3	11,1	14	4,3	2	1,3	8,4
Castanheira de Pera	13,6	6,3	11,8	22,4	8,3	5,2	2,7	14,9
Figueiró dos Vinhos	10,6	4,6	15	14,2	2,2	2,5	-	3,5
Leiria	6,5	3,4	6,3	11	3,3	1,9	2,8	5,4
Marinha Grande	4,7	3,3	6,1	5,4	2,5	1,3	1,1	4,7
Pedrógão Grande	6,5	4	1,4	13,2	0,4	-	-	1
Pombal	6,9	2,5	8,2	10,8	3,2	1,6	2,5	5,3
Porto de Mós	6,7	2,7	6,5	11,4	4,5	3,1	0,4	8,3

-: dado nulo ou não aplicável

Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2020

A Tabela 18 apresenta um conjunto de indicadores que permitem verificar a evolução ao nível da escolarização e qualificações, tendo presente os anos letivos 2013/2014 e 2017/2018. A Região de Leiria registou um aumento da taxa bruta de pré-escolarização entre estes dois anos letivos, à semelhança da dinâmica registada a nível regional e no Continente. Importa ainda referir que a taxa bruta de escolarização registada na Região de Leiria no ano letivo 2017/2018 (101,6%) é superior à registada a nível regional (97,1%) e no Continente (93,7%). Também a taxa bruta de escolarização nos níveis de ensino básico e secundário registou um ligeiro aumento, particularmente ao nível do ensino secundário. Contudo, os valores registados no ano letivo 2017/2018 são inferiores aos registados a nível regional e no Continente.

Em relação às taxas de transição/conclusão do ensino secundário, também se regista uma evolução positiva, tanto ao nível dos cursos gerais científico-humanísticos, como dos cursos tecnológicos e profissionais, apresentando igualmente valores superiores aos registados a nível regional e no Continente. No que se refere à proporção de mulheres no ensino secundário, verificou-se uma

²⁵ Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo.

pequena diminuição entre os dois anos letivos em análise, sendo o último valor igual ao registado na Região Centro (49,7%) e superior ao registado no Continente (49,4%).

Por último, também se registou um aumento da média de alunos por computador e da média de alunos matriculados por computador com ligação à Internet, em todos os níveis de ensino. As médias registadas no ano letivo 2017/2018 são superiores às registadas na Região Centro, mas inferiores às do Continente.

Tabela 18. Indicadores de educação nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018

Ano letivo	Unidade Territorial	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Taxa bruta de escolarização (%)		Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)			Proporção de mulheres no ensino secundário (%)	Média de alunas/os por computador (N.º)				Média de alunas/os matriculadas/os por computador com ligação à Internet (N.º)					
			Ensino básico	Ensino secundário	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos/profissionais		Total	Ensino básico			Ensino secundário	Total	Ensino básico			Ensino secundário
										1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB			1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	
2013/ 2014	Continente	89,6	110,1	116,9	81,8	79,1	86,2	49,3	3,0	4,5	2,7	2,6	2,5	3,5	5,6	3,2	3,1	2,9
	Região Centro	96,2	108,5	114,2	82,6	80,3	86,2	50,0	2,9	4,0	2,7	2,6	2,4	3,4	5,0	3,3	3,0	2,8
	Região de Leiria	95,0	106,6	110,3	82,3	82,0	82,7	50,1	3,2	4,5	3,1	3,1	2,4	3,8	5,9	3,7	3,7	2,7
	Alvaiázere	100,0	103,8	78,3	87,4	76,4	95,8	51,4	1,7	4,0	1,9	1,9	0,9	2,0	11,3	2,0	2,0	0,9
	Ansião	111,9	116,2	132,6	83,3	83,6	83,0	45,6	2,2	4,4	3,8	3,1	1,1	2,4	6,4	4,6	3,7	1,1
	Batalha	92,7	112,1	61,7	84,2	83,9	84,9	49,9	4,1	4,2	4,4	4,4	3,3	4,2	4,3	4,4	4,5	3,4
	Castanheira de Pera	110,9	111,4	0,0	-	-	-	-	1,3	2,6	1,0	1,0	-	1,6	2,6	1,2	1,3	-
	Figueiró dos Vinhos	106,6	101,7	127,5	89,4	85,0	100,0	55,9	1,9	3,0	1,7	1,6	1,6	2,3	4,1	2,8	1,9	1,9
	Leiria	94,2	104,5	115,6	81,6	80,5	83,8	49,9	3,9	4,7	4,0	4,0	3,1	4,7	5,7	4,9	5,2	3,5
	Marinha Grande	83,8	105,1	127,1	87,1	83,8	92,2	51,4	2,5	4,0	2,2	2,1	2,2	3,1	6,1	2,5	2,6	2,6
Pedrógão Grande	98,6	85,6	187,9	74,7	-	74,7	54,3	1,5	2,2	1,5	1,5	1,2	1,6	2,5	1,7	1,6	1,3	
Pombal	99,8	110,2	106,0	77,1	81,7	71,9	48,3	3,3	5,6	3,4	3,2	2,3	4,1	6,9	3,7	3,8	3,1	
Porto de Mós	100,3	108,3	97,0	86,1	85,1	87,7	52,9	3,1	4,6	2,8	2,7	2,8	4,0	7,3	3,5	3,2	3,4	
2017/ 2018	Continente	93,7	108,7	121,7	86,4	84,2	90,1	49,4	4,7	6,4	4,6	4,3	3,9	5,0	7,2	4,8	4,6	4,1
	Região Centro	97,1	108,2	120,8	87,8	85,4	91,5	49,7	4,2	5,9	4,4	3,9	3,4	4,5	6,6	4,6	4,1	3,6
	Região de Leiria	101,6	106,7	118,7	88,8	85,4	93,7	49,7	4,6	6,5	4,8	4,3	3,5	4,9	7,5	4,9	4,5	3,7
	Alvaiázere	81,4	94,3	91,8	86,5	73,9	96,6	56,4	2,3	4,9	2,5	2,6	1,4	2,3	5,2	2,5	2,6	1,4
	Ansião	108,3	119,0	168,8	93,1	92,0	93,9	40,8	3,3	6,8	6,6	6,4	1,7	3,4	10,5	6,7	6,5	1,7
	Batalha	100,3	99,5	78,4	83,9	82,4	87,2	48,7	4,7	5,6	4,5	4,6	4,0	5,1	6,4	4,8	5,1	4,0
	Castanheira de Pera	105,6	116,8	-	-	-	-	-	1,3	2,5	0,9	0,9	-	1,3	2,5	0,9	0,9	-
	Figueiró dos Vinhos	103,4	100,0	104,2	82,4	76,0	97,7	55,5	1,6	2,6	2,4	1,2	1,2	1,6	2,7	2,4	1,2	1,2
	Leiria	101,0	105,5	118,8	87,1	84,2	93,5	52,0	5,6	7,4	5,3	5,4	4,4	6,0	8,2	5,4	5,6	5,1
	Marinha Grande	99,8	108,5	147,0	91,0	87,3	96,0	49,3	5,2	8,4	4,5	4,1	4,9	5,7	10,2	5,0	4,4	5,2
Pedrógão Grande	100,0	95,2	153,8	86,1	-	86,1	44,4	1,5	4,1	1,4	1,4	1,2	1,5	4,1	1,5	1,5	1,2	
Pombal	103,7	110,2	126,3	90,8	88,1	93,6	46,4	4,6	5,2	5,5	4,8	3,6	4,8	6,6	5,5	4,8	3,6	
Porto de Mós	107,5	107,0	74,3	89,1	84,5	95,0	52,4	4,5	6,4	5,6	3,4	4,0	4,9	6,6	5,6	3,8	4,8	

-: dado nulo ou não aplicável

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

A taxa de escolarização no ensino superior (alunas/os com idade entre 18 e 22 anos) no ano letivo de 2018/2019 era de 33,7% na Região de Leiria, um valor inferior ao registado a nível nacional e regional (36,4% e 40,2% respetivamente) e que tem relação direta com a localização no território de instituições de ensino superior que se concentram em Leiria e Marinha Grande. Contudo, importa referir o aumento da proporção de alunos inscritos no ensino superior em áreas de ciência e tecnologia nesta região, verificando-se, no ano letivo de 2018/2019, um valor superior ao registado a nível regional e nacional. Por último, relativamente ao indicador “Diplomadas/os do ensino superior por 1.000 habitantes” verificou-se, no ano letivo de 2017/2018, um valor de 57,6 estudantes que concluíram o ensino superior por cada 1.000 habitantes na região. Apesar deste valor se situar abaixo dos registados a nível regional e nacional, destaca-se a evolução positiva relativamente ao ano letivo de 2013/2014 (Tabela 19).

Tabela 19. Indicadores de educação relativos ao ensino superior

Unidade Territorial	Taxa de escolarização no ensino superior (alunas/os com idade entre 18 e 22 anos) (%)		Proporção de inscritas/os em áreas C&T no ensino superior (%)		Diplomadas/os do ensino superior por 1.000 habitantes (N.º)	
	2014/2015	2018/2019	2014/2015	2018/2019	2013/2014	2017/2018
Portugal	32,6	36,4	28,9	29,6	77,0	73,5
Região Centro	35,6	40,2	29,5	32,0	79,4	77,4
Região de Leiria	21,2	33,7	31,4	35,6	44,4	57,6
Alvaiázere	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Ansião	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Batalha	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Castanheira de Pera	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Figueiró dos Vinhos	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Leiria	47,3	75,5	31,1	35,4	94,9	127,2
Marinha Grande	0,3	1,5	50,7	46,9	7,2	3,6
Pedrógão Grande	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Pombal	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Porto de Mós	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
-: dado nulo ou não aplicável						

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

No ano letivo de 2017/2018, 10% dos diplomados da Região Centro pertenciam à Região de Leiria (1.775 diplomados), distribuídos pelas áreas de estudo apresentadas na Figura 12, com maior destaque para a saúde e proteção social, engenharia, indústrias transformadoras e construção e ciências empresariais, administração e direito.

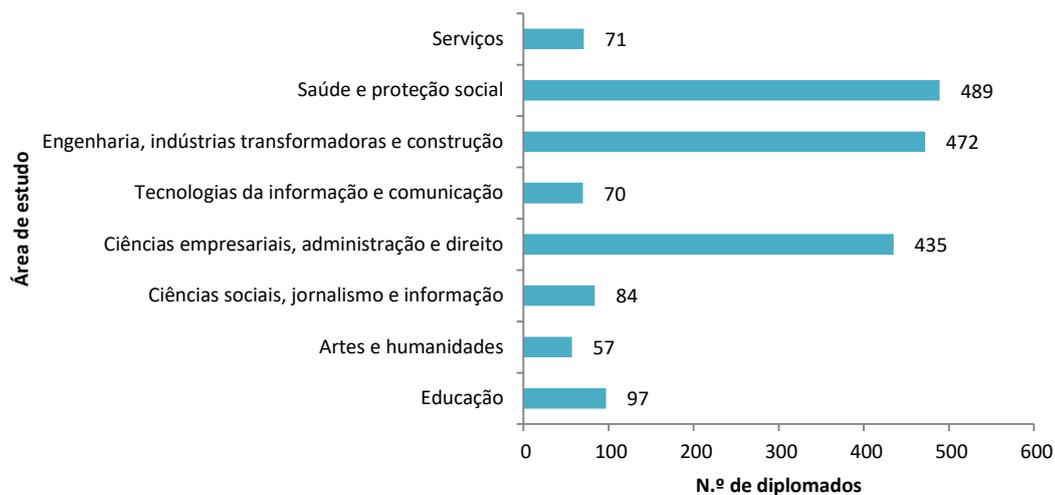


Figura 12. Número de diplomados na Região de Leiria no ano letivo 2017/2018, por área de estudo

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro de 2018

No que respeita à oferta de educação/formação orientadas para adultos na Região de Leiria (Tabela 20), no ano letivo 2013/2014 estavam matriculados 812 alunos, tendo este número aumentado para 2.185 no ano letivo 2017/2018, o que revela uma clara aposta na aquisição de competências e na formação com abrangência nos vários níveis de ensino. Analisando por ciclo de ensino:

- : No nível do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico existiam, respetivamente, 7 e 42 alunos matriculados no sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
- : No 3.º ciclo do ensino básico registavam-se 611 alunos matriculados, 318 em Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) e 293 no Sistema de RVCC;
- : No nível secundário do total de 1.525 alunos, 158 estavam matriculados no ensino recorrente, 537 nos CEFA e 827 no Sistema de RVCC.

Tabela 20. Alunas/os matriculadas/os em ofertas de educação/formação orientadas para adultos/os, segundo o nível de ensino e a oferta nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018

Ano letivo	Unidade Territorial	1.º CEB				2.º CEB				3.º CEB				Ensino secundário			
		Total	Ensino recorrente	CEFA	RVCC	Total	Ensino recorrente	CEFA	RVCC	Total	Ensino recorrente	CEFA	RVCC	Total	Ensino recorrente	CEFA	RVCC
2013/ 2014	Portugal	2.063	479	1.149	435	4.847	13	3.829	999	10.427	277	9.576	499	21.965	8.792	12.735	350
	Região Centro	296	0	296	0	828	0	827	0	2.099	0	2.072	24	4.032	1.282	2.727	8
	Região de Leiria	0	0	0	0	79	0	79	0	208	0	192	14	525	197	319	1
	Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	13	21	0	21	0
	Ansião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Batalha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Castanheira de Pera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25	0	25	0	25	0
	Leiria	0	0	0	0	79	0	79	0	167	0	167	0	423	197	220	0
	Marinha Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	55	0	53	0
	Pedrógão Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pombal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1
Porto de Mós	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2017/ 2018	Portugal	3.130	621	2.064	441	6.324	13	4.700	1.541	22.004	200	11.512	10.132	50.092	7.589	23.113	18.998
	Região Centro	407	0	310	96	1.001	0	709	292	4.628	0	2.224	2.403	11.167	1.209	4.953	4.989
	Região de Leiria	7	0	0	7	42	0	0	42	611	0	318	293	1.525	158	537	827
	Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ansião	0	0	0	0	0	0	0	0	36	0	23	13	83	0	11	72
	Batalha	0	0	0	0	2	0	0	2	14	0	0	14	70	0	14	56
	Castanheira de Pera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	15	0	25	0	25	0
	Leiria	5	0	0	5	23	0	0	23	321	0	180	141	787	158	279	347
	Marinha Grande	1	0	0	1	9	0	0	9	117	0	43	74	317	0	106	211
	Pedrógão Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pombal	1	0	0	1	8	0	0	8	108	0	57	51	243	0	102	141
Porto de Mós	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

Este cenário mostra já os resultados do forte investimento e da mobilização de mais de 350 milhões de euros de apoios comunitários (FSE e FEDER) neste domínio, como se mostra sinteticamente na tabela seguinte e no Ponto 6.3 do presente relatório. De acordo com a análise realizada conclui-se uma forte aposta na formação profissional, com a mobilização de mais de 80 milhões de euros de FSE em 108 operações aprovadas, seguindo-se as tipologias associadas à formação ao longo da vida com os cursos EFA e os cursos de aprendizagem a assumir também particular expressão. Em relação às intervenções físicas nos equipamentos escolares, apenas se registam em seis concelhos, mantendo-se a necessidade de reforço de apoios na qualificação da rede escolar.

Tabela 21. Síntese dos projetos apoiados no domínio da qualificação dos RH nos PO

Tipo de operação	Despesa elegível	Fundo	Nº de projetos	PO financiador	Fundo
PI 10.1- Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação					
TEIP, PIEF, Mais Sucesso	2 912 419,32 €	2 475 556,42 €	2	Centro 2020	FSE
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	2 585 818,52 €	2 197 945,74 €	1	Centro 2020	FSE
Formação de docentes e outros agentes de educação e formação	614 134,66 €	522 014,46 €	6	POCH	FSE
Cursos de Educação e formação de Jovens (CEF)	2 656 617,66 €	2 258 125,01 €	23	POCH	FSE
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	1 107 955,50 €	941 762,18 €	2	POCH	FSE
Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar - Clubes Ciência Viva	94 116,97 €	79 999,40 €	8	POCH	FSE
Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar - (EQAVET)	355 862,00 €	302 482,70 €	19	POCH	FSE
Cursos Vocacionais	3 034 773,79 €	2 579 557,72 €	5	POCH	FSE
Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)	626 251,09 €	532 313,42 €	1	POCH	FSE
SUB-TOTAL	13 987 949,51 €	11 889 757,05 €	67		
PI 10.2- Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos					
Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)	9 756 787,82 €	8 293 269,65 €	4	CENTRO 2020	FSE
Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)	9 370 180,87 €	7 964 653,74 €	3	POCH	FSE
SUB-TOTAL	19 126 968,69 €	16 257 923,39 €	7		
PI 10.03 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas					
Centros Qualifica	6 085 897,81 €	5 173 013,12 €	27	POCH	FSE
Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP)	752 309,12 €	639 462,77 €	12	POCH	FSE
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	22 410 062,66 €	19 048 553,26 €	9	POCH	FSE
Cursos de Aprendizagem	34 907 199,68 €	29 671 119,72 €	9	POCH	FSE
SUB-TOTAL	64 155 469,27 €	54 532 148,87 €	57		
PI 10.04 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem					
Cursos Profissionais	98 328 454,49 €	83 579 186,38 €	108	POCH	FSE
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	3 851 273,37 €	3 273 582,37 €	4	CENTRO 2020	FSE
SUB-TOTAL	102 179 727,86 €	86 852 768,75 €	112		
PI 10.5- Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas					
Ensino obrigatório	16 319 119,40 €	13 871 251,47 €	14	CENTRO 2020	FEDER
Politécnico – Equipamento TeSP	1 535 294,12 €	1 305 000,00 €	1	CENTRO 2020	FEDER
SUB-TOTAL	17 854 413,52 €	15 176 251,47 €	15		
TOTAL	434 609 057,70 €	369 417 699,06 €	258		

Fonte: Programas Operacionais regional e temáticos

A análise apresentada mostra a pertinência de manutenção na EIDT destas temáticas, corporizadas nas medidas 1 e 2, respetivamente Programa + Escola e Sistema Regional de Qualificação e Respostas Profissionais, que estão a ser executadas por via das mais de 250 operações que desde o início do presente Quadro Comunitário estão a ser implementadas. Neste âmbito importa também salientar o desenvolvimento do “Estudo de diagnóstico das necessidades ao nível do ensino profissional face às necessidades do mercado – SANQ” que se encontra em execução entre 2020-2021 e que pode determinar um alinhamento das operações das várias entidades com os seus resultados, uma vez que o resultado esperado é a adequação das relevâncias dos cursos profissionais à realidade da Região.

No domínio da qualificação das instituições, nomeadamente no que diz respeito à modernização, capacitação e digitalização da administração pública e à simplificação administrativa, a análise à evolução dos indicadores da sociedade de informação (Tabela 22) revela que na Região de Leiria 100% das câmaras municipais tem ligação à Internet através de banda larga e presença na Internet. Relativamente à utilização de comércio eletrónico, a Região de Leiria assistiu a uma evolução positiva entre 2014 e 2018, registando um aumento de 10 p.p. Pelo contrário, registou uma diminuição de 10 p.p. ao nível dos processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet. Por último, 70% das câmaras municipais da Região de Leiria disponibilizam formulários para preenchimento e submissão *online*.

Tabela 22. Indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais (%) em 2014 e 2018

Indicadores	Portugal		Região Centro		Região de Leiria	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Ligação à Internet (%)	100	100	100	100	100	100
Ligação à Internet através de banda larga (%)	99,7	100	100	100	100	100
Presença na Internet (%)	100	100	100	100	100	100
Utilização de comércio eletrónico (%)	55,2	58,4	65	69	60	70
Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet (%)	85,4	93,2	88	93	100	90
Preenchimento e submissão de formulários <i>online</i> (%)	n.d	63,6	n.d	73	n.d	70
<i>n.d: dados não disponíveis</i>						

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

Também no domínio da desmaterialização de serviços e modernização administrativa, considerado prioritário face ao contexto retratado na EIDT e que se materializa na Medida 10. Programa Leiria Digital 3.0, se registaram investimentos, essencialmente focados na disponibilização de lojas do cidadão em cinco dos 10 municípios da Região de Leiria e disponibilização de serviços online (ver em anexo, a lista de projetos da PI 2.3. e 11.1) de diversas instituições, entre elas a CIMRL com o projeto “Educa@CIMRL & Cloud@CIMRL” mobilizador de 1.7 milhões de euros de FEDER do Programa

Operacional Regional. No mesmo domínio regista-se a concretização do projeto “Serviços partilhados dos Municípios da CIMRL” com apoio da DGAL.

Complementarmente ressalva-se a aprovação de candidaturas de todos os municípios ao programa comunitário Wifi4EU permitindo um reforço da rede nestes territórios, assim como a aprovação de projetos de instalação de wi-fi nos concelhos da Batalha e de Pombal, através da Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi, do programa Valorizar (Turismo de Portugal).

Apesar dos esforços verificados nesta área e atendendo às especificidades do território sub-regional, permanece a pertinência de apostar no reforço do investimento em matéria de infraestruturação tecnológica do território e disponibilização de canais expeditos que permitam o acesso dos cidadãos a serviços básicos, nomeadamente no domínio da proteção civil, com especial ênfase para os territórios de baixa densidade.

Síntese Eixo 2

O contexto revisitado no presente eixo tem uma relação direta com a implementação das medidas da EIDT, nomeadamente as **Medidas 1. Programa +Escola, 2. Sistema Regional de qualificação e respostas profissionais, 8. Programa de reforço da I&D e Inovação e, 10. Programa Leiria Digital 3.0 e**, na dimensão material, parcialmente a **medida 11. Programa de requalificação urbana**, onde se integrava a necessidade de qualificar a rede regional de infraestruturas e serviços básicos entre os quais as escolas. Verifica-se assim a concretização de um conjunto alargado de projetos apoiados por fundos comunitários que contribuíram para a implementação da EIDT, com um impacto positivo no desempenho dos indicadores, apesar dos cenários variáveis nos quatro domínios que consubstanciam o presente Eixo.

Importa, face ao quadro regional revisitado, acautelar o seguinte na Estratégia 2030 da Região de Leiria:

- : No domínio da I&D e inovação verifica-se uma ampla mobilização de FEDER, proveniente essencialmente do POCI. É notório o desequilíbrio interno com uma forte concentração num número muito restrito de concelhos. Esta concentração territorial fragiliza a coesão e competitividade da sub-região e exacerba assimetrias que se mantêm atualmente no território, indiciando a urgência de se revisitarem requisitos e se adequarem sistemas e incentivos à I&D e Inovação aos perfis/áreas de especialização e às características dos territórios de baixa densidade (destacam-se áreas como a segurança e proteção civil, e catástrofes naturais).
- : O aumento da despesa em I&D no PIB da região, nos vários setores de execução passíveis de análise, é uma premissa que se mantém atual, sendo de reforçar também a possibilidade de

apoiar investimentos infraestruturais neste domínio com a criação de centros de competências e estruturas de suporte à ciência e tecnologia.

- : Regista-se uma aposta em termos de melhoria e modernização de serviços à população, sendo evidente a necessidade de reforçar o investimento a nível de infraestruturização tecnológica do território, nomeadamente em áreas de menor densidade e apoios uniformizando o nível de serviço em todo o território, e mobilizar entidades para sistemas inteligentes de gestão de informação e desmaterialização de processos e serviços. Considerando a heterogeneidade territorial e o amplo território de baixa densidade a aposta na infraestruturização tecnológica é uma das ferramentas essenciais para garantir a proximidade dos cidadãos às instituições aos serviços essenciais à qualidade de vida e segurança. Mantem-se assim a premência na manutenção dos objetivos estratégicos e medidas previstas na EIDT e que respondiam a esta dimensão tecnológica e de qualificação das instituições e serviços públicos e de aproximação ao cidadão.
- : A necessidade de se reforçar os apoios à melhoria e modernização da rede escolar dos dez concelhos, imprescindível para que as políticas de apoio ao sucesso educativo e inclusão social sejam bem-sucedidas, não só na qualidade e adequação estrutural, mas também a nível tecnológico.
- : No que se refere aos esforços de promoção do sucesso escolar e das qualificações da população, o contexto atual mostra uma evolução francamente positiva, sendo de manter as apostas nestes domínios.
- : Continuada adequação das relevâncias dos cursos profissionais à realidade da sub-região, nos seus múltiplos contextos, majorando operações que cumpram esse requisito.
- : Reforço da discriminação positiva de territórios de baixa densidade no sentido de serem contrariados cenários de retração/estagnação económica que se mantêm e que, porventura poderão ter sido agravadas pelas catástrofes registadas entre 2014 e 2019. Esta discriminação deve ter na génese um quadro de políticas multissetoriais que envolvam redes de equipamentos e serviços públicos de proximidade, transportes, habitação, reabilitação e revitalização urbanas, entre outras, em modelos sustentáveis adequados às características da Região de Leiria e focados na necessidade de responder às necessidades da população, independentemente do seu local de residência.
- : Necessidade de promover um sistema regional de avaliação de resultados dos projetos implementados no domínio da I&D e inovação e qualificações, promovendo a partilha de boas práticas e a sua aplicação.
- : Adequação de apoios às especificidades dos territórios e à natureza das entidades neles presentes, atendendo ao contexto sociodemográfico e económico dos territórios de baixa densidade que poderão não ter capacidade de cumprir requisitos de acesso desenhados de forma indiferenciada a nível temático e/ou regional.

6.2.3 Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente

A estratégia de desenvolvimento de cada território deve assentar na identificação das suas vantagens competitivas e diferenciadoras de modo a serem atingidos elevados níveis de competitividade económica e de coesão social e territorial. Neste sentido, o “Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente” da Estratégia Nacional Portugal 2030 encontra-se relacionado com o eixo “Crescimento Inteligente” e “Crescimento Sustentável” definido no Portugal 2020 e utilizado na construção da EIDT da Região de Leiria.

A análise a seguir apresentada teve em conta os quatro domínios que constituem o eixo “um país competitivo externamente e coeso internamente”: competitividade das redes urbanas; projeção da faixa atlântica; inserção territorial no mercado ibérico; e competitividade e coesão na baixa densidade.

Deste modo, em termos de competitividade, foram analisadas as características do tecido empresarial e o potencial de desenvolvimento de setores que se verificavam mais preponderantes para a economia sub-regional, quer pela sua expressão na economia quer pelo seu potencial de valorização de recursos e conhecimento existente. É neste âmbito que agora, de forma sintética, se revisita para averiguar a sua evolução e a existência de alterações de contexto.

Em 2017, a Região de Leiria apresentava uma densidade de 14,7 empresas/km², uma média superior à nacional (13,5 empresas/km²) e regional (9,3 empresas/km²) e superior à registada em 2014 (Tabela 23). À escala concelhia, Leiria, Marinha Grande e Batalha destacam-se com valores de 29,5, 24,4 e 19,9 empresas/km², respetivamente.

Entre 2014 e 2017 verificou-se um ligeiro aumento na proporção de empresas individuais na Região de Leiria, correspondendo a 63,92% em 2017, um valor inferior à média nacional (68,22%) e regional (70,68%). Pode-se constatar que as empresas individuais têm maior expressão nos concelhos de Alvaiázere (72,08%), Castanheira de Pera (71,53%), Pedrógão Grande (69,40%) e Figueiró dos Vinhos (68,75%), registando-se valores superiores à média nacional.

Tal como o observado à escala nacional e regional, 95,1% das empresas da Região de Leiria têm menos de 10 pessoas ao serviço, sendo o valor médio de pessoal ao serviço por empresa de 3,1. Neste contexto destacam-se os concelhos de Marinha Grande e Leiria com um valor de pessoal ao serviço por empresa (3,6 e 3,2, respetivamente) e um valor de volume de negócios por empresa (350,1 e 316,5 milhares de euros), superiores à média nacional.

Tabela 23. Indicadores de empresas, em 2014 e 2017

Unidade Territorial	Densidade das empresas (N.º/Km ²)		Proporção de empresas individuais (%)		Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)		Pessoal ao serviço por empresa (N.º)		Volume de negócios por empresa (Milhares de €)	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Portugal	12,2	13,5	67,79	68,22	96,4	96,3	3,1	3,1	286,3	298,9
Região Centro	8,7	9,3	70,42	70,68	96,6	96,5	2,6	2,7	215,6	236,8
Região de Leiria	13,7	14,7	63,59	63,92	95,3	95,1	3,0	3,1	253,9	280,9
Alvaiázere	5,2	5,1	71,38	72,08	96,9	97,0	2,4	2,5	132,7	162,2
Ansião	7,8	8,1	63,52	64,41	96,7	96,9	2,5	2,6	165,7	184,3
Batalha	18,0	19,9	58,25	58,20	93,7	94,2	3,7	3,5	275,7	277,5
Castanheira de Pera	3,8	4,1	70,04	71,53	97,3	97,1	2,4	2,4	93,6	92,2
Figueiró dos Vinhos	3,5	3,5	70,64	68,75	98,7	98,2	1,7	1,8	93,8	131,8
Leiria	27,1	29,5	62,35	62,49	95,2	95,0	3,0	3,2	293,0	316,5
Marinha Grande	22,5	24,4	65,92	65,99	94,4	94,0	3,4	3,6	299,9	350,1
Pedrógão Grande	3,1	3,6	64,59	69,40	97,8	98,5	2,2	1,9	122,3	86,5
Pombal	9,8	10,2	62,98	64,31	95,3	95,0	2,8	2,9	207,6	239,9
Porto de Mós	10,2	10,8	67,33	67,01	95,5	95,5	2,9	2,9	202,5	220,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

Em 2018, as atividades económicas²⁶ mais representativas da Região de Leiria correspondiam ao comércio por grosso e a retalho (G) (21% do total de empresas), às atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) (12% do total de empresas), ao setor da construção (F) (11% do total de empresas), às atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) (10% do total de empresas) e às indústrias transformadoras (C) (9% do total de empresas) (Tabela 23).

De acordo com os dados do INE, para além do setor do comércio por grosso e a retalho com expressividade transversal a todos os concelhos da Região de Leiria em 2018, importa destacar a elevada representatividade em termos de número de empresas nos seguintes setores:

- : Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca em Pedrógão Grande (15%), Alvaiázere (13,9%) e Castanheira de Pera (10,1%);
- : Indústrias transformadoras no concelho da Marinha Grande (12,8%);
- : Construção em Pombal (18,7%), Alvaiázere (16,2%), Ansião (13,5%), Batalha (11,5%), Figueiró dos Vinhos (11,4%) e Castanheira de Pera (10,1%);

²⁶ A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços.

- : Atividades de alojamento, restauração e similares nos concelhos de Castanheira de Pera (11,3%), Figueiró dos Vinhos (10,9%) e Pedrógão Grande (10,7%).
- : Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares em Leiria (11%) e Marinha Grande (10,8%);
- : Atividades administrativas e dos serviços de apoio na Marinha Grande (19,1%), Leiria (12,8%) e Porto de Mós (11,3%).

De acordo com a Tabela 24, entre 2014 e 2018, verificou-se uma evolução positiva em termos de número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço na Região de Leiria.

No que ao número de empresas diz respeito, houve um aumento exponencial das empresas de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio. Pelo contrário, registou-se uma diminuição do número de empresas nos setores das indústrias extrativas (-8%), agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (-4,6%), comércio por grosso e a retalho (-3,9%), construção (-2,6%) e transportes e armazenagem (-0,3%).

Em termos de volume de negócios das empresas também se verificou uma evolução positiva em quase todos os setores de atividade económica, destacando-se as atividades imobiliárias (+89%), as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (+85%), as atividades administrativas e dos serviços de apoio (+82,2%) e a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (+50,2%), registando aumentos superiores a 50%. Pelo contrário, as empresas do setor da educação (-12,7%) e do setor da construção (-0,7%) registaram uma diminuição do seu volume de negócios neste mesmo período de análise.

Por último, em termos de pessoal ao serviço das empresas verificou-se uma evolução positiva em todos os setores de atividade económica, podendo induzir-se que entre 2014 e 2018 foram criados novos postos de trabalho na região.

Relativamente aos indicadores compósitos apresentados, verifica-se também aqui uma evolução positiva, tanto ao nível de volume de negócios por empresa como de pessoal ao serviço por empresa. Em termos setoriais, os valores médios dos indicadores compósitos são mais expressivos nos CAE D (eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio) e E (captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição), com volumes médios de negócio por empresa superior a um milhão de euros. Ao nível de pessoal ao serviço por empresa, destaca-se novamente o CAE E (captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição) e os CAE C (indústrias transformadoras), B (indústrias extrativas) e H (transportes e armazenagem) como as atividades que necessitam de um maior número de trabalhadores por empresa.

Tabela 24. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), na Região de Leiria em 2014 e 2018

CAE	Empresas			Volume de negócios			Pessoal ao serviço			Média de volume de negócios por empresa		Média de pessoal ao serviço por empresa	
	2014	2018	Variação 2014/ 2018	2014	2018	Variação 2014/ 2018	2014	2018	Variação 2014/ 2018	2014	2018	2014	2018
	N.º	N.º	%	€	€	%	N.º	N.º	%	€	€	N.º	N.º
A	2.033	1.940	-4,6	271.127.673	407.250.632	50,2	3.388	3.721	9,8	133.363	209.923	1,7	1,9
B	150	138	-8,0	...	108.411.476	962	785.590	...	7,0
C	3.067	3.082	0,5	2.848.963.459	28.432	928.909	...	9,3	...
D	24	141	487,5	33.931.294	26	1.413.804	...	1,1	...
E	65	79	21,5	63.319.893	80.320.342	26,8	617	736	19,3	974.152	1.016.713	9,5	9,3
F	3.993	3.891	-2,6	911.437.332	905.169.575	-0,7	13.605	14.104	3,7	228.259	232.632	3,4	3,6
G	7.813	7.506	-3,9	3.163.874.560	3.996.998.795	26,3	21.423	23.408	9,3	404.950	532.507	2,7	3,1
H	859	856	-0,3	...	468.466.438	5.747	547.274	...	6,7
I	2.089	2.385	14,2	168.171.682	244.330.820	45,3	5.130	6.440	25,5	80.503	102.445	2,5	2,7
J	316	379	19,9	34.923.220	47.411.495	35,8	890	1.061	19,2	110.517	125.096	2,8	2,8
L	844	1.172	38,9	64.763.665	122.388.676	89,0	1.268	1.656	30,6	76.734	104.427	1,5	1,4
M	3.155	3.539	12,2	182.999.291	224.613.372	22,7	5.174	6.019	16,3	58.003	63.468	1,6	1,7
N	3.637	4.366	20,0	104.269.091	189.970.760	82,2	5.453	7.129	30,7	28.669	43.511	1,5	1,6
P	1.496	1.665	11,3	39.212.286	34.245.707	-12,7	2.595	2.767	6,6	26.211	20.568	1,7	1,7
Q	1.912	2.327	21,7	122.187.280	155.393.971	27,2	3.795	4.799	26,5	63.905	66.779	2,0	2,1
R	645	834	29,3	9.910.285	18.338.816	85,0	784	1.069	36,4	15.365	21.989	1,2	1,3
S	1.527	1.747	14,4	33.515.176	43.441.554	29,6	2.236	2.622	17,3	21.948	24.866	1,5	1,5
Total	33.625	36.047	7,2	8.537.113.618	10.706.033.122	25,4	100.399	11.5806	15,3	253.892	297.002	3,0	3,2

...: dado confidencial

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2020

A Tabela 25 apresenta a evolução do número de empresas do setor das indústrias transformadoras na Região de Leiria, entre 2014 e 2018, verificando-se uma evolução pouco significativa, com um aumento de 15 novas empresas, correspondente a um crescimento de 0,5%.

Na análise por divisão, verifica-se que as indústrias de fabricação de produtos metálicos são as mais representativas com uma percentagem de 33,4% do total (1.029 empresas, em 2018), seguindo-se as indústrias alimentares (11,1%) e as indústrias de fabricação de outros produtos minerais não metálicos, que inclui o fabrico associado ao vidro, cerâmica, cimento, tijolos e rochas ornamentais (10,6%). Destaque ainda para as indústrias de reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (7,3%), indústrias da madeira (6,6%), indústrias de fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (5,9%) e de fabrico de mobiliário e colchões (5,7%). Neste contexto, importa ainda evidenciar a importância do *cluster* dos moldes no tecido económico da Região de Leiria, mas que não é visível da leitura efetuada uma vez que está integrado transversalmente em diversas divisões da indústria transformadora (plásticos, vidro e cerâmica e fundições - metalurgia).

Em termos evolutivos, entre 2014 e 2018, as indústrias de reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos foram as que registaram o maior crescimento na sub-região (+37,4%). Pelo contrário, as indústrias metalúrgicas de base e as indústrias da madeira foram as que registaram um maior decréscimo em termos do número de empresas (-25% e -16,1%, respetivamente).

Tabela 25. Empresas da indústria transformadora (CAE Rev3.) na Região de Leiria, em 2014 e 2018

Indústrias transformadoras (Divisão do CAE)	Empresas				
	2014		2018		Varição 2014/ 2018
	N.º	%	N.º	%	%
Indústrias alimentares	351	11,4	343	11,1	-2,3
Indústria das bebidas	22	0,7	26	0,8	18,2
Fabricação de têxteis	72	2,3	66	2,1	-8,3
Indústria do vestuário	105	3,4	107	3,5	1,9
Indústria do couro e dos produtos do couro	14	0,5	14	0,5	0,0
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	242	7,9	203	6,6	-16,1
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	28	0,9	28	0,9	0,0
Impressão e reprodução de suportes gravados	59	1,9	55	1,8	-6,8
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	1	0,0	1	0,0	0,0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	50	1,6	49	1,6	-2,0
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	1	0,0	1	0,0	0,0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	180	5,9	182	5,9	1,1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	361	11,8	326	10,6	-9,7
Indústrias metalúrgicas de base	12	0,4	9	0,3	-25,0
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	999	32,6	1029	33,4	3,0

Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	11	0,4	12	0,4	9,1
Fabricação de equipamento elétrico	28	0,9	25	0,8	-10,7
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	92	3,0	95	3,1	3,3
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	22	0,7	25	0,8	13,6
Fabricação de outro equipamento de transporte	2	0,1	2	0,1	0,0
Fabrico de mobiliário e de colchões	172	5,6	177	5,7	2,9
Outras indústrias transformadoras	80	2,6	83	2,7	3,8
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	163	5,3	224	7,3	37,4
Total (indústrias transformadoras)	3.067		3.082		0,5

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2020

Face aos dados apresentados é possível verificar que o cenário de 2014 se mantém e, conseqüentemente, também as conclusões apresentadas na EIDT Região de Leiria 2020, que destaca a concentração de empresas de plásticos, produtos metálicos/metalurgia, minerais não metálicos (cerâmica, rocha, vidro e cimento), têxteis, madeiras e alimentares; o *cluster* de empresas de moldes e ferramentas e de estruturas de apoio à inovação; a concentração de materiais para o habitat (cerâmica, vidro, rocha, produtos metálicos, têxteis para o lar); e o conjunto de atividades económicas inseridas na fileira da floresta, com especial relevância para a indústria da madeira e outros ramos da indústria alimentar, relacionados com a exploração dos recursos florestais.

Revela-se assim a manutenção das áreas de especialização económica identificadas para a Região de Leiria no período 2014-2020 relacionadas com os moldes, ferramentas especiais e plásticos; materiais para o habitat; e floresta.

Passando a uma análise de desempenho do tecido empresarial existente, i.e., análise à dinâmica económica do tecido empresarial e às condições de competitividade no mercado global, conclui-se que a estrutura empresarial da Região de Leiria é constituída predominantemente por empresas de baixa tecnologia²⁷ direcionadas para mercados exportadores tradicionais ou para o mercado nacional. Todavia, apesar do número de empresas das indústrias de alta e média-alta tecnologia²⁸ assumir uma menor dimensão (231 empresas em 2018), a Região de Leiria é a segunda sub-região com um maior número de empresas desta tipologia na Região Centro, apenas ultrapassada pela Região de Aveiro (Tabela 26).

²⁷ Indústrias de baixa tecnologia: conjunto de atividades económicas correspondentes às indústrias de baixa tecnologia (divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3).

²⁸ Indústrias de alta e média-alta tecnologia: conjunto de atividades económicas correspondentes às indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev. 3) e às indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev. 3), definido com base na classificação das atividades económicas de acordo com a intensidade tecnológica.

Tabela 26. Empresas das indústrias de baixa tecnologia e de alta e média-alta tecnologia em 2014 e 2018

Unidade Territorial	Empresas das indústrias de baixa tecnologia (N.º)		Empresas das indústrias de alta e média-alta tecnologia (N.º)	
	2014	2018	2014	2018
Portugal	40.719	41.554	5.137	5.333
Região Centro	8.250	8.066	1.283	1.385
Região de Leiria	1.123	1.078	225	231
Oeste	1.310	1.329	196	205
Região de Aveiro	1.520	1.468	355	388
Região de Coimbra	1.464	1.441	193	222
Viseu Dão Lafões	796	774	94	104
Beira Baixa	322	325	44	50
Médio Tejo	909	878	117	116
Beiras e Serra da Estrela	806	773	59	69

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2020

Contudo, em termos de proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia²⁹, verifica-se que a Região de Leiria apresenta o valor mais baixo no contexto da Região Centro, apesar do ligeiro aumento registado entre 2014 e 2018 (Tabela 27). Por outro lado, a proporção do valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados³⁰ constitui um indicador da competitividade empresarial correspondente a economias de escala, diferenciação do produto, mão-de-obra, recursos naturais ou investigação e desenvolvimento (I&D). Neste âmbito, o posicionamento das indústrias transformadoras da Região de Leiria é extremamente favorável, apresentando valores superiores à média nacional e regional e correspondendo à sub-região com o valor mais elevado da Região Centro.

Tabela 27. Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados em 2014 e 2018

Unidade Territorial	Proporção do VAB das <u>empresas em setores de alta e média-alta tecnologia</u> (%)		Proporção do VAB das <u>indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras</u> (%)	
	2014	2018	2014	2018
Portugal	11,32	10,97	53,98	53,80
Região Centro	9,88	63,50
Região de Leiria	4,55	4,60	82,78	83,95
Oeste	6,39	...	56,62	57,37
Região de Aveiro	21,52	21,57	...	79,44
Região de Coimbra	8,26	9,27	45,27	37,42
Viseu Dão Lafões	9,55	9,36	54,51	56,60
Beira Baixa	4,19	5,71	23,77	21,05
Médio Tejo	5,78	5,14	50,79	48,19
Beiras e Serra da Estrela	7,84	10,63	38,65	47,34
...: <i>dado confidencial</i>				

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2020

²⁹ Setores de alta e média-alta tecnologia: correspondem às indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev.3), indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev.3) e aos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 59, 60, 61, 62, 63, e 72 da CAE Rev.3).

³⁰ Fatores competitivos avançados: Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3).

A análise aos principais indicadores do comércio internacional em 2014 e 2018 (Tabela 28) revela-nos uma diminuição da taxa de cobertura das importações pelas exportações, ou seja, da percentagem do valor da importação de bens que é coberta pelo valor da exportação de bens, à semelhança do verificado à escala nacional e regional. Relativamente à intensidade exportadora³¹ e ao grau de abertura³² verificou-se uma evolução positiva na Região de Leiria entre 2014 e 2018. Em 2018, a Região de Leiria apresentava uma intensidade exportadora de 30,86%, superior à média nacional e regional e apenas ultrapassada pela Região de Aveiro e Viseu Dão Lafões e um grau de abertura de 54%, inferior à média nacional e regional e novamente ultrapassada pela Região de Aveiro e Viseu Dão Lafões.

Tabela 28. Principais indicadores do comércio internacional em 2014 e 2018

Unidade Territorial	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)		Intensidade exportadora (%)		Grau de abertura (%)	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Portugal	81,57	76,70	27,73	28,35	62	65
Região Centro	125,45	112,84	28,30	29,47	51	56
Oeste	89,24	79,27	20,86	21,48	44	49
Região de Aveiro	135,33	115,37	54,24	54,72	94	102
Região de Coimbra	138,62	145,69	17,48	18,97	30	32
Região de Leiria	149,95	134,27	28,97	30,86	48	54
Viseu Dão Lafões	117,51	102,02	35,10	35,31	65	70
Beira Baixa	162,53	100,71	11,52	10,46	19	21
Médio Tejo	110,86	107,93	22,24	24,31	42	47
Beiras e Serra da Estrela	123,81	117,62	19,35	18,11	35	34

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro de 2014 e 2018

A quarta e última área de especialização económica identificada para a Região de Leiria no período 2014-2020 encontra-se relacionada com o **turismo**. O setor do turismo tem um efeito impulsionador de diversificação económica, de crescimento de emprego e de rendimento das populações. De acordo com a Figura 13, em 2018, a par da Região do Alentejo, a Região Centro apresentou-se como uma das regiões com a performance turística mais reduzida em Portugal Continental. A Região Centro apresentava em 2018 uma das menores taxas de ocupação/cama (32,8%) e o menor valor da RevPar³³ nacional (24,4€).

³¹ Mede a relação entre o valor das exportações e da produção.

³² Mede a relação entre a soma das exportações e importações e o valor acrescentado bruto.

³³ RevPar: *revenue per available room*, ou receita por quarto disponível

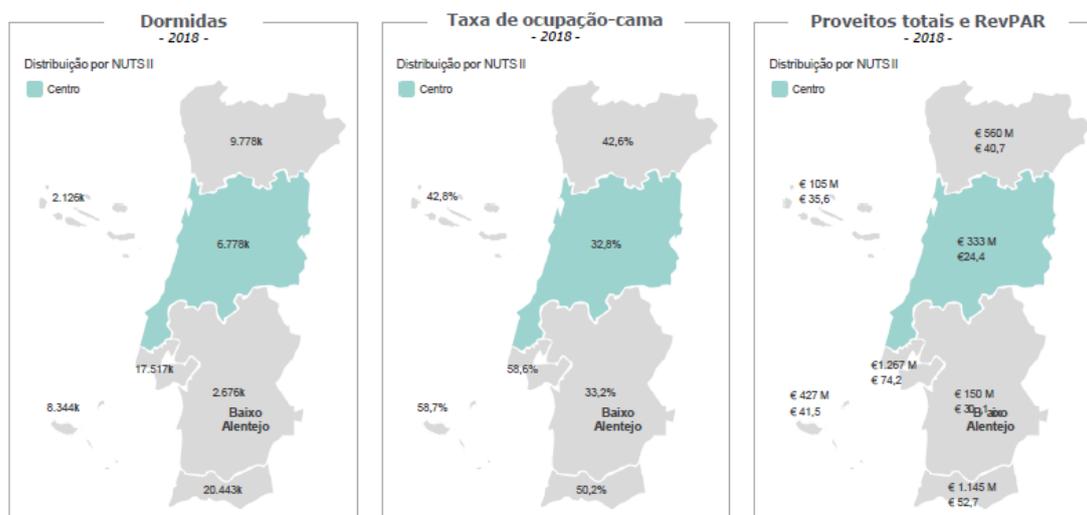


Figura 13. Principais indicadores da atividade turística por regiões NUTS II, em 2018

Fonte: Turismo Centro de Portugal, Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2027, 2019

Fazendo uma análise à escala da Região de Leiria (NUTS III), em 2018 existiam 92 estabelecimentos de alojamento turístico (8% do total da NUTS II Centro), verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior e um consequente aumento da capacidade de alojamento. No que se refere à tipologia de estabelecimentos de alojamento turístico na Região de Leiria, em 2018, 38 eram hotéis, 34 eram alojamentos locais e 20 eram de turismo no espaço rural e de habitação.

Tabela 29. Estabelecimentos de alojamento turístico e capacidade de alojamento, em 2017 e 2018

Unidade Territorial	Estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)		Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	
	2017	2018	2017	2018
Portugal	5.840	6.868	40.2832	423.152
Região Centro	1.079	1.175	58.418	60.646
Região de Leiria	82	92	4.636	4.816
Alvaiázere	3	4	61	62
Ansião	4	5	44	70
Batalha	6	6	440	498
Castanheira de Pera	3	4	...	77
Figueiró dos Vinhos	7	8	94	74
Leiria	28	33	2.180	2.378
Marinha Grande	12	12	1.155	1.096
Pedrógão Grande	2	3	...	21
Pombal	9	9	404	383
Porto de Mós	8	8	177	157
...: dado confidencial				

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, 2020

A análise aos principais indicadores da atividade turística na Região de Leiria revela uma evolução positiva verificando-se, entre 2014 e 2018, um aumento de 39,7% das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico. Tendo em conta o país de origem, das 517.889 dormidas registadas na Região de Leiria em 2018, 61% correspondem a portugueses e 39% a estrangeiros. Apesar da crescente procura turística do território da Região de Leiria, a estada média tem-se mantido constante ao longo dos últimos dois anos, não atingindo ainda os 2 dias (atualmente é de 1,9 dias). Contudo, importa destacar que este valor é superior ao verificado na Região Centro, mas aquém do que se verifica a nível nacional (2,7 dias em 2018).

Em termos de taxa líquida de ocupação-cama, à semelhança do verificado à escala nacional e regional, a Região de Leiria também assistiu a um ligeiro decréscimo entre 2017 e 2018. Atualmente, a taxa líquida de ocupação-cama situa-se nos 33,9%, valor superior à média regional (32,9%).

Outro dado importante a analisar e que mostra o dinamismo económico associado à atividade turística da Região de Leiria, são os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico que apresentam um ligeiro aumento nos dois últimos anos, tendo-se registado um aumento de 2,8% dos proveitos totais, entre 2017 e 2018.

Tabela 30. Principais indicadores da atividade turística na Região de Leiria³⁴

Unidade Territorial	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)		Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)		Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico (%)		Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico (milhares €)	
	2014	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Portugal	48.711.366	67.662.103	2,7	2,7	48,9	47,8	3.681.207	3.986.553
Região Centro	4.486.949	6.777.827	1,8	1,7	34,3	32,8	316.308	332.790
Região de Leiria	370.747	517.889	1,9	1,9	34,4	33,9	22.472	23.106
Alvaiázere	-	1.601	1,5	1,2	8,8	8,7	199	172
Ansião	...	4.480	1,2	1,1	15,4	18	229	336
Batalha	39.767	65.267	1,6	1,6	40,8	37,4	3.049	3.100
Castanheira de Pera	2.919	3.274	...	1,5	...	14,4	...	170
Figueiró dos Vinhos	4.307	8.414	1,8	1,7	22	33,9	152	188
Leiria	167.685	254.095	1,8	1,8	39,4	37,3	10.047	10.805
Marinha Grande	110.824	121.416	2,7	2,7	31,6	32,1	6.310	6.100
Pedrógão Grande	...	2.013	...	1,6	...	26,3	...	38
Pombal	34.734	44.804	1,5	1,5	30,5	32,7	1.457	1.475
Porto de Mós	7.810	12.525	1,6	1,6	21,3	21,7	867	721

-: dado nulo ou não aplicável | ...: dado confidencial

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, 2020

³⁴ Os indicadores referentes à estada média, taxa líquida de ocupação-cama e proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico apenas estão disponíveis para os anos de 2017 e 2018. Os dados referentes a 2014 são apenas relativos aos estabelecimentos hoteleiros.

Deste modo, este cenário de contínuo crescimento do setor reitera as conclusões apresentadas na EIDT Região de Leiria 2020 que identifica o turismo como área de especialização económica. De acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030 do Turismo Centro de Portugal, a Região de Leiria destaca-se pela oferta consolidada ao nível do património material (Mosteiros e Castelos) e ao nível da natureza e mar (Figura 14).

Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos	Natureza, <i>Wellness</i> , Turismo Ativo e Desportivo e Mar
Cultura, História, Património	Natureza e <i>Wellness</i>
Mosteiro da Batalha (Património Mundial) Castelos de Leiria, Pombal e Porto de Mós Rota da Romanização Vidro Marinha Grande	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros Serra de Sicó Pinhal de Leiria Termas de Monte Real Barragem do Cabril Grutas
Gastronomia e Vinhos	Turismo Ativo e Desportivo
Morcela de Arroz Bucho Recheado e Maranhos Chícharo Brisa do Lis	Estrada Atlântica Ecovias/ Ecopistas (Leiria, Porto de Mós, Pedrógão Grande) Passeios pedestres e <i>trail running</i> (Serras e Pinhal)
Turismo Espiritual e Religioso	Mar
Rotas das Judiarias Centro de Diálogo Intercultural de Leiria	Praias marítimas
	Turismo <i>Corporate</i> e Empresarial
	Instituto Politécnico de Leiria

Figura 14. Pilares estratégicos da Região de Leiria: exemplos de oferta turística da Região
 Fonte: Turismo Centro de Portugal, Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2027, 2019

A evolução apresentada reflete, ainda que o possa fazer ainda de forma ténue, uma vez que o quadro de após 2014-2020 está a ser implementado, os investimentos realizados com o apoio de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Como se mostra de seguida, decorrente da análise das operações aprovadas nos diversos programas operacionais, são inúmeras as operações concretizadas na Região de Leiria ao longo dos últimos anos com o apoio dos programas operacionais temáticos e regional.

Os Sistemas de apoio às ações coletivas (SAAC) nos domínios da qualificação, apoio ao empreendedorismo e internacionalização, promovidas por entidades estratégicas tiveram uma expressão considerável, verificando-se um investimento de cerca de 9M€ com a mobilização de aproximadamente 7,6M€ de FEDER (POCI e Centro 2020).

No âmbito do Centro 2020, verifica-se o apoio a um conjunto de projetos de entidades regionais que preveem a promoção do espírito empresarial (PI3.1), direcionados para diferentes públicos-alvo e a promoção da internacionalização do tecido empresarial regional (PI3.2).

As operações SAAC do POCI apresentam, por sua vez, um enfoque nos eixos de especialização da região, fruto do alinhamento com as áreas de especialização inteligente definidas, com destaque para:

- : **os moldes, ferramentas especiais e plásticos**, foco dos projetos SAAC da CENTIMFE, CEFAMOL, Associação POOL-NET e NERLEI;
- : **os materiais para o habitat**, foco dos projetos da ASSIMAGRA e da AIPI.

Tabela 31. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito dos Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SAAC)

Beneficiário	Projeto	PO	Investimento	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
PI1.2. Promoção do investimento das empresas em <u>inovação e investigação</u>, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior (...)						
CENTIMFE	TransConTech - Transferência de Conhecimento Tecnológico no Cluster de Engineering and Tooling	POCI	527 304,15 €	452 036,47 €	384 231,00 €	FEDER
PI3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à <u>exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas</u>, designadamente através de viveiros de empresas.						
ASSIMAGRA	Enterprising the future by Portuguese Natural Stone	POCI	780 573,15 €	579 634,63 €	492 689,44 €	FEDER
OPEN	DtC - Dá-te a Conhecer	POCI	135 481,22 €	134 792,10 €	114 573,29 €	FEDER
CIMRL	Empreendedorismo nas Escolas da CIMRL 2015/2016	Centro 2020	-	58470,80 €	49700,18 €	FEDER
AMOG ³⁵	EmpreendeLab	Centro 2020	-	245597,62 €	208757,98 €	FEDER
NERLEI	Empreender Leiria	Centro 2020	-	421109,50 €	357943,08 €	FEDER
PI3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à <u>internacionalização</u>						
CEFAMOL	Tool2Market	POCI	199 567,17 €	176 447,80 €	149 980,63 €	FEDER
Associação POOL-NET	Primeira pedra	POCI	484 256,95 €	483 665,39 €	411 115,58 €	FEDER
ASSIMAGRA ³⁶	HIGHSLOT- Engineering & Tooling International Promotion	POCI	2 267 002,66 €	1 453 713,60 €	1 235 656,56 €	FEDER
	exPorT	POCI	1 721 786,40 €	1 615 736,40 €	1 373 375,94 €	FEDER
NERLEI	Tool2Market	POCI	494 507,90 €	432 554,42 €	367 671,25 €	FEDER
AAP ³⁷	Portuguese Food - Information to Export	POCI	485 608,63 €	465 966,43 €	396 071,47 €	FEDER
AIPI ³⁸	AIPI/LUZZA WORLD TOUR	POCI	300 563,74 €	273 810,24 €	232 738,70 €	FEDER
	PORTUGAL B2B	POCI	490 164,36 €	490 164,36 €	416 639,71 €	FEDER
AMOG	Powered by Portugal	Centro 2020	-	355606,50 €	302265,52 €	FEDER
IPL	D2IN – Double Degrees para a Investigação, Inovação e Internacionalização das Indústrias da Região de Leiria	Centro 2020	-	233253,13 €	198265,16 €	FEDER
NERLEI	LINK LUSA	Centro 2020	-	239573,46 €	203637,44 €	FEDER
PI. 3.3. Apoio à criação e ao alargamento de <u>capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</u>						
ASSIMAGRA	Linked By Stone	POCI	735 818,52 €	546 185,61 €	464 257,77 €	FEDER
AAP	Ecosistema DX - ecossistema digital para a internacionalização das PME	POCI	431 134,39 €	370 075,20 €	314 563,92 €	FEDER
Total Região de Leiria (NUTS III)			-	9 028 393,66	7 674 134,62	

Fonte: www.compete2020.gov.pt/Projetos
www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

³⁵ Associação para a melhoria da organização e gestão

³⁶ Associação portuguesa dos industriais de mármore granito e ramos afins

³⁷ Associação de ação para Internacionalização

³⁸ Associação dos Industriais Portugueses de Iluminação

O desempenho regional advém também, e em larga escala, do esforço e apostas individuais das empresas, sendo as operações aprovadas no apoio ao desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação (PI3.1), assim como no investimento produtivo (PI3.3.) num número muito expressivo. Contudo, também aqui se verifica uma forte heterogeneidade, com o investimento empresarial apoiado fundamentalmente concentrado nos concelhos de Leiria e Marinha Grande. Em termos setoriais destacam-se os moldes, o habitat e, com menor peso, os projetos na área do turismo, com um investimento de cerca de 4M€ na criação de novos estabelecimentos de alojamento e restauração (PI3.1).

No que se refere ao apoio à internacionalização (PI3.2) verifica-se um investimento igualmente avultado.

Tabela 32. Projetos privados aprovados na Região de Leiria, no âmbito das PI 3.1, 3.2 e 3.3

Programa Operacional	N.º de projetos apoiados	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
PI3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas.				
Centro 2020	52	6.746.607,80€	4.797.484,48€	FEDER
PI3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização				
Centro 2020	214	51.478.567,58€	23.264.209,19€	FEDER
POCI	50	38.667.936,25€	19.726.048,99€	FEDER
PI. 3.3. Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços				
Centro 2020	397	459.263.668,09€	252.077.152,95€	FEDER
POCI	93	192.994.679,40€	107.618.679,29€	FEDER

Fonte: www.compete2020.gov.pt/Projetos
www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Complementando os sistemas incentivos promovidos pelo POCI e Centro 2020, a disponibilização no atual período de programação financeira de sistemas de incentivos para pequenas empresas e pequenos investimentos essenciais à sua competitividade foi um importante contributo para a microeconomia da sub-região. O **Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) gerido pelas ADL (associados às estratégias DLBC) e CIMRL (associado ao PDCT) foram essenciais** para responder às necessidades de apoio de promotores privados que quiseram investir no território, com especial preponderância para os territórios de baixa densidade onde o tecido empresarial e as necessidades de apoio divergem impostas nos Sistemas do PO regional e temático (POCI). No SI2E foram apoiadas mais de três centenas de projetos com um apoio comunitário superior a 13 milhões de euros (investimento na ordem dos 30 M€). Desta análise verifica-se que o FEDER, pelas despesas que suporta, é o mais procurado e adequado, sendo ainda de relevar que cerca de 5,5 M€ foram aplicados em projetos relacionados com a atividade turística (20% do valor total de investimento na Região de Leiria, no âmbito do SI2E).

Tabela 33. Projetos aprovados nas PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10, referentes ao apoio à criação de emprego e empreendedorismo através do programa S2E na Região de Leiria

Nome da Operação	P.I.	Organismo intermédio	N.º de projetos aprovados ³⁹	Despesas elegíveis aprovadas	Fundo total aprovado	FEEI
Programa + Empresas – apoio empreendedorismo	08.03	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	77	958.889,06€	815.055,75€	FSE
Programa + Empresas – apoio microempresas	08.08	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	137	21.822.561,57€	10.977.525,40€	FEDER
Total CIMRL			214	22.781.450,63 €	11.792.581,15 €	
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	09.06	<ul style="list-style-type: none"> • ADAE – DLBC Rural • ADAE Mar2020– DLBC Costeiro • Pinhais do Zêzere – DLBC Rural • Terras de Sicó – DLBC Rural 	26	207.282,66€	176.190,26€	FSE
Apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	09.10	<ul style="list-style-type: none"> • ADAE – DLBC Rural • ADAE Mar2020– DLBC Costeiro • Pinhais do Zêzere – DLBC Rural • Terras de Sicó – DLBC Rural 	66	4.009.068,51€	1.765.392,51€	FEDER
Total GAL			92	4.216.351,17 €	1.941.582,77 €	
Total Região de Leiria (NUTS III)			306	26.997.801,80€	13.734.163,92€	

Fonte: Centro 2020, Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e Contratos para a Gestão da Estratégia DLBC

Apesar da diminuição do número de empresas no setor primário, os indicadores de desempenho tiveram uma evolução positiva (ver Tabela 24), o que pode ter uma ligação interessante com os apoios concretizados ou em curso na sub-região provenientes de operações aprovadas no PDR 2020. Um universo que superou os 250 projetos com um apoio comunitário mobilizado próximo dos 30 M€, com um investimento associado de cerca de 50 M€ (Tabela 34). A valorização da produção agrícola é a medida com maior nº de projetos e investimento apoiado (integra o investimento na melhoria da eficiência dos regadios existentes (14.771.929,75€), previsto no PDCT da Região de Leiria). **De forma menos positiva destaca-se o parco investimento no setor florestal, apesar deste setor constituir uma área de especialização da EIDT, o que pode indiciar uma desadequação de requisitos de candidatura face à realidade regional. Um contexto que é urgente corrigir, não só pela expressão económica como pela preponderância para a manutenção do equilíbrio ambiental e segurança de um território tão vulnerável a catástrofes.**

³⁹ Os projetos S2E podem beneficiar de uma componente FEDER e FSE ou apenas de uma delas, consoante a opção efetuada pelo promotor na apresentação da candidatura. Assim, com frequência, estamos perante projetos plurifundo, cuja contabilização foi realizada separadamente.

Tabela 34. Projetos apoiados no âmbito do PDR2020, na Região de Leiria

Operação	N.º de projetos aprovados	Despesas elegíveis aprovadas	Fundo total aprovado	FEEI
Medida 3. Valorização da produção agrícola				
3.1.1 - Jovens Agricultores	64	s.i.	1.420.000 €	FEADER
3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	7	1.979.587,17 €	703.627,86 €	FEADER
3.2.1 - Investimento na exploração agrícola	72	19.639.753,28 €	8.847.082,46 €	FEADER
3.2.2 - Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	16	264.649,81 €	112.476,32 €	FEADER
3.3.1 - Investimento Transformação e comercialização de produtos agrícolas	11	7.047.328,16 €	1.879.038,05 €	FEADER
3.3.2 - Pequenos Investimentos na Transformação e comercialização de produtos agrícolas	2	272.694,40 €	104.305,64 €	FEADER
3.4.2 - Melhoria da eficiência dos regadios existentes	6	14.771.929,75 €	12.556.140,30 €	FEADER
Medida 4. Valorização dos recursos florestais				
4.0.2 - Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado	2	488.543,43 €	166.104,76 €	FEADER
Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais				
8.1.2 - Instalação de sistemas agroflorestais	2	9.140,91 €	6.345,52 €	FEADER
8.1.6 - Melhoria do valor económico das florestas	10	196.457,68 €	67.020,74 €	FEADER
Medida 10. LEADER				
10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	43	862.202,86 €	387.991,77 €	FEADER
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização	16	2.123.359,66 €	844.292,25 €	FEADER
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração	2	335.183,55 €	150.832,63 €	FEADER
10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais	3	332.528,82 €	149.637,98 €	FEADER
Total Região de Leiria (NUTS III)	256	48.323.359,48 €	27.394.896,28 €	

Legenda: FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fonte: www.pdr-2020.pt/

No âmbito do Mar2020, há que destacar o investimento privado em 3 projetos: um com enfoque no turismo marítimo e dois projetos de aquicultura (um projeto privado e um público, do Município de Figueiró dos Vinhos já referido anteriormente), totalizando um investimento de 1,4M€.

Por último a estratégia de aposta na competitividade económica da Região de Leiria não é alheia aos investimentos públicos empreendidos, nomeadamente os que estão associados à dotação de serviços e infraestruturas de apoio, como são, por exemplo, as áreas de acolhimento empresarial. Neste contexto destacam-se os municípios com um papel chave na manutenção e reforço de condições facilitadoras do crescimento económico e competitividade. Destacam-se os investimentos em Áreas de Localização Empresarial (Tabela 35), com uma mobilização de 8 M€ de FEDER e os apoios do FEADER relativos aos mercados locais (integrados nos apoios dos DLBC rurais), importantes estruturas de apoio aos pequenos produtores agrícolas da região.

Tabela 35. Projetos públicos aprovados na Região de Leiria, no âmbito de áreas de acolhimento empresarial

Nome do Beneficiário	Nome da Operação	P.I.	Programa Operacional	Despesas elegíveis aprovadas	Fundo total aprovado	FEEI
Município de Alvaiázere	Área Empresarial do Rego da Murta – Alvaiázere	3.3	Centro 2020	1.467.561,36 €	1.247.427,15 €	FEDER
Município de Ansião	Ampliação do Parque Empresarial do Camporês (Área Norte do IC8)	3.3	Centro 2020	1.102.999,92 €	937.549,93 €	FEDER
Município de Batalha	Expansão da área de localização empresarial da Batalha (Jardoeira)	3.3	Centro 2020	1.677.227,08 €	1.425.643,02 €	FEDER
Município de Figueiró dos Vinhos	Complexo Empresarial SONUMA	3.3	Centro 2020	1.073.151,79 €	912.179,02 €	FEDER
Município de Leiria	Operação de Acolhimento Empresarial no concelho de Leiria	3.3	Centro 2020	617.470,84 €	524.850,21 €	FEDER
Município de Marinha Grande	Área de Acolhimento Empresarial – Marinha Grande 2020	3.3	Centro 2020	1.827.352,96 €	1.553.250,02 €	FEDER
Município de Pedrógão Grande	Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande	3.3	Centro 2020	782.835,27	665.409,98 €	FEDER
Município de Porto de Mós	Área de Localização Empresarial de Porto de Mós I Fase	3.3	Centro 2020	897.981,52	763.284,29 €	FEDER
Total Região de Leiria (NUTS III)				9.446.580,74	8.029.593,62	

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Por último, atendendo à área de especialização “Turismo”, os apoios disponibilizados pelo Turismo de Portugal através das Linhas de apoio à disponibilização de wifi, à sustentabilidade, à valorização do Interior (ver Tabela 36) e à qualificação da oferta também forma importantes a nível sub-regional. Contudo a leitura do seu impacto não pode ser sustentada na listagem de projetos aprovados em todas as linhas, uma vez que a base de dados do Turismo não disponibiliza a localização à escala da NUTS III/concelho.

Tabela 36. Projetos públicos apoiados no âmbito da Linha de Valorização Turística do Interior (Programa Valorizar), na Região de Leiria

Medida//Operação	N.º de projetos aprovados	Despesas elegíveis aprovadas	Fundo total aprovado
Município de Ansião	1	171.363,83 €	154.227,45 €
Município de Figueiró dos Vinhos	2	411.130,26 €	370.017,23 €
Município de Pedrógão Grande	3	620.104,00 €	558.093,60 €
Total Região de Leiria (NUTS III)	6	1 202 598,09 €	1 082 338,28 €

Fonte: www.turismodeportugal.pt/

Ainda neste Eixo 3, encontra-se a **dimensão urbana** que, na Região de Leiria, possui **caraterísticas singulares, com um modelo territorial dicotómico entre o litoral e o interior.**

A rede urbana é polarizada pela cidade de Leiria, único centro urbano regional na sub-região (de acordo com o PNPOT). O eixo Leiria-Marinha Grande, quer em termos urbanos como económicos é de especial relevância para a competitividade regional.

O território encontra-se tipificado como subsistema territorial a valorizar (Figura 15) e a estruturar (Castanheira de Pera e Pedrógão Grande), abrangendo a área dos dez concelhos, mas com uma densidade urbana muito distinta.

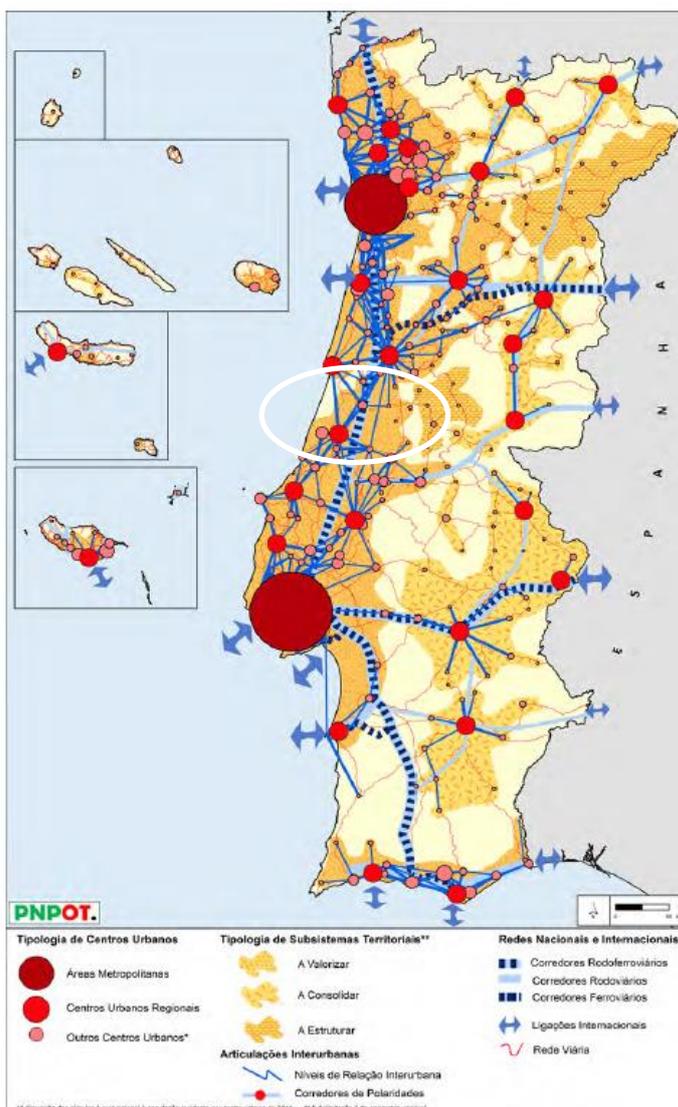


Figura 15. Sistema Urbano do Modelo Territorial

Fonte: PNPOT

A rede urbana da Região de Leiria é constituída por um extenso conjunto de aglomerados complementares com dinâmicas socioculturais e económicas e concentração de serviços públicos - as sedes de concelho - e uma vasta rede de pequenas aglomerações dispersas, de cariz essencialmente rural com quantitativos populacionais cada vez menos expressivos, com impacto negativo não só no dinamismo económico e social, mas também na manutenção do edificado e das funções básicas de suporte à comunidade. Este cenário, presente em todo o território, tem maior expressão e impactos negativos nos concelhos do interior e com riscos acrescidos para as comunidades locais e para os recursos naturais, fruto do abandono das áreas rurais, tornando estes territórios mais suscetíveis ao risco de incêndio, como aqueles que devastaram grande parte da sub-região em 2017.

A caracterização da rede urbana da região de Leiria, disponível no PNPOT (2018) é semelhante à retratada em 2008 no PROT Centro, em que o território, agora integrado numa única NUTS III, era ainda dividido em Pinhal Litoral e Pinhal Interior Norte. A dicotomia da dimensão urbana da Região verificava-se claramente entre a rede de aglomerados do litoral em que a proximidade e sinergias evidentes entre Leiria, Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós justificavam a classificação do conjunto como polaridade regional integrada num sistema urbano estruturante que integrava ainda Pombal. O concelho de Ansião, pela proximidade a Pombal e ligação direta ao IC8 integrava o denominado sistema urbano complementar, e os concelhos de Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pera uma rede de centros a estruturar, muito ancorada nos IC 8 e 3.

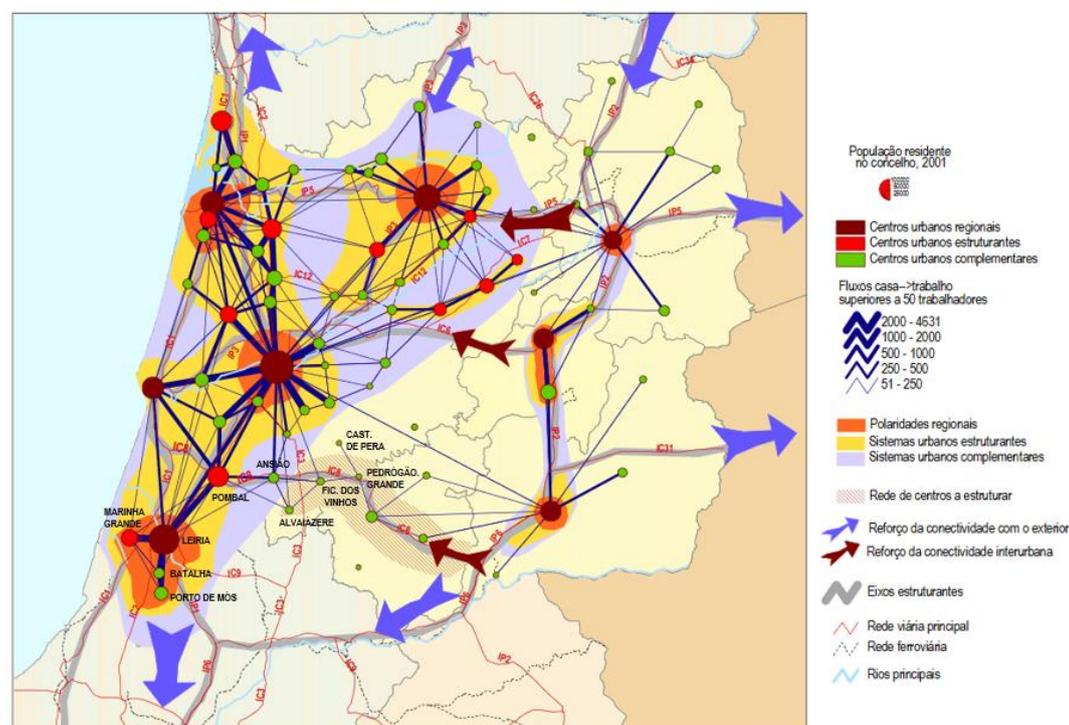


Figura 16. Sistema Urbano e organização do território

Fonte: PROT Centro, Sistema Urbano e Organização do Território Diagnóstico e Visão 2008

Estas características da rede urbana da sub-região acarretam desafios acrescidos para as autarquias, quer ao nível infraestrutural como referido previamente, quer ao nível da gestão do edificado e espaços públicos num território cada vez mais despovoado e, por isso, com um número crescente de imóveis devolutos e/ou em ruína. Neste contexto, assumem especial relevância as estratégias e programas estratégicos de reabilitação urbana, quer no que diz respeito à concretização de investimentos públicos essenciais à manutenção da qualidade urbana e resposta às necessidades e segurança das comunidades, quer também no que se refere à capacidade de intervenção no domínio privado.

A gestão e qualificação do território urbano, enfatizando a premência de instrumentos que acolham e respondam ao modelo territorial policêntrico e heterogéneo da sub-região de Leiria é uma prioridade. No atual quadro 2014-2020, a dimensão urbana esteve associada às cidades e, complementarmente, às sedes de concelho, não existindo apoios para territórios complementares e que correspondem a uma percentagem significativa da sub-região. Neste contexto, capitalizando as possibilidades de apoio disponibilizadas, todos os concelhos da Região de Leiria implementaram Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) construídos para as áreas de reabilitação urbana das sedes de concelho e que estão associados à mobilização da PI 6.5 do PO Centro 2020, com dotações que foram pré-definidas de acordo com as dimensões populacionais, negligenciando as reais necessidades registadas na rede urbana da sub-região. Nas três cidades consideradas como centros urbanos de nível superior⁴⁰ (Leiria, Marinha Grande e Pombal), para efeitos de atribuições de FEEL, registam-se intervenções integradas, operacionalizadas de acordo com o expresso nos respetivos Planos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU) que tiveram associada a mobilização das PI 6.5 (regeneração urbana); 4.5. (mobilidade urbana sustentável) (ver Tabela 43) e 9.8 (inclusão de comunidades desfavorecidas).

Os projetos aprovados com apoio FEDER para intervenção de qualificação do sistema urbano, através dos instrumentos mencionados encontram-se sistematizados na Tabela 37.

De ressaltar que no arranque do presente Quadro Comunitário, no âmbito do FEADER, perspetivou-se que a medida relativa à Renovação de Aldeias (M10.1.2.6) pudesse, de alguma forma, dar resposta às necessidades de intervenção da rede urbana deste território, contudo a expressão financeira destes apoios foi muito reduzida, face às necessidades existentes. Verifica-se que este instrumento permitiu um investimento de pouco mais de 500.000€ (Tabela 37), distribuídos pelos municípios de Alvaiázere e Ansião com a criação da Rede de Aldeias de Calcário (13.185€ de fundo FEADER para cada), de Figueiró dos Vinhos com a intervenção em três aldeias próximas da Ribeira de Alge (17.667,39€ de fundo FEADER), de Leiria com a requalificação de edifício das Salinas da Junqueira (81.974,63€ de fundo FEADER), Pedrógão Grande com a intervenção em fontes e património cultural da Freguesia da Graça (20.076,55€ de fundo FEADER) e Pombal com 3 projetos (dois no âmbito da rede das aldeias de calcário e um de recuperação dos moinhos de vento das Corujeiras), com um valor de investimento de quase 190.000€ (fundo FEADER de 85.215,06€).

⁴⁰ *Acordo de Parceria – “As intervenções tendentes à regeneração e revitalização urbana em centros urbanos de nível superior terão de ser apresentadas sob a forma de uma proposta integrada. O quadro de implementação dos planos de ação de regeneração urbana (PI 9.8, 6.5 e 4.5), nomeadamente os concursos e os seus requisitos, serão definidos pelas AG dos POR (CCDR), em articulação com as agências públicas com responsabilidade nesta política (e.g. DGT e IHRU) e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, de forma a garantir uma abordagem coerente e focalizada na respetiva região, bem como assegurar a necessária articulação com os instrumentos de ordenamento do território e as restantes abordagens territoriais previstas no Acordo de Parceria.”*

Tabela 37. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito de PARU e PEDU

Concelho	Projetos aprovados	PO	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
PI 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído					
Alvaiázere	Plataforma Empresarial de Alvaiázere	Centro 2020	268.856,38 €	228.527,92 €	FEDER
	Requalificação da Zona Envolvente ao Edifício do Tribunal	Centro 2020	148.459,00 €	126.190,15 €	FEDER
Total			417.315,38 €	354.718,07 €	
Ansião	Regeneração Urbana Biblioteca ao Tribunal (fase 1)	Centro 2020	147.319,00 €	125.221,15 €	FEDER
	Regeneração Urbana: Biblioteca ao Tribunal (fase 1)	Centro 2020	907.010,83 €	770.959,20 €	FEDER
	Regeneração Urbana: Av. Vitor Faveiro, Rua Dr. Domingos Botelho de Queiroz e Acesso ao Mercado Municipal (fase 2)	Centro 2020	313.713,89 €	266.656,81 €	FEDER
Total			1.368.043,72 €	1.162.837,16 €	
Batalha	Unidade de apoio à rede europeia do conhecimento para a juventude	Centro 2020	428.954,66 €	364.611,46 €	FEDER
	Operação Urbanística de salvaguarda aos impactos do ruído e poluição sobre o Mosteiro de Santa Maria da Vitória na zona Poente, junto em EN1	Centro 2020	507.612,57 €	431.470,69 €	FEDER
	Reabilitação do Edifício do Dr. Gens para Universidade Sénior e Rede Europeia de Investigadores	Centro 2020	570.428,02 €	484.863,82 €	FEDER
Total			1.506.995,25 €	1.280.945,97 €	
Castanheira de Pera	Requalificação do espaço público da alameda das rocas e reabilitação da frente ribeirinha da ribeira de pera – praia da Rocas	Centro 2020	158.082,94 €	134.370,50 €	FEDER
Total			158.082,94 €	134.370,50 €	
Figueiró dos Vinhos	Jardim Municipal	Centro 2020	94.057,50 €	79.948,87 €	FEDER
	Requalificação da envolvente ao Parque Desportivo Municipal	Centro 2020	677.121,87 €	575.553,59 €	FEDER
Total			771.179,37 €	655.502,46 €	
Leiria	Rua Barão de Viamonte e rua dos Mártires	Centro 2020	478.770,55 €	406.954,97 €	FEDER
	Jardim de Almuíña Grande	Centro 2020	2.374.285,13 €	2.018.142,36 €	FEDER
	Acesso Mecânico Castelo	Centro 2020	1.829.599,86 €	1.555.159,88 €	FEDER
	Reabilitação Urbana do Núcleo Amuralhado, Castelo e Envolvente - espaço público	Centro 2020	1.856.910,92 €	1.578.374,28 €	FEDER
Total			6.539.566,46 €	5.558.631,49 €	
Marinha Grande	Reabilitação Integral do Edifício para apoio ao Jardim Municipal Luís De Camões	Centro 2020	210.127,39 €	178.608,28 €	FEDER
Total			210.127,39 €	178.608,28 €	
Pedrógão Grande	Requalificação do Recinto da Feira	Centro 2020	41.524,52 €	35.295,84 €	FEDER
Total			41.524,52 €	35.295,84 €	
Pombal	Corredor ecológico ribeirinho do Rio Arunca	Centro 2020	81.141,29 €	68.970,09 €	FEDER
	Beneficiação da Casa Varela	Centro 2020	737.626,32 €	626.982,37 €	FEDER
	Arranjos urbanísticos (Beneficiação e Requalificação da Rua de Leiria / Pombal)	Centro 2020	142.448,29 €	121.081,05 €	FEDER
	Requalificação do Centro Histórico da Cidade de Pombal (2.ª fase) Rua do Mancha Pé	Centro 2020	87.123,16 €	74.054,69 €	FEDER
	Criação de espaço público na Rua Carlos Alberto Mota Pinto	Centro 2020	52.172,57 €	44.346,68 €	FEDER
	Requalificação urbana do Jardim das Laranjeiras	Centro 2020	182.826,06 €	155.402,15 €	FEDER
	Requalificação do Jardim do Cardal	Centro 2020	581.830,90 €	494.556,27 €	FEDER

	Requalificação da Casa Agorreta	Centro 2020	462.584,74 €	393.197,03 €	FEDER
	Requalificação da Rua Dr. Custódio Freire	Centro 2020	328.744,53 €	279.432,85 €	FEDER
Total			2.656.497,86 €	2.258.023,18 €	
Porto de Mós	Remodelação do Edifício da Central Termoelétrica com Polivalência de Funções na Área Cultural, Ciência e Atividades Culturais	Centro 2020	1.984.878,35 €	1.687.146,60 €	FEDER
	Requalificação do Espaço Público na Envolvente das Piscinas/Estádio de Futebol - 1ª Fase	Centro 2020	339.127,92 €	288.258,73 €	FEDER
Total			2.324.006,27 €	1.975.405,33 €	
Total PARU			15.993.339,16 €	13.594.338,28 €	
PI 9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais					
Leiria	Bairro Social da Integração	Centro 2020	525.709,61 €	446.853,17 €	FEDER
	Bairro social das Almoínhas	Centro 2020	281.572,19 €	239.336,36 €	FEDER
	Bairro social da Cova das Faias	Centro 2020	258.882,92 €	220.050,48 €	FEDER
	Bairro social Dr Francisco Sá Carneiro	Centro 2020	847.417,57 €	720.304,94 €	FEDER
Total			1.913.582,29 €	1.626.544,95 €	
Marinha Grande	Reabilitação de edifícios de habitação social - blocos I & m	Centro 2020	1.046.884,69 €	889.851,99 €	FEDER
	Reabilitação no espaço público do bairro municipal de casal de malta	Centro 2020	562.752,65 €	478.339,76 €	FEDER
Total			1.609.637,34 €	1.368.191,75 €	
Total PAICD			3.523.219,63 €	2.994.736,70 €	
Medida 10. LEADER 10.2.1.6 - Renovação de aldeias					
Alvaiázere	Rede das Aldeias de Calcário	PDR 2020	29.300,00 €	13.185,00 €	FEADER
Ansião	Rede de Aldeias de Calcário	PDR 2020	29.300,00 €	13.185,00 €	FEADER
Figueiró dos Vinhos	Renovação de Aldeias - Plano Gestão Integrada da Ribeira de Alge - ALJIA	PDR 2020	39.260,85 €	17.667,39 €	FEADER
Leiria	Salinas da Junqueira: Preservar o passado, Pensar o presente, Construir o Futuro	PDR 2020	182.165,81 €	81.974,63 €	FEADER
Pedrógão Grande	A descoberta das fontes património cultural	PDR 2020	44.614,56 €	20.076,55 €	FEADER
	Rede de Aldeias do Calcário	PDR 2020	24.105,79 €	10.847,61 €	FEADER
	Rede das Aldeias do Calcário	PDR 2020	29.300,00 €	13.185,00 €	FEADER
	Recuperação dos moinhos de vento das Corujeiras	PDR 2020	135.961,00 €	61.182,45 €	FEADER
Total Renovação de aldeias			514.008,01 €	231.303,63 €	
Total Região de Leiria (NUTS III)			20.030.566,80 €	16.820.378,6 €	

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

As apostas do PDCT da Região de Leiria integram ainda a alocação de verba para a PI 6.3. referente à conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural, em ambas as dimensões de património natural (investimento conjunto da CIMRL, assim como investimentos municipais nos concelhos da Batalha, Porto de Mós e Alvaiázere) e cultural (investimentos de 7 municípios da região).

Como se pode observar na tabela seguinte, verifica-se a aprovação de 4 projetos municipais enquadrados no PDCT e a aprovação de 2 projetos da CIMRL referentes à programação cultural em rede "Região de Leiria - Rede Cultural" e "Produtos Turísticos da Região de Leiria", totalizando um investimento de 3,4M€ (2,6M€ de FEDER).

Tabela 38. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito do património cultural e programação cultural em rede (PI 6.3)

Concelho	Projeto	Beneficiário	PO	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
Ansião	Musealização do Complexo Monumental de Santiago da Guarda*	Município de Ansião	Centro 2020	250.000,00 €	212.500,00 €	FEDER
Figueiró dos Vinhos	Igreja Paroquial de Figueiró dos Vinhos*	Município de Figueiró dos Vinhos	Centro 2020	299.997,00 €	254.997,45 €	FEDER
Leiria	Igreja de São Pedro (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria) *	Município de Leiria	Centro 2020	202.691,67 €	172.287,93 €	FEDER
	Sé de Leiria - Torre sineira - valorização e promoção (MN - protocolo DGPC, diocese de Leiria) *			79.107,35 €	67.241,25 €	FEDER
	O.P.(us) - Ópera no Património			742.104,36 €	445.262,62 €	FEDER
Porto de Mós	Obras de Manutenção e Requalificação do Castelo de Porto de Mós*	Município de Porto de Mós	Centro 2020	100.000,00 €	85.000,00 €	FEDER
Região de Leiria	Região de Leiria - Rede Cultural	CIMRL	Centro 2020	760.199,37 €	532.139,56 €	FEDER
	Produtos Turísticos da Região de Leiria			1.038.358,93 €	882.605,09 €	FEDER
Total Região de Leiria (NUTS III)				3.472.458,68 €	2.652.033,90 €	

*projetos integrados no PDCT/ITI da Região de Leiria

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Síntese Eixo 3

O contexto revisitado no presente eixo tem uma relação direta com a implementação das medidas da EIDT, com especial destaque para a **Medida 9. Programa +Empresas**, acompanhando a prossecução do apoio à rede de suporte e promoção do empreendedorismo da Região de Leiria, mas também as medidas que preveem o desenvolvimento e consolidação das áreas de especialização deste território, nomeadamente, a **Medida 12. Programa de expansão do cluster dos moldes, ferramentas especiais e plásticos**, **Medida 13. Programa de incentivo à consolidação da iniciativa do cluster do habitat**, **Medida 14. Programa de valorização económica da floresta** e **Medida 15. Programa de diversificação de oferta turística**.

A Região de Leiria possui um tecido económico forte e dinâmico que a destaca positivamente no contexto da NUTS II Centro, posicionando-a na linha da frente em termos empresariais. Contudo, este panorama não é transversal a toda a sub-região, dado persistirem assimetrias regionais que revelam fragilidades evidentes nos concelhos de baixa densidade. Ainda de assinalar que atualmente poderão existir alterações significativas em termos empresariais devido ao impacto da pandemia por COVID 19, uma realidade que se revela nos dados de inscritos no IEF no mês de Abril de 2020 (ver Eixo 1).

A análise efetuada permitiu identificar um investimento significativo apoiado por FEEI em diversos domínios, entre eles, o apoio à criação de empresas e empreendedorismo e o apoio ao desenvolvimento produtivo, matérias que contribuem para a concretização da EIDT e estão

fortemente alinhadas com as áreas de especialização regional identificadas. A sistematização de alguns dos projetos, promovidos pelas associações empresariais e demais parceiros estratégicos, permite comprovar o compromisso de desenvolvimento regional, sendo, no entanto, de ressaltar que a maioria do investimento se localiza nos concelhos de Leiria, Marinha Grande, seguidos de Pombal.

Com um impacto positivo na competitividade das empresas e do território, verifica-se um expressivo investimento nos setores dos moldes, ferramentas especiais e plásticos, seguido do cluster do habitat e do turismo, no entanto, verifica-se que o setor da floresta é ainda um setor com pouco investimento, o que, como referido pode indiciar a necessidade de um acompanhamento mais personalizado de entidades públicas e privadas e de uma adequação dos instrumentos de apoio às realidades desta sub-região. Este investimento assume particular importância devido aos diversos incêndios florestais que afetaram toda a região, com particular incidência em Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Leiria, Pombal e Marinha Grande, em 2017. Estes concelhos foram fortemente atingidos por esta catástrofe, cujo impacto se traduziu na perda de vidas, rendimentos e de património natural e construído, com repercussões graves em termos ambientais e socioeconómicos. Os investimentos realizados neste âmbito foram essencialmente de reposição, tendo ficado aquém o investimento na melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas.

Importa neste contexto sistematizar alguns aspetos críticos a ter em consideração para a implementação da EIDT da Região de Leiria no período 2030 e, conseqüentemente, o desenvolvimento do território em matérias de competitividade:

- : Acautelar os apoios adequados/à medida das necessidades e características da sub-região, evitando o atual cenário com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego. Particular destaque para sistemas de incentivos às empresas e apoios no domínio florestal (ambiental e produtivo) que, como se verifica, são ainda frágeis na resposta a todo o território regional.
- : Assegurar a abertura de avisos de forma regular e com análises céleres, que permitam às entidades da região candidatar e articular complementaridades entre ações, uma realidade que compromete o alcance das metas definidas para a valorização e desenvolvimento da sub-região (a título de exemplo destacam-se os avisos do SI2E, apenas abertos em 2017 e com um modelo de análise complexo e moroso que põe em causa investimentos no território).
- : Criar um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas localizadas na Região de Leiria, que permita à CIMRL ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : Reforçar e/criar apoios nas infraestruturas básicas essenciais à manutenção da competitividade territorial, entre as quais as acessibilidades/mobilidade intrarregional, as

infraestruturas tecnológicas e os serviços essenciais à qualidade de vida, sem os quais nenhum território conseguirá garantir o crescimento económico e atração de emprego e empresas.

- : Reforçar a aposta em I&D, em alinhamento com o exposto no eixo 2, capitalizando a forte dinâmica empresarial e reforçando assim a sua competitividade por via da diferenciação e inovação. Torna-se neste contexto essencial criar condições para o reforço da aposta em ciência e tecnologia nos setores estratégicos e de forma transversal a todo o território.
- : Promover sistemas de apoio à cultura e indústrias culturais e criativas como uma forma de ativação de novas dinâmicas empresariais e socioeconómicas, capitalizando dinâmicas informais existentes e investimentos públicos ligados ao património e turismo e reforçando a diversificação e internacionalização da economia da Região de Leiria.

Na dimensão urbana, mais especificamente da rede urbana sub-regional, na EIDT Região de Leiria 2020 foi integrada a prioridade transversal “requalificação urbana”, materializada fundamentalmente, na **Medida 11. Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável**. Para a prossecução desta destaca-se a elaboração dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU). Neste contexto destacam-se os apoios disponibilizados através do PO regional, por via da PI 6.5 (regeneração urbana); PI 4.5 (mobilidade urbana sustentável) e PI 9.8 (inclusão de comunidades desfavorecidas), tendo sido mobilizados coletivamente no caso de Leiria, Pombal e Marinha Grande, através dos respetivos PEDU. A baixa dotação associada à reabilitação urbana por via da PI6.5 e de apoios FEADER no âmbito da “Renovação de aldeias”, revela ser insuficiente para o território, onde permanecem grandes focos de edificado degradado em todo o concelho (não só nas sedes de concelho, para onde estava concentrado o financiamento). Refere-se também a necessidade de apoios que se coadunem com as características do território e que não sejam moldados por uma Agenda Urbana essencialmente focada nos problemas das grandes cidades, deixando de fora os territórios de baixa densidade.

A par desta intervenção, verifica-se o investimento no património cultural (previsto no PDCT da Região de Leiria), sendo necessário reforçar o investimento em medidas relativas à gestão (incluindo em termos de eficiência energética) e valorização do património natural e cultural numa lógica de sustentabilidade do território e de preservação da sua identidade.

Face ao exposto e de acordo com o resultado do trabalho realizado com os municípios, permanecem pertinentes os objetivos e medidas da EIDT sendo essencial acautelar que a estruturação do próximo período de programação integre as medidas adequadas para fazer face à dicotomia sub-regional (litoral/interior; média/baixa densidade) em termos de sistema urbano.

6.2.4 Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos

A construção de uma economia sustentável, eficiente e competitiva exige o desenvolvimento de políticas de baixa emissão de carbono e novos processos que fomentem a utilização racional dos recursos, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território.

Neste sentido, identifica-se a correspondência do “Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos” da Estratégia Nacional Portugal 2030 com o eixo “Crescimento Sustentável” definido no Portugal 2020, utilizado na construção da EIDT da Região de Leiria, tendo por base as metas nacionais e regionais estabelecidas, nomeadamente, (i) a redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990; (ii) o aumento para 20% de energia proveniente de fontes renováveis; e (iii) o aumento da eficiência energética em 20%.

A análise a seguir apresentada teve em conta os oito domínios que constituem o eixo, nomeadamente, a transição energética; a mobilidade eficiente; a eficiência energética das cidades; o mar; a agricultura e florestas; o combate às alterações climáticas e proteção do ambiente; a economia circular; e a água e saneamento básico.

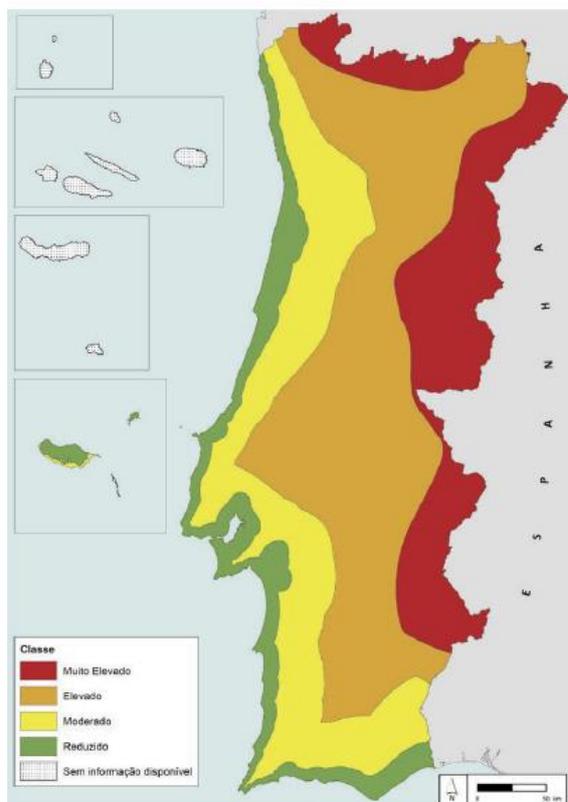
Comprovado pela análise efetuada no PNPOT⁴¹, a Região de Leiria é uma **região vulnerável, sujeita a um conjunto de riscos ambientais agravados pelas alterações climáticas na medida em que provocam um aumento da sua frequência e intensidade nos territórios**. Refere-se, neste âmbito, o efeito devastador dos incêndios que atingiram a Região de Leiria em 2017, atingindo no mês de julho, os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e, em outubro, o Pinhal de Leiria que se estende pelos concelhos de Pombal, Leiria e Marinha Grande.

As alterações verificadas nos principais elementos do clima - temperatura e precipitação – são demonstrativas de uma mudança dos padrões climáticos, com impacto na perigosidade dos fenómenos atmosféricos e, conseqüentemente, das catástrofes naturais.

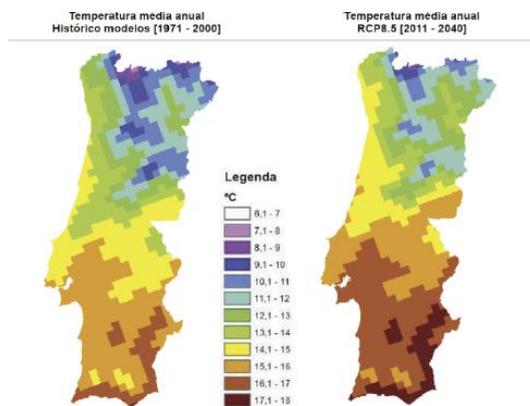
Estes fenómenos adversos exigem uma mudança de abordagem em termos de políticas públicas, no sentido de preparar o território para eventos extremos com forte impacto urbano (cheias, ondas de calor, erosão costeira) e rural (incêndios florestais, perda da biodiversidade, redução de produtividade agrícola), “sendo fundamental assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência dos sistemas naturais, agrícolas, florestais e das comunidades” (PNPOT, 2019), tendo em consideração as especificidades destes territórios.

⁴¹ Ver PNPOT

Carta de perigosidade de ondas de calor



Alteração da temperatura



Alteração dos padrões de precipitação

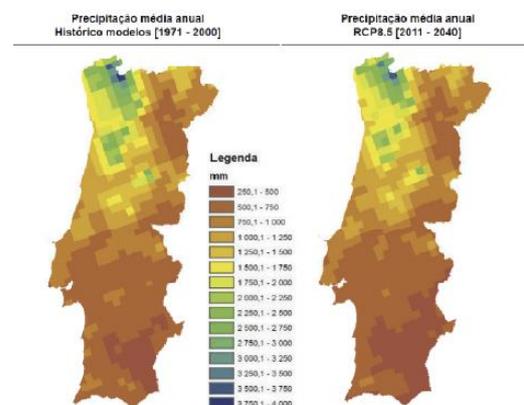


Figura 17. Exposição do território nacional a perigos múltiplos relacionados com o clima (projeção para 2030)

Fonte: IPMA, 2018 e Portal do Clima 2017, integrado no [PNPOT](#)

Além do contexto de risco apresentado anteriormente, importa analisar também a situação atual da região em termos energéticos e ambientais, dando conta da evolução ocorrida desde 2014. De acordo com o INE, o consumo energético na Região de Leiria foi, em 2017, de 1.703.082.355kWh (13,8% do total de consumo na NUTS II Centro). Com maior contributo para o consumo de energia na sub-região, destacavam-se, no ano em análise, os concelhos de Leiria (37,2%) e da Marinha Grande (30,2%), seguidos de Pombal (14,6%). Os restantes 7 municípios, no seu conjunto, apresentam consumos energéticos que representam menos de 20% do total da sub-região.

Analisando com mais detalhe o consumo energético na Região de Leiria por tipologia (Figura 18), verifica-se ser a indústria o setor com maior representatividade em 2017, correspondendo a 48,8% do total do consumo, sendo mais evidente nos concelhos de Marinha Grande (66,7% do total concelhio), Leiria (45,3% do total concelhio) e Pombal (41,7% do total concelhio).

No total da sub-região, seguiam-se os setores doméstico (20,8%) e não-doméstico⁴² (19,3%) com maior representatividade depois da indústria. Numa análise por concelho, o setor doméstico assumia maior preponderância nos concelhos menos industrializados, como é exemplo, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos, com 50,1% e 44,4% do total concelhio, respetivamente.

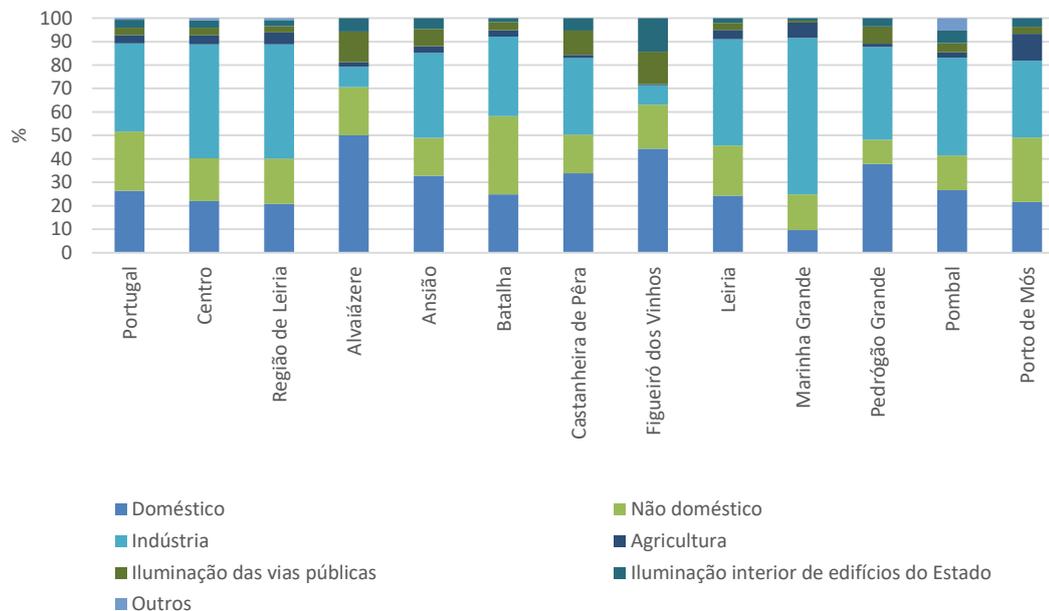


Figura 18. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo
Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2017

Numa análise evolutiva, em comparação com o cenário verificado em 2014, registou-se um **acréscimo global do consumo de energia na Região de Leiria** em 5,2% (acréscimo de 84.544.575kWh entre 2014 e 2017), superior ao acréscimo registado na Região Centro (4%) e a nível nacional (3,2%).

Este **aumento de consumo energético assenta, sobretudo, no forte contributo do setor agrícola, cujo crescimento atingiu os 349% na Região de Leiria**. Para tal, contribuiu de forma expressiva o consumo registado neste setor nos concelhos da Marinha Grande (12.632,6%) e de Castanheira de Pera (2.146,1%).

Importa igualmente assinalar o peso expressivo que a iluminação interior de edifícios públicos e vias tiveram em alguns concelhos, como Ansião e Figueiró dos Vinhos, cujo crescimento do consumo no período 2014-2017 registou um aumento de 124,9% e 117,5%, respetivamente (Tabela 39).

⁴² Clientes não domésticos incluem o comércio e serviços

Tabela 39. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017

Unidade Territorial	Total	Doméstico	Não-doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior	Outros
2014								
Portugal	46.145.477.857	11.907.719.427	12.112.818.588	17.291.360.653	824.562.570	1.477.934.192	2.233.916.671	297.165.756
Região Centro	11.888.076.056	2.568.814.455	2.214.078.963	5.902.375.389	219.485.365	411.113.156	493.839.125	78.369.603
Região de Leiria	1.618.537.780	322.047.828	296.645.291	861.678.069	18.714.374	48.571.193	70.831.165	49.860
Alvaiázere	14.593.348	6.946.224	3.500.456	1.049.744	458.349	1.682.210	956.365	0
Ansião	35.182.886	11.900.203	12.019.150	7.045.103	546.087	2.868.960	803.383	0
Batalha	73.846.455	17.716.042	13.611.430	36.385.205	1.443.519	2.848.134	1.842.125	0
Castanheira de Pera	9.490.544	3.079.110	1.991.559	30.186.66	5.495	991.510	404.204	0
Figueiró dos Vinhos	14.242.298	6.114.916	3.327.777	1.960.629	97.183	1.835.480	906.313	0
Leiria	612.287.507	145.573.961	147.958.655	260.130.713	9.043.273	17.973.743	31.557.762	49.400
Marinha Grande	469.265.503	44.399.822	49.133.301	365.287.585	264.764	4.318.824	5.860.713	494
Pedrógão Grande	28.073.228	3.905.353	2.669.014	19.518.476	79.840	1.301.059	599.486	0
Pombal	238.401.595	5.5915.693	42.704.152	101.253.357	3.503.338	10.437.577	24.587.512	-34
Porto de Mós	123.154.416	26.496.504	19.729.797	66.028.591	3.272.526	4.313.696	3.313.302	0
2017								
Portugal	47.618.388.663	12.562.138.813	12.032.043.100	17.906.713.219	1.695.304.091	1.465.936.392	1.613.938.149	342.314.899
Região Centro	12.359.202.538	2.720.359.680	2.260.140.666	5.997.181.088	467.249.375	405.228.727	388.766.333	120.276.669
Região de Leiria	1.703.082.355	353.665.944	329.391.590	830.978.452	84.062.720	47.807.080	43.868.013	13.308.556
Alvaiázere	14.642.484	7.337.547	2.994.468	1.277.640	292.434	1.902.065	838.330	0
Ansião	39.307.085	12.850.614	6.378.665	14.258.078	1.110.912	2.902.332	1.806.484	0
Batalha	78.843.194	19.586.343	26.263.114	26.786.929	2.137.153	2.776.448	1.293.207	0
Castanheira de Pera	9.384.320	3.176.900	1.539.702	3.076.093	123.424	966.946	501.255	0
Figueiró dos Vinhos	13.783.830	6.115.873	2.591.758	1.138.751	51.340	1.915.164	1.970.944	0
Leiria	63.354.5967	153.630.779	135.788.517	287.113.319	25.513.952	18.242.221	13.257.179	0
Marinha Grande	514.275.375	49.423.959	78.636.042	342.985.362	33.708.801	3.936.764	5.584.447	0
Pedrógão Grande	16.411.191	6.204.630	1.695.477	6.495.987	233.320	1.201.881	579.896	0
Pombal	248.769.980	66.331.083	36.660.717	103.779.632	5.691.964	9.924.365	13.073.663	13.308.556
Porto de Mós	134.118.929	29.008.216	36.843.130	44.066.661	15.199.420	4.038.894	4.962.608	0

Fonte INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2014 e 2017

No domínio da eficiência energética, foram efetivamente mobilizados fundos do PO regional no ITI da Região de Leiria, no âmbito da PI 4.3. (Apoio à eficiência energética nos edifícios públicos e iluminação pública), no entanto, os apoios não foram disponibilizados a fundo perdido, o que não permitiu concretizar os investimentos planeados. Não obstante, há que referir o investimento na melhoria da eficiência energética no Centro Hospitalar de Leiria, no valor de 75.926,32€ (com participação de 72.130,00€), e nos transportes públicos através do projeto U-BIKE PORTUGAL do Instituto Politécnico de Leiria, no valor de 434.896,43€ (com 369.661,97€ de FC) e 2 projetos da RDL Rodoviária do Lis de 871 395,83€ (com participação de 658 236,46€), todos no âmbito do POSEUR (Tabela 43).

Tabela 40. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da eficiência energética (POSEUR)

PI	Categoria de intervenção POSEUR	Concelho abrangido	Programa Operacional	n.º de projetos	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
4.3 ⁴³	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Leiria	POSEUR	1	75.926,32€	72.130,00€	FC
4.5 ⁴⁴	Eficiência energética nos transportes públicos	Leiria	POSEUR	3	871.395,83€	658.236,46€	FC
		Marinha Grande	POSEUR	1	12.250,6€	10.413,01€	FC
Total Região de Leiria (NUTS III)					959.572,75€	740.779,47€	

Fonte: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/candidaturas/candidaturas-aprovadas/>

Ao analisar os apoios concedidos e a evolução dos consumos energéticos, verifica-se não existir um alinhamento entre os esforços de suporte à alteração de padrões de consumo e diminuição de impacto ambiental dos mesmos e a realidade regional, ou seja, uma adequação das medidas de apoio aos setores que registam aumentos de consumo.

Ainda no domínio da energia, embora não existam dados atualizados respeitantes à quota de produção bruta de energia elétrica, por tipologia, importa salientar a relevância que a produção de energia eólica e térmica assumem na Região de Leiria (Figura 19). Nesta análise, pode-se observar uma tendência de crescimento entre 2011 e 2012 e uma quebra em 2013. Neste contexto, é a produção de energia eólica a que possui maior expressão no contexto sub-regional.

⁴³ PI 4.3. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação

⁴⁴ PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

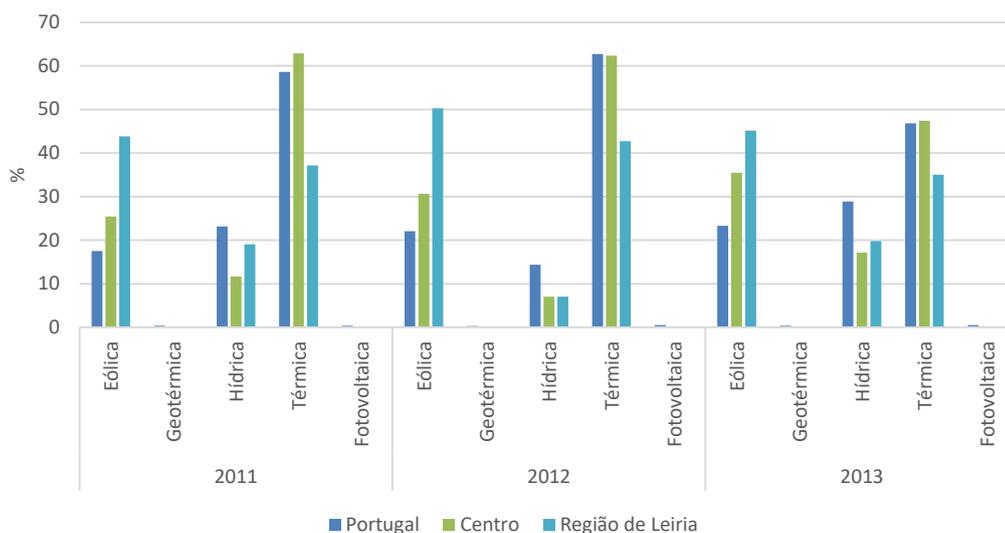


Figura 19. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção
 Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2011, 2012 e 2013

No respeitante às emissões de GEE, têm sido envidados esforços para cumprimento das metas definidas a nível europeu, tendo sido estabelecida como meta a diminuição de 20% das emissões de GEE até 2020⁴⁵ e de 40% até 2030⁴⁶. Através do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030⁴⁷ Portugal reforçou o alinhamento com os objetivos europeus e estabeleceu como metas, em relação aos níveis de 2005, assegurar uma trajetória de redução das emissões nacionais de GEE, de forma a alcançar metas de diminuição entre 18% e 23% em 2020 e entre 30% a 40% em 2030, ambicionando a neutralidade carbónica em 2050.

No sentido de aferir o contributo da Região de Leiria neste domínio, são analisadas as emissões atmosféricas relativas aos anos de 2015 e 2017, com base nos dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)⁴⁸. De acordo com esta entidade, “as alterações verificadas entre os dois anos devem-se em grande parte à categoria “incêndios florestais” em resultado das ocorrências extremas verificadas em 2017”. Numa análise às emissões totais nacionais, verifica-se que as fontes naturais (referentes aos incêndios florestais) foram responsáveis pelo aumento de óxidos de azoto (NOx), compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM), partículas (PM), mas também de monóxido

⁴⁵ Considerando os valores de 1990 como referência.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ dre.pt/application/conteudo/69905665

⁴⁸ Dados disponíveis em: Agência Portuguesa do Ambiente, “Emissões de poluentes atmosféricos por concelho 2015 e 2017”, 2019

de carbono (CO) e dióxido de carbono (CO₂), em que se verifica um aumento muito significativo em relação a 2015.⁴⁹

Tabela 41. Emissões totais nacionais em 2015 e 2017 por causas naturais (incêndios florestais), por poluente

Ano de análise	NOx (kt)	COVMN (kt)	SOx (kt)	NH3 (kt)	PM _{2,5} (kt)	PM ₁₀ (kt)	BC (kt)	CO (kt)	CO ₂ (kt)	CH4 (kt)	N ₂ O (kt)
2015	1,39	7,32	0,56	0,63	1,57	1,92	0,17	48,81	716,22	5,58	0,08
2017	12,51	66,08	5,03	5,66	14,16	17,31	1,56	440,56	9409,02	50,35	0,69

Fonte: APA, 2019

Uma análise às principais alterações ocorridas nestas datas em termos de emissões de poluentes, permite perceber o seguinte:

- : Os concelhos de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos, seguidos de Leiria e Marinha Grande apresentam, nesse ano, uma subida de emissões de gases efeito de estufa em virtude dos incêndios florestais ocorridos em 2017 (entre eles, de SO₂, COVMN, PM_{2,5}, NH₃, CO₂ e CH₄);
- : Os concelhos de Leiria e Marinha Grande, seguidos de Pombal e Porto de Mós, apresentam valores superiores de emissão de dióxido de enxofre (SO₂), de dióxido de azoto (NO₂), de compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVMN), de partículas com diâmetro inferior a 2.5 µm (PM_{2,5}), amoníaco (NH₃), dióxido de carbono (CO₂), chumbo (Pb), entre outros poluentes, os quais provêm principalmente da indústria;
- : O concelho de Leiria, seguido de Pombal, apresentam valores elevados de amoníaco (NH₃), óxido nitroso (N₂O), metano (CH₄), sendo estes poluentes provenientes principalmente da atividade agrícola;
- : É também no concelho de Pombal, mas principalmente, no concelho de Leiria que se verifica maior concentração de poluentes resultantes do setor dos transportes (NO₂, CO, CO₂, COVMN, etc.) e dos resíduos (forte concentração de CH₄), associado à elevada densidade populacional e fluxos rodoviários.

A tabela seguinte confirma este cenário, destacando-se o **agravamento de emissões de gases poluentes entre 2015 e 2017**, fundamentalmente em Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, associados aos incêndios ocorridos em 2017 que prejudicaram em grande medida a qualidade do ar. Como é possível observar, Pedrógão Grande apresenta aumentos entre os 500% e 800% no que respeita a gases efeito estufa, precursores de ozono, partículas finas e gases acidificantes.

⁴⁹ As emissões foram espacializadas com base na Cartografia de Áreas Ardidas nos anos de 2015 e 2017, publicada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), bem como a Carta de Ocupação do Solo de 2010, publicada pela Direção Geral do Território (DGT).

Tabela 42. Emissões totais de poluentes na Região de Leiria, em 2015 e 2017

Unidade territorial	Gases Efeito Estufa (kton) ⁵⁰			Precusores de Ozono (kton) ⁵¹			Partículas finas (kton) ⁵²			Gases acidificantes (kton) ⁵³		
	2015	2017	Evolução 2015-2017 (%)	2015	2017	Evolução 2015-2017 (%)	2015	2017	Evolução 2015-2017 (%)	2015	2017	Evolução 2015-2017 (%)
Região de Leiria	2238,2	2375,5	6,13	14,43	14,66	1,59	3,06	3,26	6,54	375,23	374,37	-0,23
Alvaiázere	20,5	20,1	-1,95	0,15	0,14	-6,67	0,02	0,02	0,00	4,07	4,18	2,70
Ansião	30,6	30,8	0,65	0,24	0,23	-4,17	0,03	0,03	0,00	8,11	8,11	0,00
Batalha	72,1	71,9	-0,28	0,64	0,62	-3,13	0,16	0,14	-12,50	14,68	14,8	0,82
Castanheira de Pera	8,1	7	-13,58	0,05	0,05	0,00	0,01	0,01	0,00	0,65	0,54	-16,92
Figueiró dos Vinhos	12,1	20,4	68,60	0,1	0,14	40,00	0,01	0,02	100,00	1,09	1,41	29,36
Leiria	886,1	907,5	2,42	4,48	4,35	-2,90	0,55	0,53	-3,64	143,4	142,92	-0,33
Marinha Grande	638,8	623,9	-2,33	4,69	4,58	-2,35	1,57	1,63	3,82	84,44	82,26	-2,58
Pedrogão Grande	22,2	196,3	784,23	0,14	1,06	657,14	0,02	0,18	800,00	1,55	10,18	556,77
Pombal	386	347,4	-10,00	2,83	2,49	-12,01	0,54	0,54	0,00	68,78	62,97	-8,45
Porto de Mós	161,7	150,2	-7,11	1,11	1	-9,91	0,15	0,16	6,67	48,46	47	-3,01

Fonte: APA, 2019

⁵⁰ Kton CO2 equivalente

⁵¹ Kton de COVNM equivalente

⁵² Kton de PM_{2,5}

⁵³ Kton equivalente de NH3

No campo das emissões de poluentes importa analisar as intervenções realizadas para colmatar este cenário. Sendo os transportes uma das principais fontes de emissão de GEE, destacam-se os projetos aprovados com vista à melhoria da eficiência energética nos transportes públicos referidos anteriormente (Tabela 40) e um conjunto de projetos aprovados na área da mobilidade sustentável, nomeadamente o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) definido ao nível de NUTS III e a extensão/otimização da rede de transporte público urbano no concelho de Pombal, ambos integrados na PI4.5, apoiados pelo Programa Operacional Regional Centro2020. Acrescenta-se ainda o investimento na Rede MOBI.E + no concelho de Leiria, no âmbito do POSEUR (Tabela 43).

Tabela 43. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da mobilidade sustentável (PI 4.5)

P.I.	Tipologia/categoria	Localização	Programa Operacional	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
4.5. ⁵⁴	Estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	Região de Leiria	Centro 2020	91.020,00 €	77.367,00 €	FEDER
		Pombal	Centro 2020	186.620,50 €	158.627,43 €	FEDER
	Mobilidade sustentável	Leiria	POSEUR	58.386,90 €	49.628,86 €	FC
Total Região de Leiria (NUTS III)				336.027,4 €	285.623,29€	

Fonte: poseur.portugal2020.pt/pt/candidaturas/candidaturas-aprovadas/
www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Ao analisar os apoios concedidos e a evolução das emissões, e tal como referido anteriormente poderá estar a observar-se um desfasamento entre as medidas de apoio existentes, os seus focos de intervenção e requisitos de acesso e os setores que efetivamente são os maiores geradores de GEE. Sendo a diminuição de emissões de GEE indissociável de uma estratégia eficiente de mitigação e combate às alterações climáticas, as medidas concretizadas nesta última dimensão e que mais à frente se detalham, têm-se focado essencialmente no reforço da vigilância de riscos e dos meios de combate em caso de ocorrência de catástrofes, que, sendo essenciais, devem ser acompanhadas de políticas ativas e apoios diretos a medidas ativas de prevenção que estão em grande medida relacionadas com a produção e valorização florestal.

No que concerne a infraestruturas básicas, os municípios têm procurado dar resposta às necessidades da população, por via da melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais visando a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável do território. A análise da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais, entre 2014 e 2017 (Tabela 44), é sustentada em dados do INE reportados pelas entidades competentes, verificando-se uma cobertura muito próximo dos 100% em termos de abastecimento de água. Por sua vez, verifica-se que 73% dos alojamentos estavam servidos por drenagem de águas residuais em 2017, um ligeiro aumento desde 2014. Importa, contudo, salientar que, tal como se mostra na Tabela 46 estão em curso diversos

⁵⁴ PI4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

investimentos apoiados pelo POSEUR no sentido de melhorar a situação da sub-região em matéria infraestrutural.

Tabela 44. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais

Unidade Territorial	Alojamentos servidos por abastecimento de água (%)		Alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	
	2014	2017	2014	2017
Portugal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Centro	97	98	75	79
Região de Leiria	99	100	68	73
Alvaiázere	n.d.	100	75	75
Ansião	93	93	n.d.	28
Batalha	100	100	73	74
Castanheira de Pera	100	100	91	n.d.
Figueiró dos Vinhos	n.d.	97	22	23
Leiria	99	100	81	88
Marinha Grande	100	100	88	90
Pedrógão Grande	100	100	n.d.	n.d.
Pombal	100	100	42	51
Porto de Mós	99	99	58	59

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2014-2017

Neste domínio infraestrutural ressalva-se o facto de a ocupação dispersa nos concelhos de baixa densidade dificultar uma cobertura total, dado o elevado número de pequenas povoações assentes numa topografia acidentada que impossibilita soluções padronizadas como acontece nos contextos urbanos. Face a esta realidade, mantem-se a premência de intervenção e a concretização de uma resposta adequada às populações.

Em termos de resíduos, verifica-se a manutenção do cenário encontrado em 2014, nomeadamente, a proporção de 15% de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, um valor semelhante ao da NUTS II Centro (14%), mas abaixo do valor nacional (20%). A análise por concelho permite verificar que apenas o município de Leiria (18%), Pombal e Castanheira de Pera (ambos com 16%) apresentavam valores superiores à média sub-regional em 2018.

Além de se verificar um grande número de municípios com valores abaixo dos 15% em 2018, assinala-se o facto de o município da Marinha Grande e de Porto de Mós registarem uma descida da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, de 13% para 10% e de 10% para 9%, respetivamente.

Tabela 45. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente

Unidade Territorial	2014	2018
Portugal	14	20
Centro	9	14
Região de Leiria	15	15
Alvaiázere	9	12
Ansião	7	13
Batalha	9	11
Castanheira de Pera	11	16
Figueiró dos Vinhos	8	15
Leiria	18	18
Marinha Grande	13	10
Pedrógão Grande	7	14
Pombal	17	16
Porto de Mós	10	9

Fonte: INE, estatísticas dos resíduos urbanos, 2019

Em matéria de resíduos verifica-se o investimento (Tabela 46), em todos os municípios, na expansão e na otimização da rede de recolha seletiva por parte das entidades gestoras do território – ERSUC e Valorlis – no valor de 1,5 milhões de euros (apoiado em 1,3 milhões de euros de fundo). Apesar deste investimento, o impacto não é suficiente, visto que a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente é ainda diminuta. Neste domínio, poderá ser pertinente a aposta na sensibilização e mobilização da comunidade, através de campanhas de comunicação e de sessões de esclarecimento que incentivem a reciclagem.

No que se refere ao abastecimento e tratamento de água, observa-se um impacto positivo dos investimentos realizados no atual quadro. Com um investimento total de quase 21,6 milhões de euros, verifica-se um forte investimento na elaboração de cadastro dos sistemas AA/SAR (redes, ramais, condutas, captações, reservatórios, etc.) nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Pedrógão Grande e Pombal, assim como um investimento significativo no fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais e ligação às ETAR, na ampliação das redes de drenagem, no controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água, e remodelações/beneficiações de ETAR, entre outras. Tratam-se de investimentos realizados em todos os concelhos da região de Leiria, não tendo sido, no entanto, identificado investimento no município da Marinha Grande.

Tabela 46. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito dos resíduos e do ciclo da água (POSEUR)

P.I.	Categoria de intervenção	Concelho abrangido	Programa Operacional	N.º de projetos	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
6.1. ⁵⁵	Resíduos	Alvaiázere	POSEUR	1	23.856,86 €	20.278,33 €	FC
		Ansião	POSEUR	1	42.756,46 €	36.342,99 €	FC
		Batalha	POSEUR	1	91.277,66 €	77.586,01 €	FC
		Castanheira de Pera	POSEUR	1	10.534,20 €	8.954,07 €	FC
		Figueiró dos Vinhos	POSEUR	1	20.448,74 €	17.381,43 €	FC
		Leiria	POSEUR	1	676.731,53 €	575.221,80 €	FC
		Marinha Grande	POSEUR	1	229.488,25 €	195.065,02 €	FC
		Pedrógão Grande	POSEUR	1	12.703,01 €	10.797,55 €	FC
		Pombal	POSEUR	1	322.318,84 €	273.971,02 €	FC
Porto de Mós	POSEUR	1	140.453,71 €	119.385,66 €	FC		
Total				10	1.570.569,26 €	1.334.983,88 €	
6.2. ⁵⁶	Ciclo da água	Alvaiázere	POSEUR	4	1.326.424,55 €	1.030.809,81 €	FC
		Ansião	POSEUR	5	4.952.258,06 €	4.112.768,29 €	FC
		Batalha	POSEUR	2	733.883,78 €	623.801,21 €	FC
		Castanheira de Pera	POSEUR	4	1.420.208,26 €	1.110.525,97 €	FC
		Figueiró dos Vinhos	POSEUR	2	2.922.756,29 €	2.387.691,79 €	FC
		Leiria	POSEUR	2	2.633.752,22 €	2.238.689,39 €	FC
		Pedrógão Grande	POSEUR	7	2.926.943,64 €	2.391.251,02 €	FC
		Pombal	POSEUR	5	3.130.006,9 €	2.486.916,46 €	FC
		Porto de Mós	POSEUR	1	694.695,52 €	590.491,19 €	FC
Multimunicipal (Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos)	POSEUR	1	84.799,63 €	715.529,69 €	FC		
Total				33	21.582.728,85 €	17.688.474,82 €	
Total Região de Leiria (NUTS III)				43	23.153.298,11 €	19.023.458,7 €	

Fonte: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/candidaturas/candidaturas-aprovadas/>

Ainda neste contexto de investimento infraestrutural, fruto das catástrofes ocorridas em 2017, foram mobilizados cerca de 7,4 milhões de euros na recuperação das infraestruturas básicas municipais, afetadas pelos incêndios, investimentos integrados na PI6.5⁵⁷, apoiados pelo PO Regional Centro 2020, um importante apoio para a recuperação dos equipamentos municipais dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. Refira-se ainda a disponibilização de outros fundos como o FEM (Fundo de Emergência Municipal) e o FSUE (Fundo de Solidariedade da União Europeia).

⁵⁵PI 6.1 Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos.

⁵⁶PI6.2 Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membro

⁵⁷PI 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Tabela 47. Projetos aprovados na Região de Leiria, para recuperação das infraestruturas básicas municipais, afetadas pelos incêndios de 2017

Concelho	Projetos aprovados	PO	Despesas elegíveis (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Castanheira de Pera	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamento municipal de lazer • Aquisição de viaturas municipais • Recuperação de espaços urbanos - equipamentos • Reabilitação de estradas municipais • Reabilitação de arruamentos municipais • Recuperação do sistema público de distribuição de água • Segurança rodoviária • Regeneração de edifícios e construções municipais 	Centro 2020	2.606.048,00	2.215.140,81	FEDER
Figueiró dos Vinhos	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de Infraestruturas referentes aos danos do incendio de 17 de junho de 2017 - Equipamentos Municipais de Lazer e Turismo - Sistema Publico de distribuição de água - Edificações - Equipamento Urbano Complementar - Segurança Rodoviária - Reabilitação de Estradas Municipais 	Centro 2020	2.984.307,15	2.536.661,08	FEDER
Pedrógão Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação de edifícios municipais • Regeneração de Áreas Afetadas pelo Incêndio • Reabilitação e Recuperação de Estradas e Caminhos Municipais • Substituição e reposição da sinalética afetada • Rede de Distribuição de Água - Reposição de Infraestruturas Afetadas 	Centro 2020	1.810.341,60	1.538.790,36	FEDER
Total Região de Leiria (NUTS III)			7.400.696,75	6.290.592,25	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Em termos de gestão de recursos (Tabela 48) importa destacar outros investimentos realizados no território que ultrapassam os 9 milhões de euros, distribuídos por projetos materiais e imateriais.

No âmbito da adaptação às alterações climáticas, a elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Leiria e os Programas de Educação, Sensibilização e Informação Pública sobre Alterações Climáticas da Região de Leiria (PESIPAC-RL), promovidos pela CIMRL, e que têm concretização em todos os concelhos.

Mais avultados (cerca de 5,5 milhões de euros) são os investimentos na área do planeamento e gestão de riscos com intervenções diversas, em todos os concelhos da região, na prevenção (exemplo: cartografia de risco, sistemas de videovigilância e deteção automática) e no combate aos incêndios (exemplos: ampliação e remodelação de quartéis de bombeiros, aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro, de equipamentos de proteção individual, etc.). De entre as várias entidades com investimento nesta área, destaca-se a CIMRL com 813.235,30€ (696.208,70€ de apoio FC) para a elaboração de cartografia de risco e aquisição de sistemas de videovigilância e deteção automática para os concelhos atingidos pelos incêndios de 2018, nomeadamente, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Marinha Grande e Pombal, integrado no PDCT/ITI da Região de Leiria (PI5.2).

Referem-se ainda os investimentos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na prevenção da erosão costeira, nomeadamente, ações de proteção de zonas de risco do litoral no município da Marinha Grande, através da reposição do equilíbrio na dinâmica sedimentar, cujo investimento atinge 1,4 milhões de euros; e as ações de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Com um investimento de cerca de 2 milhões de euros, incluem-se projetos de conservação de habitats naturais, redução da pressão sobre a vegetação e a fauna, valorização da visitação e fruição da área protegida e prevenção estrutural (como meio de prevenção da afetação de habitats naturais), no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (concelho de Porto de Mós), assim como a elaboração de cartografia dos geossítios para os concelhos de Ansião, Leiria, Marinha Grande e Pombal, conforme apresentado na tabela seguinte.

Acresce a estes, investimentos do ICNF na rede de defesa da floresta (instalação da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustíveis (RPFGC), instalação da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis (RSFGC), criação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC) e a adaptação da rede viária (RVF) existente e de acesso a pontos de água de primeira ordem) nos concelhos de Pombal e Marinha Grande.

Tabela 48. Projetos aprovados na Região de Leiria, no âmbito da gestão de recursos

P.I.	Categoria de intervenção	Concelho abrangido	Programa Operacional	N.º de projetos	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
5.1. ⁵⁸	Adaptação às alterações climáticas	Alvaiázere	POSEUR	1	3.049,42 €	2.287,06 €	FC
		Ansião	POSEUR	1	5.463,54 €	4.097,65 €	FC
		Batalha	POSEUR	1	6.988,25 €	5.241,18 €	FC
		Castanheira de Pera	POSEUR	1	1.270,59 €	952,94 €	FC
		Figueiró dos Vinhos	POSEUR	1	2.541,18 €	1.905,89 €	FC
		Leiria	POSEUR	2	161.654,46 €	139.223,49 €	FC
		Marinha Grande	POSEUR	1	17.025,91 €	12.769,43 €	FC
		Pedrogão Grande	POSEUR	1	1.524,71 €	1.143,53 €	FC
		Pombal	POSEUR	1	23.378,86 €	17.534,14 €	FC
		Porto de Mós	POSEUR	1	10.418,84 €	7.814,13 €	FC
total				11	233.315,76 €	192.969,44 €	
5.2. ⁵⁹	Planeamento e gestão de riscos	Alvaiázere	POSEUR	4	932.886,58 €	785.251,33 €	FC
		Ansião	POSEUR	3	659.034,68 €	568.597,97 €	FC
		Batalha	POSEUR	2	162.647,06 €	139.241,74 €	FC
		Castanheira de Pera	POSEUR	6	609.862,21 €	510.732,11 €	FC
		Figueiró dos Vinhos	POSEUR	5	362.767,21 €	309.343,86 €	FC
		Leiria	POSEUR	4	985.354,37 €	804.361,02 €	FC
		Marinha Grande	POSEUR	2	162.647,06 €	139.241,74 €	FC

⁵⁸ PIS.1. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

⁵⁹ PIS.2. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

		Pedrogão Grande	POSEUR	5	404.312,21 €	344.657,11 €	FC
		Pombal	POSEUR	3	311.647,06 €	258.441,74 €	FC
		Porto de Mós	POSEUR	5	933.911,72 €	813.935,54 €	FC
		total		39	5.525.070,16 €	4.673.804,16 €	
6.4 ⁶⁰	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	Ansião	POSEUR	1	2.835,00 €	2.409,75 €	FC
		Leiria	POSEUR	1	4.235,00 €	3.599,75 €	FC
		Marinha Grande	POSEUR	2	528.255,61 €	449.017,27 €	FC
		Pombal	POSEUR	2	435.241,59 €	369.955,35 €	FC
		Porto de Mós	POSEUR	11	994.547,17 €	196.669,28 €	FC
		total		17	1.965.114,37 €	1.021.651,4 €	
5.2 ⁶¹	Erosão costeira	Marinha Grande	POSEUR	1	1.494.357,59 €	1.150.539,75 €	FC
		total		1	1.494.357,59 €	1.150.539,75 €	
	Total Região de Leiria (NUTS III)			68	9.217.857,88 €	7.038.964,75 €	

Fonte: <https://poseur.portugal2020.pt/pt/candidaturas/candidaturas-aprovadas/>

A gravidade das catástrofes naturais ocorridas em 2017 (incêndios) e em 2018 (tempestade Leslie) obrigou ainda a um conjunto de investimentos públicos e privados (Tabela 49) de restabelecimento do potencial produtivo e da reabilitação dos povoamentos florestais, na maioria dos concelhos da sub-região. Incluem-se ainda os investimentos na melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas e na gestão dos recursos cinegéticos.

Tabela 49. Projetos apoiados no âmbito do restabelecimento produtivo e valor ambiental, na Região de Leiria

Operação	N.º de projetos aprovados	Despesas elegíveis aprovadas	Fundo total aprovado	FEEI
Medida 6. Gestão do Risco e Restabelecimento do Potencial Produtivo				
6.2.2 - Restabelecimento do potencial produtivo	94	2.763.763,09€	1.805.393,03€	FEADER
Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais				
8.1.4 - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	17	3.795.747,16€	3.219.910,15€	FEADER
8.1.5 - Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	5	130.345,48€	83.554,70€	FEADER
8.2.1 - Gestão de recursos cinegéticos	1	23.881,68 €	17.254,61 €	FEADER
Total Região de Leiria (NUTS III)	117	6 713 737,41 €	5 126 112,49 €	

Fonte: www.pdr-2020.pt/

⁶⁰ PI 6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

⁶¹ PI5.2. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

Reitera-se a relevância de avaliar medidas e FEEI a disponibilizar no período 2021-2027 focados na melhoria da resiliência da floresta e valorização produtiva da mesma, como parte de uma política ativa de prevenção de catástrofes e valorização dos territórios.

Síntese Eixo 4

Em síntese, no “Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos”, é possível observar uma relação direta com a implementação das medidas da EIDT, com especial destaque para a **Medida 6. Programa regional energia eficiente e renovável**, **Medida 7. Programa regional de proteção ambiental**, **Medida 11. Programa de requalificação urbana e da mobilidade sustentável**, pela incidência em temáticas que se alinham com o eixo estratégico da EIDT “Gestão de recursos”.

No âmbito da energia, apesar da evolução positiva registada em termos estruturais e na produção de energias renováveis na sub-região, permanecem problemas em termos de eficiência energética que necessitam de resposta adequada.

Verifica-se que a indústria, a agricultura e a iluminação pública têm ainda um peso expressivo no consumo energético, não tendo sido expressivos os apoios dados para a necessária transição energética nestes setores de atividade. A eficiência energética, apoiada através da PI 4.3 foi mobilizada para investimentos da administração local por via do ITI/PDCT, contudo, as restrições impostas nos avisos de concurso não permitiram concretizar os investimentos planeados. Ainda no domínio da eficiência energética, verifica-se a intervenção no Centro Hospitalar de Leiria, contudo carecem ainda os investimentos noutras infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios e na iluminação pública, assim como no setor doméstico, da indústria e da agricultura, esta última com um aumento exponencial nos últimos anos.

Passando à temática da mobilidade, a heterogeneidade e, conseqüentemente, as diferentes necessidades de intervenção não foram consideradas no atual quadro comunitário. Os apoios associados à mobilidade urbana sustentável aparecem através de AAC formatados para contextos urbanos com problemas específicos associados a grandes aglomerações, não às necessidades de territórios com características rururbanas e com desafios específicos a estes inerentes. Associado a esta temática refere-se essencialmente o investimento na mobilidade sustentável, com a definição do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) ao nível de NUTS III, um instrumento estratégico que estrutura as intervenções a realizar no território. Neste contexto, reafirma-se a necessidade de aposta na melhoria da rede de acessibilidades/mobilidade intrarregional por forma a reforçar a coesão territorial.

No que concerne a infraestruturas básicas, os municípios têm procurado dar resposta às necessidades da população, por via da melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, tendo sido aprovados projetos em todos os municípios para a elaboração de cadastro e para melhorias estruturais nos sistemas AA e SAR.

Em matéria de resíduos verifica-se o investimento em todos os municípios, na expansão e na otimização da rede de recolha seletiva por parte das entidades gestoras do território, contudo o impacto deste investimento ainda não é perceptível estando a região abaixo da média nacional, no que toca à proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente.

No que se se refere à gestão dos recursos, a Região de Leiria apresenta elevada suscetibilidade, tendo sido atingido por catástrofes naturais (incêndios de 2017 e tempestade Leslie em 2018) que revelaram fragilidades no domínio da prevenção e da gestão de riscos, mas também no combate e recuperação dos ativos. Com um elevado investimento ocorrido pós-catástrofe, verifica-se um reforço da proteção da biodiversidade e da erosão costeira, no entanto, estes fenómenos adversos exigem uma mudança de abordagem em termos de políticas públicas, no sentido de preparar o território para estes eventos extremos, sendo fundamental assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência dos sistemas.

Regista-se já o reforço da comunicação com a comunidade através da implementação dos Programas de Educação, Sensibilização e Informação Pública sobre Alterações Climáticas da Região de Leiria (PESIPAC-RL), promovidos pela CIMRL, em todos os concelhos da região, sendo essencial a manutenção deste tipo de esforços acompanhado por medidas preventivas ativas.

Face ao exposto e de acordo com o resultado do trabalho realizado com os municípios, permanecem pertinentes os objetivos e medidas da EIDT sendo essencial acautelar que a estruturação do próximo período de programação integre as medidas adequadas para fazer face à dicotomia sub-regional (litoral/interior; média/baixa densidade) em domínios como a mobilidade, a eficiência energética e adaptação às alterações climáticas.

6.3 Competências municipais e intermunicipais

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto⁶² estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O novo quadro competências incorpora os seguintes domínios/áreas de atuação: praias marítimas, fluviais e lacustres, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, vias de comunicação, justiça, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, cultura, educação, transportes em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas e saúde. Cada uma das áreas de atuação alvo de descentralização é tratada em Decretos-Lei (DL) específicos que detalham e concretizam a referida transferência.

Este processo de transferência de atribuições e competências, conforme expresso na lei (artigo 2.º) rege -se pelos seguintes princípios e garantias:

- : A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa;
- : A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais;
- : A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos;
- : A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público;
- : A eficiência e eficácia da gestão pública;
- : A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados;
- : A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas.

De acordo com a referida Lei, e respetivos (DL), até ao dia 1 de janeiro de 2021, data em que as competências serão transferidas na íntegra para as entidades municipais e intermunicipais, este processo pode ser feito de forma gradual (ponto 2 do artigo 3.º da Lei n.º 50/2018).

As áreas de descentralização de competências são diversas (Tabela 50) e terão certamente um impacto considerável no modelo de gestão e funcionamento das entidades da administração local.

⁶² <https://dre.pt/application/conteudo/116068877>

Tabela 50. Descentralização de competências para municípios e CIM Região de Leiria

Áreas Lei n.º 50/2018	Refª regulamentar	Competências transferidas para Comunidades intermunicipais	Competências transferidas para Municípios
Educação, ensino e formação profissional	Decreto-Lei n.º 21/2019	Planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal	Participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei
Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019 (Despacho 6541-B/2019, de 19 de julho Mapa dos Imóveis objeto de Transferência de competências)	<ul style="list-style-type: none"> Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.
Proteção Civil	Decreto-Lei 103/2018 (bombeiros)	Participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.	Apoiar as equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários.
	Decreto-Lei n.º 44/2019	<ul style="list-style-type: none"> Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município; Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco; Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município, incluindo a realização de simulacros; Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal; Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes no município; Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal
Cultura	Decreto-Lei n.º 22/2019	<ul style="list-style-type: none"> Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, valorização e conservação dos imóveis que, sendo classificados, se considerem de âmbito local, identificados no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante; Gestão, valorização e conservação de museus que não sejam denominados museus nacionais, identificados no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante Controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística; Recrutamento, seleção e gestão dos trabalhadores afetos ao património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam denominados museus nacionais.
Património	Decreto-Lei n.º 106/2018	Sem aplicação	Gestão do património imobiliário público sem utilização localizado no território dos respetivos municípios, nos termos regulados nos artigos seguintes
Habituação	Decreto-Lei n.º 105/2018	<ul style="list-style-type: none"> Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana; Gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios.

Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária	Decreto-Lei n.º72/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários; • Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária.
Praias marítimas, fluviais e lacustres	Decreto-Lei n.º 97/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado: a) Proceder à limpeza e à respetiva recolha de resíduos urbanos; b) Proceder à manutenção, conservação e gestão, designadamente, do seguinte: i) Infraestruturas de saneamento básico; ii) Abastecimento de água, de energia e comunicações de emergência; iii) Equipamentos e apoios de praia, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3; iv) Equipamentos de apoio à circulação pedonal e rodoviária, incluindo estacionamento, acessos e meios de atravessamento das águas que liguem margens de uma praia; c) Assegurar a atividade de assistência a banhistas em espaços balneares, garantindo a presença dos nadadores salvadores e a existência dos materiais, equipamentos e sinalética destinados à assistência a banhistas, de acordo com a definição técnica das condições de segurança, socorro e assistência determinada pelos órgãos da Autoridade Marítima Nacional. [Nas praias que sejam objeto de concessão, licença ou autorização, (...) podem integrar o conjunto de obrigações a impor ao concessionário ou ao titular da licença ou autorização através do respetivo título de utilização de recursos hídricos.]
Informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas	Decreto-Lei n.º12/2019 (arborização)	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • As competências do ICNF, I. P., previstas no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação introduzida pelo presente decreto-lei, <u>relativas à autorização e comunicação prévia das ações de arborização e re-arborização, salvo as respeitantes a áreas integradas, total ou parcialmente, na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou na Rede Natura 2000, são transferidas para os municípios, ao abrigo da alínea b) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, desde que estes:</u> a) Tenham adaptado o respetivo Plano Diretor Municipal ao conteúdo do plano regional de ordenamento florestal territorialmente aplicável, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual; e b) Disponham de um gabinete técnico florestal. • Reunidos os pressupostos previstos no número anterior, os municípios comunicam esse facto ao ICNF, I. P., solicitando-lhe o envio dos processos pendentes nessa data.
	Decreto-Lei n.º 116/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das áreas protegidas de âmbito regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão das áreas protegidas de âmbito local; • Participação na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício das funções de cogestão que lhes são cometidas pelo presente DL e da sua integração nos conselhos estratégicos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março; • Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas e as sanções acessórias nas áreas protegidas de âmbito nacional em que participem na respetiva gestão, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 45.º do RJCNB.
Transportes e vias de comunicação	Decreto-Lei n.º 100/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão a) dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros urbanos; b) dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. e o respetivo município. • Titularidade dos troços e dos equipamentos e infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal.
	Decreto-Lei n.º 58/2019 (transp. Navegáveis interiores)	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente

			<p>quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal. • Nos casos em que o serviço público regular de transporte de passageiros seja assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado, a transferência é objeto de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente.
Estruturas de atendimento ao cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; • Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; • Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes. • O presente DL concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão
Policiamento de proximidade	Decreto-Lei n.º 32/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos conselhos municipais de segurança
Segurança contra incêndios	Lei n.º 123/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • (...)A ANEPC é a entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndio em edifícios, com exceção dos <u>edifícios e recintos que são classificados na 1.ª categoria de risco cuja competência é dos municípios.</u>
Estacionamento público	Decreto-Lei n.º 107/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Sem aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal; • Instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas. • O disposto não obsta a que empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal possam exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do DL n.º 146/2014, na redação dada pelo presente decreto-lei.
Modalidades afins de jogos de fortuna e azar	Decreto-Lei n.º 98/2018	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.
Promoção turística	Decreto-Lei n. 99/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na definição e implementação do plano regional de turismo a nível sub-regional, cuja iniciativa e responsabilidade de execução é da competência das entidades regionais de turismo; • Assegurar a promoção dos produtos e recursos turísticos sub-regionais no mercado interno, compreendido pelo território nacional, tendo como enquadramento a estratégia turística nacional e regional, designadamente em eventos de promoção turística; • Recorrer a programas de financiamento nacionais e europeus; • Gerir e implementar programas com financiamento nacional e ou europeu; <p>Definir os eventos considerados âncora para a sub-região e participar na sua organização.</p>	<p>Sem aplicação</p>

Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Reinserção social de jovens e adultos; • Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica; • Rede dos julgados de paz; <p>Apoio às vítimas de crimes.</p>	
Projetos financiados com fundos europeus e programas de captação de investimento	Decreto-Lei n.º 102/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios; • Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior; • Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a financiar; • Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito; • Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural; • Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus. Sem prejuízo das competências próprias da AICEP, TP e IAPMEI e em articulação com estes organismos, as entidades intermunicipais podem, no âmbito das competências referidas no número anterior: a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional; b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior; c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial. 	Sem aplicação

Fonte: Legislação em vigor

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), os municípios da Região de Leiria assumiram já diversas competências, conforme se verifica na tabela seguinte.

Tabela 51. Lista de competências assumidas pelos municípios da Região de Leiria – atualizada em março 2020

	Praias	Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	Vias de comunicação	Justiça	Associações de Bombeiros	Estruturas de Atendimento ao cidadão	Habitação	Património imobiliário público sem utilização	Estacionamento Público	Cultura	Educação	Transporte em vias navegáveis interiores	Áreas portuárias	Áreas Protegidas	Saúde
Alvaiázere	●	●	⊘	●	●	●	●	●	⊘	⊘	⊘	●	●	●	⊘
Ansião	⊘	⊘	●	●	●	●	●	●	⊘	●	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Batalha	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Castanheira de Pera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	●	⊘	(1)	●	●	●	●	●	⊘	●	⊘	⊘	⊘	(1)	⊘
Leiria	⊘	●	⊘	⊘	●	●	●	●	●	●	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Marinha Grande	⊘	●	⊘	●	●	●	●	●	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Pedrógão Grande	●	●	●	●	●	●	●	●	⊘	⊘	⊘	●	(1)	(1)	⊘
Pombal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto de Mós	●	●	⊘	●	●	●	●	●	●	⊘	⊘	●	●	●	⊘

Legenda: ● competência assumida; ⊘ competência ainda não assumida; (1) Não se aplica, de acordo com a Autarquia; - sem informação disponível

Fonte: DGAL, www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/

Complementarmente, a CIM Região de Leiria assumiu as competências descentralizadas nos domínios da (1) promoção Turística Interna sub-regional, (2) justiça, (3) projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, e (4) programas de apoio às corporações de bombeiros.

Apesar de publicados os decretos-lei que concretizam as transferências de atribuições e competências nos diversos domínios estabelecidos na Lei nº 50/2018, verificam-se múltiplos constrangimentos na operacionalização das mesmas devido à escassez de informação e orientações disponíveis por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado, designadamente relativa à gestão dos processos de transferência, assegurando questões práticas como a transposição de sistemas, questões financeiras entre outras.

As áreas previstas na Lei nº 50/2018, correspondem a muitas das que foram inclusive já assumidas pela administração local no presente quadro comunitário, tendo sido as autarquias responsáveis pela gestão de fundos comunitários que, apesar de localizados nos seus territórios, foram alocados à modernização e qualificação de serviços do Estado, nomeadamente a saúde, o património e as escolas. Neste sentido, a Região de Leiria e os seus municípios interpretam a transferência de competências e atribuições como a formalização de um quadro que já vinha sendo construído desde 2014, nomeadamente através do ITI, como é aliás visível na Tabela 51.

Face ao exposto e ao que sucintamente se regista como competências e atribuições em processo de descentralização nas tabelas Tabela 50 e Tabela 51, é fundamental acautelar o seguinte:

- : Assegurar o **reforço de recursos financeiros e humanos necessários** à adequada gestão de atribuições de competências uma vez que passa a ser responsabilidade do nível administrativo mais próximo do cidadão e que terá de dar resposta à comunidade, um cenário que até agora não se registava;
- : **Garantir que as atribuições definidas não são apenas de gestão corrente de espaços**, devendo ser garantido aos municípios e comunidades intermunicipais um papel ativo na definição de políticas e nas decisões sobre os espaços indexados à presente mudança administrativa. A título de exemplo:
 - o Na **educação**, ainda não assumida por larga maioria dos municípios da região de Leiria, é essencial definir termos e condições e assegurar que os encargos associados a esta transferência possam efetivamente ser assegurados pelas autarquias, alertando-se para as diversas necessidades ainda a suprir na PI 10.5.
 - o Na **cultura**, essencialmente afeta à conservação e gestão de imóveis, é essencial garantir os recursos financeiros e técnicos cruciais à sua disponibilização ao público e à sua dinamização com atividades culturais. Ressalva-se neste contexto que os espaços culturais não foram prioritários nos apoios do Portugal 2020, não tendo havido dotação para os mesmos o que comprometerá o sucesso desta transferência. Este cenário, apesar de ainda poucos municípios terem assumido esta competência é de solução prioritária uma vez que existe uma aposta forte a nível sub-regional nesta temática no âmbito da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura, um

desafio que mostra o quanto os apoios e a prioridade à cultura são essenciais para a Região de Leiria

- Na **habitação**, área assumida pela maioria dos municípios e tão crítica neste território dada a necessidade de reforçar a capacidade de atração de residentes, a transferência de competências está essencialmente associada à passagem da gestão da habitação social, em muitos casos de elevada complexidade e à gestão de “programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana”, estes últimos ainda sem precisão sobre o que poderão ser, como poderão funcionar e ser cabimentados orçamentalmente pelas autarquias. Neste sentido, às atribuições transferidas deverá estar associada a uma maior capacidade financeira de intervenção das autarquias na provisão de fogos para arrendamento, quer através de construção como da aquisição de imóveis existentes, para que possam efetivamente suprir necessidades e atuar na atração/retenção de população, não apenas para resolução de situações de carência habitacional e económica conforme definido em alguns dos instrumentos disponíveis.
- Na **gestão de património imobiliário público sem utilização**, também assumida pela maioria dos municípios, aplicam-se preocupações similares às referidas atrás, é essencial que à gestão deste património esteja associado o apoio financeiro à sua refuncionalização de acordo com as necessidades da Região de Leiria, sendo essencial a provisão de condições para que tal aconteça;
- Na **saúde**, ainda não assumida por larga maioria dos municípios da Região de Leiria, as atribuições também recaem essencialmente sobre conservação e gestão de espaços existentes, em modelos que muitas vezes não servem o território de baixa densidade. Torna-se assim essencial garantir uma progressiva adaptação de modelos de serviços públicos que se adequem às características do território.

No que se refere à CIM Região de Leiria, as competências previstas nos Decretos-Lei concretizam um reforço de competências para a CIMRL, em domínios estratégicos para a sub-região, como sejam a promoção turística e a capacidade de promover projetos financiados por fundos europeus e a dinamização de programas de captação de investimento. Tratam-se de áreas de intervenção há muito reclamadas pela região e fundamentais para uma ação concertada com as associações empresariais, promotores e ensino profissional e superior da Região de Leiria. As competências nas áreas da Justiça e da Proteção Civil, embora muito circunscritas e na sua maioria suscetíveis de protocolo com as entidades da administração central (porque envolve domínios de soberania nacional), revestem-se da maior importância porque aproximam a decisão dos municípios e, sobretudo, impõem o dever de informação e Parecer Prévio às entidades intermunicipais, em decisões relevantes como a afetação de

recursos nacionais, para a construção de novos quartéis e aquisição de equipamentos para as corporações de bombeiros ou ao nível da definição da rede de Julgados de Paz.

Refira-se que a CIM Região de Leiria tem vindo já a desenvolver um conjunto alargado de atividades nos quatro domínios considerados, estando previsto no Plano de Atividades e respetivo orçamento da CIM, para 2020, iniciativas que visam concretizar os objetivos associados à transferência de atribuições e competências nos referidos domínios.

Face ao exposto, é essencial que no desenho dos programas operacionais temáticos e regionais (se for esta a arquitetura) sejam integradas as áreas de competência descentralizadas que envolvem acréscimo de responsabilidade na provisão e manutenção de serviços e equipamentos essenciais à qualidade de vida e à coesão e competitividades territorial. Só se se observar esta integração no próximo período de programação financeira e nos instrumentos financeiros de apoio aos territórios e ação da administração local, será possível garantir que os municípios e/ou CIM possam desenvolver e implementar uma estratégia coerente para o seu território e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu sucesso.

7 Anexo 2 – Bases de dados

As bases de dados que sustentam a análise de contexto, relativas a projetos cofinanciados no território da Região de Leiria podem ser acedidas através das seguintes ligações:

Tabela 52. Ligações para as bases de dados com Projetos concretizados na Região de Leiria no período 2014-2020

Programa	Ligação
Centro 2020	https://drive.google.com/file/d/1BeNpLjAlwluz4f_9Q1wk1D_iAwQdqFut/view?usp=sharing
Competitividade e Internacionalização (POCI)	https://drive.google.com/file/d/18s48NgzcvR-ScX5LugnZ_JXE6Vj8BtNH/view?usp=sharing
Inclusão Social e Emprego (POISE)	https://drive.google.com/file/d/1swTCXSBug1G-G1hozV01O5kXVieFRvBP/view?usp=sharing
Capital Humano (POCH)	https://drive.google.com/file/d/12NCYiZE7oi87vI2DPRfeT-cjZ0k_44r0/view?usp=sharing
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	https://drive.google.com/file/d/1XeWk4TR7BnexAQdSiFs7gJLnroQZfUtD/view?usp=sharing
PDR 2020	https://drive.google.com/file/d/1a2cPZa7ZuPRcnsNrClfw9fyNm72_shVf/view?usp=sharing
Mar 2020	https://drive.google.com/file/d/1xB3lv3bxJz5Gn5PeVFU8TbZq5qJ5wWhF/view?usp=sharing
Programa Valorizar (Turismo de Portugal)	https://drive.google.com/file/d/1lSa75yw_v76ZJfMAvgDy7FzPcgwGADDB/view?usp=sharing



Sociedade Portuguesa de Inovação